



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0501/15	DATA: 07/05/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h47min	TÉRMINO: 15h56min	PÁGINAS: 152

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO - Presidente da Sete Brasil Participações S.A.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve reprodução de áudio.  
Houve intervenções ininteligíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há falhas na gravação.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedade de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI — PETROBRAS).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da ata da 15ª reunião e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

Deputado Izalci, V.Exa. está solicitando a dispensa da leitura da ata?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Izalci solicita a dispensa da leitura da ata.

Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Izalci.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta e à audiência pública da sub-relatoria coordenada pelo Deputado André Moura para investigação de irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil, e venda de ativos da PETROBRAS na África, mais a recuperação de ativos, para tomada de depoimento, com a presença dos senhores: Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Presidente da Sete Brasil Participações S.A., pela aprovação dos Requerimentos nºs 177, de 2015, de autoria do Deputado Afonso Florence, e 453, de 2015, de autoria do Deputado André Moura; e Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações e Participações S.A., pela aprovação do Requerimento nº 452, de 2015, de autoria do Deputado André Moura.



Informo que o Sr. Renato Sanches Rodrigues encaminhou atestado médico assinado pelo Dr. João Manoel Pedroso, CRM 52-53223-8, declarando que o convocado foi atendido no dia 27 de abril de 2015, na Emergência da Clínica São Vicente da Gávea, com mal-estar súbito e palpitações frequentes. Eletrocardiograma revelou presença de ESV frequentes. Já tem diagnóstico prévio de miocardite, comprovado por ressonância magnética, ajustada a medição cardiovascular para arritmia e recomendado repouso, além de evitar qualquer tipo de estresse físico e emocional até a estabilização do quadro clínico.

A justificativa encontra amparo legal. Designarei nova data para a tomada do depoimento.

Por outro lado, esse convocado apresentou requerimento, na Secretaria da CPI, solicitando dispensa do seu comparecimento à Comissão, sob a alegação de que nada pode acrescentar em relação ao possível desvio de recursos ou irregularidades relacionadas ao processo de contratação entre a PETROBRAS e a Sete Brasil.

Sobre o assunto, decido: o art. 58, § 3º, da Constituição confere às CPIs prerrogativas próprias de autoridades judiciais, além de outras previstas nos Regimentos Internos das Casas Legislativas. Entre elas está o poder de ouvir indiciados e inquirir testemunhas. Essas prerrogativas encontram-se estabelecidas no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e também no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952.

Trata-se, portanto, de um poder conferido pela Constituição e pelas leis. O exame da pertinência da convocação cabe exclusivamente à CPI, que, nesse caso, já definiu sua necessidade com a aprovação em plenário do requerimento nesse sentido.

Dessa forma, ressalvado o disposto nos arts. 207, 220, 221, 252, inciso II, 258 e 564 do Código do Processo Penal, está o convocado obrigado a comparecer perante a CPI na nova data a ser designada, sob pena de ser conduzido coercivamente.

Portanto, o pedido está indeferido.

Dando continuidade à Ordem do Dia, informo que, após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que o depoente Luiz Eduardo



Guimarães Carneiro será ouvido na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido o Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro a tomar assento à mesa.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Onyx Lorenzoni tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É para colaborar com os trabalhos. Não têm que ser aprovados os requerimentos para três ou quatro presos que estão em Curitiba, onde vamos fazer oitiva segunda e terça, e que ainda não foram aprovados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deverão ser, logo após esta oitiva, apresentados esses requerimentos para deliberação do Plenário. Está previsto isso, inclusive sob a orientação do Relator Luiz Sérgio, que também colocou esse assunto para o Presidente Hugo Motta.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu só queria pedir a V.Exa. que, assim que houver o quórum capaz de deliberar, o fizéssemos, por conta da Comissão Geral com o Ministro da Justiça, que vai mobilizar muitos Parlamentares, e também pelo fato de ser uma reunião de sub-relatoria, que sempre retira um pouco do nosso quórum. Então, sugiro que no momento em que a Assessoria Técnica da Comissão tiver o quórum definido para deliberação imediatamente aprovemos, porque resolve o problema para Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem toda a razão. Nós estamos atentos a essa questão, até porque também há sessão no plenário da Câmara, e é um dia que temos que tomar certo cuidado, para que esses requerimentos sejam aprovados, o que dará, então, condições para que a CPI, ao se deslocar para Curitiba na próxima segunda e terça-feira, já tenha condição de ouvir todos que estão detidos nas dependências da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - São 15. Nós temos aprovados 11 desses 15. Então, faltam 4.



A outra questão que eu queria colocar para V.Exa. é a seguinte: que horário V.Exa. ou o Deputado Hugo Motta estabeleceu para o início das oitivas em Curitiba? Isso calibra o deslocamento de todos nós, até porque teremos que ir diretamente ao auditório da Justiça Federal e só depois providenciar as questões de hotel e outras, porque normalmente as entradas são após as 14 horas.

Eu só queria tirar essa dúvida para uma questão prática, mas importante de ser definida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Onyx Lorenzoni, a programação que o Presidente Hugo Motta determinou é 9 horas da manhã de segunda-feira, sem tempo limitado, para que a gente possa, se tudo funcionar bem, ter oportunidade de ouvir todos que estão detidos em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Os trabalhos começarão às 9 horas, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Às 9 horas e vai...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - E será no auditório da Justiça Federal?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - No prédio da Justiça Federal. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Inclusive com acesso livre para a imprensa também.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, por favor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, ontem nós tínhamos, na reunião preliminar, colocado a oitiva e depois a votação dos requerimentos. Eu vi a pauta agora: só tem três requerimentos. Eu quero saber em que momento nós vamos votar, porque eu tenho requerimentos extrapauta. Eu quero uma informação da Secretaria da Mesa sobre como colocar os requerimentos extrapauta, porque nós queremos votar hoje.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Ivan Valente. Inclusive tivemos a oportunidade de debater ontem essa questão. Esses três requerimentos, aparentemente, não vão ter nenhum tipo de problema com relação a aprová-los, porque trata da oitiva de três ex-Deputados Federais que estão detidos em Curitiba: André Vargas, Pedro Corrêa e Luiz Argôlo. Em seguida, então, V.Exa. terá o direito regimental da extrapauta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim. O Deputado Onyx Lorenzoni colocou que a qualquer momento nós podemos interromper a sessão para votar os requerimentos. Eu queria entender se nós vamos fazer a oitiva e depois votar os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Essa é a proposta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Essa é a proposta. Não tem interrupção a oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Essa é a proposta. Eventualmente, se houver algum incidente, alguma emergência, pode até se evoluir para uma situação que a gente não tenha como evitar, no sentido de aprovar os requerimentos. E V.Exa. também terá condição de fazer suas colocações.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria uma informação da Mesa. O que eu preciso para inserir os requerimentos que já estavam pautados? Em relação à reunião anterior, já estavam extrapauta. Qual é o procedimento para colocá-los na pauta hoje?

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Ivan Valente, a orientação do Secretário da CPI é no sentido de que V.Exa. já deu entrada nos requerimentos. Na oportunidade apenas fará sua manifestação.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu preciso ter assinatura de membros para protocolar a extrapauta? Qual é o número de assinaturas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Já há o número suficiente.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu ainda não entendi, Presidente.



**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Mesmo assunto, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Um minutinho só.

*(Pausa.)*

Não precisa. V.Exa. vai, na oportunidade, solicitar a inclusão extrapauta.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não preciso de apoio, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Esses são os requerimentos que foram apresentados na reunião passada. É isso?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, eles já estavam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Já estão aqui.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...na lista. Mas eu posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Exatamente. Então, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...dar entrada aqui agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não precisa mais.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Na reunião anterior não a esta, mas à deliberativa, em que se aprovaram alguns requerimentos, eu tinha um extrapauta, o Requerimento nº 578, e fiz a solicitação ao Presidente Hugo Motta para que fosse incluído na primeira reunião, já que naquela não votamos extrapauta. Ele disse, Sr. Presidente, que os requerimentos para os quais foram colhidas assinaturas naquela reunião habilitados para extrapauta seriam incluídos na primeira reunião deliberativa, sem necessidade de colhimento de assinaturas, porque já estariam naturalmente incluídos para aprovação. Agora, para minha surpresa, ele não está pautado para a próxima reunião ordinária. O que aconteceu? Mudaram de ideia? O que houve?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Hoje nós não temos aqui uma reunião que tenha sido convocada com o objetivo de votar requerimentos. É uma oitiva que nós estamos realizando. Mas nós temos um problema real: nós vamos a Curitiba e



não foi aprovado o requerimento para ouvir todas as pessoas que estão presas. Então, o que eu conversei com o Presidente da Comissão foi para, nesta sessão convocada como manda o Regimento da Casa, abrir a excepcionalidade de votar requerimentos para que, em Curitiba, pudéssemos economizar tempo e recursos e ouvir todos os presos, para, se der tempo, não haver necessidade de retorno a Curitiba. Esse foi o objetivo, e, por isso, foram pautados requerimentos que complementam a autorização, para que nós possamos ouvir todas as pessoas que estão presas em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, eu não entendi qual é a proposta do Relator.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Deixe-me, terminar, Sr. Presidente, a minha questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Dentro da colocação do Sr. Relator, eu acho que já está definida a ida a Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Inclusive porque a pauta pode ser votada simbolicamente. Os requerimentos extrapauta, obrigatoriamente, têm que ser primeiro votados nominalmente, para admissão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, eu queria sugerir a V.Exa., até para economia processual, votarmos esses três requerimentos agora, simbolicamente, e os outros, que dependem de votação nominal, fiquem para *posteriori*. Nós não podemos prejudicar... Tem razão o Relator Luiz Sérgio: se nós iremos a Curitiba na segunda e na terça-feira, o único momento para decidir tem que ser agora. Nós temos que decidir já, até porque...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - ...nós não podemos deixar de ouvir os três ex-Parlamentares que estão lá.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Silas Câmara, isso ficou acertado pelo Presidente Hugo Motta, inclusive já está aqui na colocação. É imprescindível que esses três requerimentos sejam apreciados durante a reunião de hoje, até porque tem nossa viagem na segunda e terça-feira a Curitiba.

Com relação aos demais requerimentos, seguiremos o Regimento, extrapauta, como foi colocado pelo Deputado Arnaldo e como é o desejo inclusive do Deputado Ivan e do próprio Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, nós não temos quórum ainda, e vamos iniciar a sessão. Eu tenho requerimento extrapauta e talvez outros Deputados também tenham. O fato de haver requerimentos unânimes, inclusive os requerimentos de Curitiba têm minha assinatura, não será nenhum problema em nenhum momento da sessão... Eu só quero que se estabeleça um momento da sessão para nós votarmos. Então, vamos fazer as oitivas, porque não haverá obstrução dos requerimentos de Curitiba. Mas eu quero que haja tempo para votar os requerimentos extrapauta que eu já quero anunciar aqui, inclusive: Sr. Jaime de Oliveira, Sra. Solange Almeida e Sr. Júlio Camargo. Tenho três requerimentos para apresentar e peço que sejam votados em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Ivan Valente.

Já temos quórum. Vamos dar seguimento à sessão com a oitiva do Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro.

Concedo a palavra mais uma vez ao Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, não ficou clara a resposta. Eu gostaria de saber o seguinte: colho assinaturas, afinal de contas, para o extrapauta ou o meu requerimento está pautado para a próxima reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não está pautado. Vai ser extrapauta.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Mas como não? Não! Eu estou falando da própria reunião ordinária deliberativa no dia 14. Eu quero saber se está pautado ou não, porque, se estiver pautado, eu não colho, é extrapauta. Preciso saber,



porque estou com uma série de requerimentos de convocação esperando primeiro o requerimento de informação ser aprovado, e não consigo fazer nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Silas Câmara, V.Exa., e outros Deputados também, está aqui com vários requerimentos. A orientação do Presidente Hugo Motta é de que na próxima sessão deliberativa, não havendo a possibilidade nesta de vencer os requerimentos extrapauta, sejam apreciados dentro de uma sequência que ele vai determinar.

Convido o Sr. Luís Eduardo Guimarães Carneiro...

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para evidenciar também, chamando a atenção, o Requerimento nº 411, de 2015, de minha autoria, que pede a convocação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Antônio Dias Toffoli. Eu queria que a ele fosse dada a atenção devida na reunião deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Vamos consignar a solicitação de V.Exa., Deputado.

O Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro já tomou assento à mesa.

Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal, pela prática do crime previsto, e no art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952.

O depoente se faz acompanhar pelo Dr. Caio Afonso de Almeida Filho, OAB-RJ nº 105625, Diretor Jurídico da Empresa Sete Brasil, a quem outorgou poderes para atuar como seu advogado. Por obséquio.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da



Casa: o tempo concedido ao convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, art. 256, § 2º, não podendo ser apartado; os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. lhe dar a palavra, gostaria de uma confirmação: o advogado dele é Diretor Jurídico da Sete Brasil?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Confere.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O advogado dele é Diretor Jurídico da Sete Brasil!? *(Pausa.)* Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom dia, Exmo. Sr. Antonio Imbassahy, na pessoa de quem cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes. Meu nome é Luiz Eduardo Guimarães Carneiro; sou engenheiro; estou respondendo pela Presidência da Sete Brasil desde maio de 2014. Portanto, hoje eu estou completando 1 ano na Sete Brasil. Fazendo um breve histórico da minha experiência profissional, eu iniciei na indústria naval no Estaleiro Mac Laren, em Niterói, depois fui para a PETROBRAS, onde passei 30 anos. Nesse período de PETROBRAS eu ocupei diversas funções gerenciais e várias delas, a maioria delas ligada a operações de sondas exatamente desse tipo que hoje a Sete Brasil está construindo e se propõe a operar. Depois saí da PETROBRAS, após 30 anos, em 2009, no início de 2009. Trabalhei em empresas ligadas, onde eu tive a ocasião de acompanhar a construção dessas mesmas plataformas na Ásia, na China, na Coreia, e também construção de estaleiro. E, como disse, em maio do ano passado ingressei na Sete Brasil. Eu peço licença a V.Exas. para fazer uma breve apresentação sobre a Sete Brasil e os desafios que nós estamos enfrentando no momento. *(Pausa.)*

*(Falha na gravação.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - ...a partir de 2009? São empresas privadas? Pertencem a quem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Delegado Waldir, na hora própria V.Exa. terá a palavra. *(Pausa.)*



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, antes de começar a apresentação... Eu não sei se o som... Está sim. Antes de começar a apresentação eu gostaria de pedir a V.Exas. que observem este eslaide.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Este eslaide é do Estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, e nós temos aqui, em primeiro plano, a plataforma, que é a Plataforma Urca, que está 88% concluída. Então, a primeira mensagem que eu gostaria de passar a todos é que a Sete Brasil é algo que está acontecendo; a Sete não está lutando para conseguir um financiamento para iniciar a sua operação; a Sete já tem diversas plataformas em construção, como eu vou ter a oportunidade de apresentar, e este aqui é um dos exemplos que serão mostrados a V.Exas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, melhora o som do depoente por favor. *(Pausa.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu vou procurar falar mais próximo ao microfone. Ao longo da breve apresentação eu vou falar um pouco sobre a Sete, as obras, as nossas plataformas que estão em andamento, a estrutura de financiamento que foi originalmente prevista e qual é o contexto atual que nós estamos vivendo. Fazendo uma breve viagem na evolução das contratações de plataformas por parte da PETROBRAS, a PETROBRAS, inicialmente, ela fazia contratos de curta duração, de 2 a 4 anos, para poder fazer frente as suas necessidades de unidades para perfurar poços e colocá-los em produção. Eu trabalhei nessa época. Na década de 90 eu lembro que a PETROBRAS chegou a pensar em contratar todas as sondas desse tipo que existiam no mundo, e na ocasião eram sete sondas apenas. Com a evolução da necessidade, a caracterização desse perfil *offshore* da PETROBRAS, na faixa aí de 2005, 2006, a PETROBRAS viu a necessidade de estimular a construção de novas unidades, tendo algumas empresas brasileiras participado, tido a oportunidade de assumir como proprietárias de algumas sondas que foram construídas no exterior. Com a chegada do pré-sal a PETROBRAS fez o levantamento de uma necessidade potencial, na ocasião, de 40 unidades. Dessas 40 unidades, ela fez uma licitação para 12 sondas, empresas de operadores nacionais participaram, e essas sondas foram construídas fora do Brasil. Restou, portanto, uma demanda potencial de 28



sondas. Com a chegada da política de conteúdo local houve a necessidade de que essas unidades fossem construídas aqui no Brasil — houve a necessidade de que essas unidades viessem a ser construídas no Brasil —, e isso trazia um risco muito grande para que os operadores individualmente participassem de licitações para fazer essas unidades serem construídas nos estaleiros nacionais. Em maio de 2011, final de 2010, a Sete Brasil foi criada com o objetivo de buscar atender a esse requisito, atender a essa demanda de unidade, buscando, num conceito de encomendas em escala, mitigar os riscos de construção. Eu gostaria de ressaltar que a Sete Brasil é uma empresa privada, busca atender a essas necessidades de sondas para perfurar poços no pré-sal, atendendo a uma determinação da ANP, buscando, ao longo desse processo, garantir a retenção de tecnologia — é uma tecnologia que hoje nós não temos no País —, desenvolver a indústria naval e com um potencial de gerar 150 mil empregos diretos e indiretos. Esse material vai ficar disponível para V.Exas. Eu não pretendo falar sobre todos os pontos, mas vou pinçar apenas aqueles que entendo serem mais interessantes. Então, primeiro ponto. Esse processo foi, essa estrutura de financiamento foi montada prevendo 25% de recursos próprios e 75% de financiamento de longo prazo. Os acionistas da Sete já aportaram 8,3 bilhões de dólares. Tudo o que foi feito até aqui e que os senhores vão ver daqui em diante foi feito sem nenhum financiamento de longo prazo. Tudo o que estava previsto pelos acionistas foi aportado. Existem diversos acionistas. O investimento total do projeto previsto é de 26,4 bilhões de dólares. Destes, a Sete Brasil já investiu 20 bilhões de reais até o momento. Então, sem financiamento de longo prazo, a Sete já investiu 20 bilhões de reais até o momento. Cada plataforma desta tem um custo da ordem de 800 milhões de dólares e da ordem de 27 mil toneladas de aço. De acordo com a legislação da ANP, com a determinação da ANP, essas plataformas têm um percentual de conteúdo local que varia de 55% a 65%, e nós estamos rigorosamente atendendo a essa limitante imposta pelos contratos. Estamos trabalhando em cinco estaleiros diferentes, e até o momento a Sete tem 17 sondas em construção. São 17 das 28 sondas em construção com corte de aço. E se nós formos colocar as plataformas que já se foi, a que já se aportaram recurso, são bem mais do que 17, porque recursos em termos de engenharia, de compra antecipada de equipamentos. Nós temos duas unidades



com mais de 80%, uma delas é aquela Urca que mostrei no primeiro eslaide. Temos 10 sondas com avanço de mais de 30%. Então, das 17, dez têm avanço de mais de 30%. Os estaleiros, por sua vez, já investiram 7 bilhões de dólares na construção e ampliação das suas instalações. Então, investidos até agora no projeto nós temos 20 bilhões pela Sete e 7 bilhões pelos estaleiros. Vinte e sete bilhões de reais já foram investidos.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Por favor, é preciso que o senhor especifique, porque o senhor só fala do total do projeto de 26 bilhões de dólares e fala de investimento em 20 bilhões de reais, o que corresponde a 6 e poucos bilhões de dólares. Essa cifra está cruzada em moedas diferentes, e não sei qual é o motivo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Realmente, nesta apresentação constam alguns números em dólares e alguns números em reais. Os 20 bilhões seriam equivalentes a quase 7 bilhões de dólares. Então, haveria necessidade de um investimento adicional ainda de 20 bilhões de dólares. Como foi dito, o projeto tem um potencial de gerar 120 mil empregos diretos e indiretos na construção e operação das plataformas e mais 30 mil empregos diretos e indiretos na construção dos estaleiros, nas ampliações. Nós temos mais de 60 empresas que trabalham como subfornecedores de equipamentos, de componentes e materiais que são utilizados nesses diversos estaleiros no Brasil. Este eslaide tem por objetivo dar um posicionamento geográfico desses estaleiros. Nós temos, seguindo o litoral brasileiro, o Estaleiro Atlântico Sul, que fica em Pernambuco; o Enseada, que fica na Bahia, que é o número 2; o número 3 é o Jurong, em Aracruz — depois tem um eslaide no qual vamos olhar isso mais devagar; temos o Brasfels, que fica na região de Angra; e o ERG, que fica no Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A Sete também faz um trabalho social junto às comunidades, utilizando a Rede Cidadã. O nome do projeto é Projeto Conexão. Nós já tivemos mais de 2.500 participantes nesse projeto e já tem mil pessoas que já foram contratadas que passaram por esse projeto. Até o momento ele foi desenvolvido junto ao estaleiro de Pernambuco, o Atlântico Sul, em Ipojuca, e Enseada, nas proximidades de Maragojipe. Aqui nós vamos dar uma pequena navegada em algumas destas plataformas que estão em construção. A primeira, já foi apresentada antes, é a Urca. Ela já está 88% construída. Do lado direito nós temos a Plataforma Arpoador, que está no Jurong, com 82% já de avanço



físico. Essas duas plataformas nós pretendemos começar a operar no início do ano que vem. Então a Sete já vai iniciar a operação de duas plataformas no início do ano que vem. Aqui nós temos algumas outras fotos. Eu não vou me deter muito nelas — o material vai ficar com os senhores —, mostrando sempre o avanço físico. No caso da Ondina, no Enseada, 68%; a Guarapari, no Jurong, 62%; a Frade, no Brasfels, e a Cassino, no ERG. Aqui nós podemos ver outras fotos de outras plataformas que estão com um percentual bastante adiantado de construção. Eu não vou me deter nelas. Mais duas: a Camburi e a Bracuhy. Tem a Pituba e Ipanema. Então, estes eslaides são bons para mostrar que a Sete é uma coisa real, ela está acontecendo e gerando milhares de empregos. A Itaoca e a Leblon; a Curumim, a Portugalo e a Mangaratiba. Aqui nós temos uma visão do Estaleiro Atlântico Sul, localizado na região de Ipojuca, em Pernambuco, que tem o potencial de 14.500 mil empregos, gerados direta e indiretamente, apenas nesse estaleiro. Esta é uma visão do Estaleiro Brasfels, com um potencial de 18 mil empregos. Este é o Estaleiro Aracruz, do Jurong, é um estaleiro que fica localizado na região de Aracruz. No azul mais claro nós podemos ver a região que foi separada, contida, para poder reduzir o efeito do mar, os galpões também, em azul, contrastando. São 26 mil empregos potenciais diretos e indiretos a serem gerados nessa região. O Estaleiro ERG, no Rio Grande do Sul, com 16 mil empregos potenciais a serem gerados. O estaleiro já está em funcionamento. O Estaleiro Enseada, ainda em fase de construção, localizado em Paraguaçu, na Bahia — obra foi interrompida —, com um potencial de 12 mil empregos a serem gerados direta e indiretamente. Como foi colocado anteriormente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Essa obra anterior está interrompida, como o senhor disse?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Foi interrompida?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O Estaleiro Enseada está com a obra interrompida. Como foi colocado anteriormente, o investimento total previsto é de 26,4 bilhões de dólares e foi concebido numa estrutura de 25% de capital próprio e 75% de financiamento, esse financiamento, previsto principalmente do BNDES e também com uma contribuição expressiva do Fundo da Marinha



Mercante. O BNDES... O Dr. Luciano Coutinho já teve a ocasião de aqui comparecer e mostrar as etapas que foram cumpridas do financiamento. Gostaria de ressaltar que esse é o maior financiamento que já foi pleiteado ao BNDES, maior do que o de Belo Monte. Foi feita uma carta-compromisso desde 2010; a elegibilidade do financiamento para as 21 sondas, em 2012; foi aprovado o crédito pela diretoria em 2013; e no período de 2013 a 2015 buscou se colocar de pé essa estrutura de financiamento, uma estrutura bastante complexa. Nós estamos falando de 29 sondas, 29 sociedades de propósito específico, uma para cada plataforma, uma para cada sonda, num total de 900, quase mil, contratos a serem discutidos, envolvendo diversos interesses, sete jurisdições diferentes, mais de 50 interlocutores. Isso, sem dúvida, requereu um esforço muito grande para poder conciliar todos esses interesses, para colocar de pé um financiamento que é o maior financiamento que foi pedido, solicitado, ao BNDES.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Qual o valor aportado pelo Fundo da Marinha Mercante?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nós não tivemos nenhum valor aportado até o momento pelo BNDES e nem pelo Fundo da Marinha Mercante. Então, esse foi um ponto polêmico também. Até o momento o BNDES não aportou nenhum recurso ao nosso projeto. O previsto do Fundo da Marinha Mercante: 10,3 bilhões de dólares. Fazendo uma linha histórica da evolução dos acontecimentos na Sete, até para deixar alguns pontos bastante claros, como foi dito, a carta-compromisso do BNDES foi em 2010, em dezembro; a Sete Brasil, num primeiro momento, foi criada em dezembro de 2010; ainda em dezembro, nós tivemos a eleição do Sr. João Ferraz e do Sr. Pedro Barusco, o primeiro como Diretor-Presidente da Sete Brasil e o segundo como Diretor de Operações da Sete Brasil. Em fevereiro de 2011 a PETROBRAS fez a licitação das sete primeiras sondas que foram alocadas ao Estaleiro Atlântico Sul; em maio foram celebrados os contratos com o Estaleiro Atlântico Sul; em dezembro a PETROBRAS fez uma outra licitação de mais 21 sondas; em junho de 2012 o Sr. Eduardo Musa assumiu como Diretor de Participações da PETROBRAS, desculpe, da Sete Brasil; em julho e agosto os contratos das 21 sondas foram celebrados junto aos Estaleiros Jurong, Rio Grande,



Enseada e Brasfels. Então, nós temos as sete primeiras sondas, frutos da primeira licitação, no Estaleiro Atlântico Sul, e as 21 sondas nos demais estaleiros.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - São 28, então?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - São 28 sondas sob contrato com a PETROBRAS...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor falou 29.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - ...e uma sonda a mais, que é a 29ª, sendo construída no Estaleiro Atlântico Sul.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Tá bom.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Seguindo a nossa linha do tempo, em janeiro de 2013 houve o enquadramento das 21 sondas por parte do BNDES; em agosto de 2013 nós tivemos a renúncia do Sr. Pedro Barusco como Diretor de Operações. Então, a partir de agosto de 2013 o Sr. Pedro Barusco não participou mais da Diretoria da Sete. Em dezembro nós tivemos a aprovação do crédito pelo BNDES, pela Diretoria do BNDES; em abril de 2014 nós tivemos o desligamento do Sr. João Ferraz como Presidente da Sete Brasil e o desligamento do Sr. Eduardo Musa como Diretor de Participações da Sete Brasil. E aqui assumiu uma nova administração. Como comentei anteriormente, eu entrei em maio de 2014. Hoje faz exatamente 1 ano da minha entrada na Sete Brasil. O Sr. Renato Sanches entrou logo em seguida no cargo de Diretor de Operações. Nós tivemos aí... De imediato, quando cheguei, eu pedi para ser feita uma auditoria em todos os contratos. Nós estamos falando de mais de 100 bilhões de dólares em contratos. Então, eu achei por bem fazer uma auditoria usando um escritório de advocacia para verificar a situação de todos esses contratos. Em julho o Sr. Braulio Bastos assumiu como Diretor de Engenharia. Ainda em 2014, após tomarmos pé da Sete, nós fizemos algumas mudanças, promovemos algumas reestruturações internas, aprimorando a parte de governança e controles internos. Em novembro nós tivemos a finalização dos processos para assinatura dos contratos, de alguns contratos de algumas plataformas, com o BNDES. Nós já estávamos praticamente prontos para poder assinar alguns contratos, depois de muita dificuldade, pela complexidade que eu citei anteriormente. E foi quando surgiram notícias da Operação Lava-Jato na imprensa. A partir do momento em que houve a divulgação da informação, a



divulgação da Operação Lava-Jato, nós, na diretoria, por iniciativa própria, contratamos alguns escritórios e algumas empresas especializadas para poderem fazer uma auditoria completa em todos os contratos e processos internos da empresa, e a conclusão é que não foi encontrada nenhuma irregularidade nos contratos da Sete. Eu gostaria de repetir este ponto, por favor: através de auditorias externas de outras empresas e de outros escritórios de advocacia, não foi encontrada nenhuma irregularidade nos contratos e no processo licitatório dessas plataformas. Com a chegada das informações relativas à Lava-Jato, houve uma retração do mercado financiador, e a Sete, que estava em vias de assinar o seu financiamento, se viu obrigada a suspender o pagamento a todos os estaleiros. E assim nós estamos até hoje. Nós estamos, desde novembro, sem pagar aos estaleiros.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Os estaleiros estão paralisados?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, excelência.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Com demissão de funcionários?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, excelência. Alguns estão funcionando e um deles está parado. Eu vou ter oportunidade de abordar isso mais adiante. Em fevereiro surgiu o conteúdo da delação premiada do Barusco, que sinalizou que tinha outros diretores da antiga gestão da Sete envolvidos com o ilícito. Novas exigências foram estabelecidas pelo BNDES, fruto de toda essa ambiência. As nossas linhas de crédito de curto prazo venceram, porque nós temos financiamentos de curto prazo, são 3,6 bilhões de dólares de financiamento de curto prazo. Em março, nós celebramos um acordo com todos os bancos credores e conseguimos 90 dias para poder tratar de construir, de reestruturar a Sete Brasil, tentar colocar de pé novamente um modelo financeiro que permita dar continuidade a esse projeto. Esse prazo de 90 dias vai até final de junho. Em abril, no mês passado, nós tivemos a divulgação do nosso balanço que foi aprovado pela Price. A Price também participou conosco do acompanhamento dessas auditorias e se sentiu confortável de divulgar, de aprovar o nosso balanço. E a Sete hoje, então, está vivendo esse momento, buscando aí uma reestruturação para dar seguimento a todas as obras, dar continuidade ao projeto que está gerando milhares de empregos,



e contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional, contribuindo também para a exploração do pré-sal no Brasil. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, se puder providenciar já cópia desse material para a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Solicito à Secretária da CPI que possa produzir as cópias e entregar aos Srs. Parlamentares. Agradeço ao Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro a apresentação.

Passamos a palavra agora, primeiramente, para o Relator, Deputado Luiz Sérgio, e, em seguida, para o Deputado André Moura para fazer as perguntas, como Relator e Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, a gente não poderia votar os requerimentos de Curitiba, já que tem quórum agora para uma economia processual?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Por este Presidente não há nenhuma objeção.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos votar então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós temos a intenção de fazer a deliberativa e havíamos acordado que seria após a oitava. É claro que temos a preocupação também com a Ordem do Dia, que vai começar e pode vir a prejudicar a deliberação desses requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O de Curitiba já é segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu consulto o Plenário se nós podemos votar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem nenhum problema de votar, desde que sejam inseridos também os requerimentos extrapauta agora para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Os requerimentos extrapauta precisam de apoio e de votação nominal para serem...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas eles vão ser submetidos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vão ser submetidos.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, se forem submetidos, eu quero defender os requerimentos no mesmo momento em que forem votados os requerimentos consensuais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O.k. Vamos votar isso agora, depois os outros. Vamos votar agora.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Bruno Covas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu acho que ainda são 10h30min da manhã, tem aqui um depoente, a discussão dos requerimentos pode se estender. Eu acho que é melhor a gente ouvir...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, só os de Curitiba, Bruno. Só os de Curitiba, os outros ficam para depois.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se houver condições...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu não concordo não, não concordo que sejam feitos só os de Curitiba. Se nós abirmos para votar os requerimentos, nós temos que votar os requerimentos. Todos que estão extrapauta o Plenário delibera. Não tem isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E certamente por essa razão, vamos seguir com a audiência e depois nós votamos todos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, como não tem acordo, vamos seguir com a audiência. A gente faz isso posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. tem a palavra para fazer as perguntas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, como tem sido procedimento da minha parte, por se tratar de um requerimento da sub-relatoria, eu passo para que o Deputado André Moura possa ser o primeiro a fazer as suas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado André Moura, V.Exa. teria teoricamente 10 minutos, mas, como V. Exa. é o autor do pedido de audiência pública, V.Exa. tem o tempo que lhe convier.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero também aqui agradecer ao Deputado Luiz Sérgio, Relator, pela deferência de permitir que eu faça primeiro as perguntas.

Mas antes de iniciar as perguntas ao depoente, ao Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de indagar V.Exa. sobre a oitiva de hoje, convocada por mim na sub-relatoria, da qual eu sou responsável. Nós deveríamos ter também o depoimento do Sr. Renato Sanches Rodrigues, Diretor de Operações da Sete Brasil, substituto do Sr. Pedro Barusco na Diretoria de Operações da Sete Brasil. Quanto ao Sr. Renato Sanches, a informação que me chega — se eu estiver equivocado gostaria de ser corrigido, por favor — é a de que ele não pôde vir, alegando não ter condições de saúde para aqui estar.

Eu tenho uma cópia do atestado médico que foi encaminhado pelo Sr. Renato Sanches Rodrigues. Vou ler aqui para V.Exa. — V.Exa. já tem conhecimento — e para conhecimento também do Plenário. O atestado médico assinado pelo Dr. João Manoel Pedroso diz o seguinte:

*“Declaro que o Sr. Renato foi atendido no dia 27 de abril de 2015” — nós estamos, hoje, no dia 7 de maio, e ele foi atendido no dia 27 de abril de 2015 —“na Emergência da Clínica São Vicente, da Gávea, por mal-estar súbito e palpitações frequentes” — talvez a palpitação de alegria de vir aqui, convocado que foi. “Eletrocardiograma revelou presença de ESV frequentes. Já tem diagnóstico prévio de miocardite comprovado por ressonância magnética. Ajustada a medicação cardiovascular e recomendado repouso, além de evitar qualquer tipo de estresse físico-emocional, até estabilização do quadro clínico”.*

Sr. Presidente, este atestado médico não diz o tempo em que ele deveria estar de repouso. É um atestado médico datado de 27 de abril, quando ele foi atendido na Emergência da Clínica São Vicente. Então, indago a V.Exa. qual será o procedimento adotado, porque é um atestado médico do dia 27 e hoje é dia 7, portanto, já se passaram aí 11 dias.

E, ao indagar qual o procedimento que V.Exa. irá adotar, eu também leio aqui, Sr. Presidente, uma solicitação feita pelo Sr. Renato Sanches para ser dispensado da oitiva dele aqui nesta CPI, sob alegação de que nada pode acrescentar em



relação ao possível desvio de recursos e irregularidades relacionadas ao processo de contratação entre a PETROBRAS e a Sete Brasil.

Então, indago V.Exa. em relação ao atestado e em relação ao pedido dele para aqui não vir depor, sob alegação de que nada tem a contribuir. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, além de fazer estas duas perguntas, eu gostaria que V.Exa. solicitasse oficialmente da Sete Brasil informação sobre se do dia 27 de abril para cá o Sr. Renato Sanches não comparece ao seu local de trabalho e se está de repouso desde o dia 27 de abril. E já solicito que V.Exa. determine, de forma imediata, a condução coercitiva do mesmo para que possa ser ouvido aqui nesta Sub-relatoria e nesta CPI, caso ele já esteja em condições de aqui estar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Respondendo a V.Exa., nós já indeferimos esse pedido que foi feito pelo Sr. Renato Sanches para não vir à CPI. Nós somos obedientes àquilo que a maioria do Plenário decide, e a maioria do Plenário decidiu convocá-lo para ele aqui estar. Então, esse pedido que ele fez foi indeferido.

Eu já solicitei à Secretaria da CPI que faça um comunicado não só ao Sr. Renato Sanches, mas também ao médico e ao hospital em que ele foi atendido para saber se há ou não uma justificativa plausível para no dia de hoje ele não estar aqui, porque há 10 dias ele foi atendido. Nós entendemos que esse período já foi demasiadamente necessário para que ele pudesse se recuperar disso que foi elencado aqui pelo médico.

E pode ter certeza de que nós vamos fazer, na semana que vem, a oitiva do Sr. Renato Sanches. Já vamos deixá-la aqui marcada para a próxima quinta-feira, já que na segunda-feira e na terça-feira estaremos em Curitiba, podendo nos estender lá até quarta-feira. Então, na quinta-feira nós já deixaremos aqui marcada a oitiva do Sr. Renato Sanches para que ele possa dirimir todas as dúvidas sobre o seu trabalho à frente da Diretoria Financeira da Sete Brasil.

Nós vamos também solicitar à Sete Brasil informação sobre a sua frequência, para ver se ele não trabalhou depois desse dia em que ele foi atendido, porque se ele está apto para trabalhar ele estaria apto para aqui estar e prestar os esclarecimentos, assim como todos aqueles que já estiveram aqui e deram a sua contribuição com a investigação feita.



Nós não admitiremos, de maneira alguma, que esta CPI não seja respeitada, pela importância que ela tem para o nosso País, pela esperança que os brasileiros têm no nosso trabalho, um trabalho sério, um trabalho que venha a contribuir principalmente com a melhora das instituições brasileiras, para agirmos fortemente no combate à corrupção e podermos, ao final da CPI, apresentar o resultado que a sociedade brasileira espera, com a punição dos eventuais culpados que prejudicaram a PETROBRAS, desviaram recursos e deram uma contribuição enorme para a empresa estar hoje do jeito que está, apresentando resultados e balanços negativos que não condizem com a história dessa empresa tão importante para a população brasileira.

Tomaremos as providências para que o Sr. Renato Sanches venha, sim, a este plenário para prestar esclarecimentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, sob condução coercitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso, se assim for necessário, Deputado Arnaldo. Se ele se comprometer a vir na próxima quinta-feira, nós entenderemos que ele estava doente mesmo e na quinta-feira ele vem. Em sendo necessária a condução coercitiva, faremos sem nenhum problema. Não temos nenhum constrangimento em fazer isso para aqueles que não se dispõem a contribuir com os nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, para fazer os seus questionamentos. O Deputado Luiz Sérgio cedeu para V.Exa., Deputado André. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Já agradeço ao Deputado Luiz Sérgio a deferência, ao mesmo tempo em que agradeço a posição de V.Exa. — não tenho dúvida de que seria essa — para que nós possamos, como disse V.Exa. aqui, contribuir para passar o Brasil a limpo.

Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, V.Sa. assumiu a Presidência da Sete Brasil Participações S.A. em meio a uma série de escândalos. Obviamente, sabia muito bem onde estaria pisando, tendo também consciência da função social dessa empresa especialmente no contexto da economia brasileira. Assim, esperamos que V.Sa. colabore de forma honrosa para com a presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Iniciando meus questionamentos, pergunto a V.Sa. como foi concebido o



modelo de contratações de navios-sonda e plataformas de perfuração da PETROBRAS, que levou à criação da Sete Brasil Participações S.A.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exmo. Deputado André Moura, apenas para deixar claro, quando eu assumi como Presidente da Sete Brasil eu não tinha a menor ideia de que iria enfrentar o tipo de problema que nós enfrentamos e que ficou revelado aí a partir de novembro do ano passado. Eu não imaginava que 1 ano após chegar à Sete eu estaria aqui numa CPI tratando de assuntos dessa envergadura que aconteceram na Sete. O modelo adotado pela PETROBRAS... A PETROBRAS optou por contribuir na criação da Sete Brasil para ter esses contratos fora do seu balanço. E existem contratos assinados entre a Sete Brasil e cada um dos estaleiros — que são contratos chamados de EPC —, cada um deles separadamente para construção de plataformas, com administração da Sete e de empresas contratadas pela Sete. Dentre elas, a própria PETROBRAS é contratada da Sete para fiscalizar o andamento da obra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E qual foi o arranjo, Sr. Luiz Eduardo, qual foi o arranjo financeiro da operação sob esse modelo? A participação do BTG Pactual foi decisiva no modelo de concepção e atuação da Sete Brasil? E se foi, por quê?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O BTG Pactual é um dos 12 acionistas da Sete Brasil. Então, eles fazem parte do FIP Sondas, que detém 95% da Sete Brasil; os outros 5% são da PETROBRAS; e o BTG é mais um dos acionistas que participam das discussões, tem dois assentos no Conselho, uma participação da mesma forma que os demais. Talvez, como nós temos três bancos sentados nesse Conselho, por entenderem mais do assunto, possam ter se envolvido um pouco mais na origem, lá no início, quando foi montado. Mas a participação é igual aos demais acionistas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas o BTG é o maior acionista da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim, Excelência, é o maior acionista.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual é o percentual das ações do BTG na Sete Brasil?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O BTG tem 26% da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor disse, na sua explanação, que temos, pelo que eu entendi — se eu estiver errado o senhor me corrija, por favor —, 17 sondas em construção. E as 17 sondas, segundo V.Sa., estão atendendo aos cronogramas dos contratos firmados com a PETROBRAS. É isso, ou não?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu quis dizer que as sondas todas que estão sendo construídas elas estão atendendo ao que tange ao percentual de conteúdo nacional estabelecido no contrato com a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O contrato prevê um cronograma dessas sondas em construção. O que reza no contrato e o andamento da obra dessas sondas, eles estão rigorosamente sendo cumpridos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, esses contratos estavam rigorosamente sendo cumpridos também em termos de prazo, na sua média, até outubro do ano passado. De outubro do ano passado para cá, nós tivemos atrasos de alguns estaleiros. Porém, existem estaleiros que não pararam e continuam dentro daquilo que entendemos ser o prazo adequado para a entrega das sondas para a PETROBRAS. O modelo estabelecido, o modelo financeiro estabelecido originalmente para a Sete, o prazo de entrega para os estaleiros, dos estaleiros para a Sete, tem uma folga para o prazo de entrega da Sete para a PETROBRAS. Então, nós estávamos, até outubro, trabalhando dentro dessa margem que existia, pulmão, na sua média, para atendimento dos prazos da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. falou que alguns estaleiros estão com as obras em atraso. V.Sa. poderia explicar os motivos? Tem conhecimento, a Sete Brasil, os motivos pelos quais os estaleiros estão com as obras em atraso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois não, Excelência. Nós temos obras em atraso por dificuldades internas de alguns estaleiros, problemas internos deles; em atraso por conta de dificuldades em construção. Mas, na média, como eu coloquei, as 28 sondas sob contrato com a PETROBRAS estavam dentro do pulmão que nós tínhamos. Depois, de novembro para cá, como



nós paramos de pagar, dois estaleiros continuaram a operar praticamente sem nenhuma alteração do seu ritmo, mesmo sem receber. E os demais tiveram diferentes situações. Teve estaleiro que parou, estaleiro que reduziu o ritmo, e estaleiro que optou pelo rompimento do contrato com a Sete Brasil. Pelo menos assim eles entenderam que tinham esse direito.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa., na sua explanação, falou muito em 17 sondas, duas com mais de 80% de obras já avançadas, inclusive a Urca com 88%. Falou em outras dez com avanços de mais de 30%. V.Sa. se resumiu muito a 17 sondas, e nós sabemos que são 28 sondas. Então, em relação a essas 11 sondas faltantes, qual era a previsão original, e qual a situação atual dessas outras 11? V.Sa. se referiu muito em relação a essas 17, mas, pela contabilidade, óbvio, são 28 contratos. Tem 11 sobre as quais está faltando V.Sa. se posicionar. Qual, então, a real previsão, a previsão original delas, e qual a situação atual dessa outras 11 sondas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, essas 11 sondas, elas ainda estavam em fase de engenharia, de projeto de engenharia, fase de aquisição de equipamentos. Então, não tinham iniciado, ainda, o corte da chapa. Os estaleiros, eles não começam a cortar chapa para todas as unidades simultaneamente. Eles têm um planejamento interno de forma que, na medida em que algumas estão mais adiantadas, uma nova sonda, é iniciado o corte de chapa. Então, os meus comentários relativos a atrasos, ou não, eles envolvem também todas essas sondas. Por exemplo, lá no Estaleiro Brasfels, que é o estaleiro, um dos dois estaleiros que não parou o seu trabalho, desde o início, desde que aconteceu aí a nossa suspensão de pagamentos, ele tem duas sondas em que ainda não começou o corte de aço. Porém, não tem atraso previsto, até o momento. Eles têm como ainda cumprir os prazos de entrega dessas sondas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Essas 11 sondas, como V.Sa. colocou, ainda não começaram a cortar chapa, mas elas têm um cronograma junto aos contratos feitos, celebrados entre a PETROBRAS e a Sete Brasil. E V.Sa. acredita que essas 11 sondas também vão cumprir, como as outras 17 — afirmado aqui por V.Sa. que iriam cumprir o cronograma de entrega —, essas 11 sondas também vão cumprir esse cronograma de entrega, ou não?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Perdão, Excelência. Na realidade, dessas 17, nem todas cumprirão o cronograma de entrega, porque algumas delas estão em estaleiros que ou suspenderam as obras, ou interromperam, ou estão querendo suspender contratos. Ali, a minha intenção foi mostrar um quadro geral do adiantamento do que já foi feito fisicamente pela Sete Brasil. Mas têm sondas em que já começaram a cortar chapa e vão atrasar; sondas em que não começou o início do corte de chapas, e têm chances de entregar no prazo; e sondas, por sua vez, em que não teve o início de corte de chapa, mas também vão ser atrasadas.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor poderia explicar esse corte de chapas? Porque eu sou leigo no assunto. Que etapa é? É zero por cento, é 10%, o corte de chapa, 20%? Gostaria de uma informação técnica.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois não, Excelência. O estaleiro, antes de iniciar o corte de chapa, ele tem que ter adquirido material para isso, contratado pessoal, equipamentos necessários, ele tem que ter o projeto para que o cortador da chapa, o soldador, saiba exatamente onde cortar. Então, tem toda uma etapa inicial de investimentos necessários que variam de projeto a projeto. Mas, número redondo, eu podia falar qualquer coisa da ordem de 10%, 15% do investimento inicial, quando se começa a cortar chapa. O corte da chapa é o início do trabalho físico de construção dos blocos. Porque eu costumo dizer que a construção naval é como se fosse um Lego de engenheiro: sai montando um monte de blocos, e, depois, esses blocos são unidos, montando algo maior. Então, o corte da chapa é o início de trabalho para montar esses blocos que vão formar algo maior, um megabloco, depois, unindo com outro e se formar o casco.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Luiz Eduardo, V.Sa. disse, na sua explanação, que a PETROBRAS identificou a necessidade de estimular a construção de 40 unidades e de 40 sondas. E dessas houve a licitação para a construção de 12 sondas fora do Brasil. E a necessidade, portanto, da construção de mais 28 sondas. A PETROBRAS identificou a necessidade que essas 28 sondas fossem construídas no Brasil. E, com essa finalidade, a Sete Brasil foi criada, segundo V.Sa. disse na sua explanação. Então, a Sete Brasil foi criada com a



finalidade... Construção de 28 sondas, já que a PETROBRAS identificou a necessidade de estimular a construção de 40 delas....

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Relator, 28 mais uma, 29.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Vinte e nove.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Muito obrigado, Deputado Arnaldo. E dessas, Deputado Arnaldo, 12 foram licitadas fora do Brasil. Aí eu pergunto como é essa questão. Nós temos outras empresas em nível mundial que poderiam perfeitamente... Aí tudo bem, vamos estimular aqui, no Brasil, mas estimular e fomentar a construção de sondas no nosso País. E aí, a Sete Brasil, ela foi criada com essa finalidade. Quer dizer, ela já foi criada sabendo que ia, portanto, ser a vencedora de um possível — entre aspas — “certame licitatório”, se é que houve, não é? Porque restam muitas dúvidas. Com a finalidade... Então, assim é muito bom. Então, tem a necessidade da construção de 28 unidades de sondas. Então, se tem a necessidade, vamos aqui criar uma empresa, porque essa empresa sabe que vai ser criada já para, Deputado Onyx, poder executar a construção de 28 sondas. Quer dizer, é a certeza de que, ao ser criada a empresa, ela já vai ter a finalidade da construção de 28 sondas, mais uma, no caso, 29.

Então, por que a PETROBRAS... Primeiro, a pergunta, se, realmente, a concepção da Sete Brasil foi neste modelo: *“Olhe, vamos criar aqui uma empresa, que nós sabemos que ela já vai nascer com a certeza da construção de 28 mais uma, 29 sondas”*. Numa clara e evidente prova de que a coisa foi criada para burlar a legislação e, conseqüentemente, trazer lucros altíssimos aos sócios cotistas dessas empresas e bancos que hoje, naturalmente, são os acionistas da Sete Brasil. Então, é claro e evidente... E aí foi explanação de V.Sa. aqui, aqui foi explanação de V.Sa., e está gravado, e V.Sa. não venha dizer o contrário, está gravado aqui que a Sete Brasil — não foi com essas palavras, mas a intenção foi essa — foi criada com essa finalidade.

Então, eu quero ouvir aqui de V.Sa. a afirmação: realmente foi essa a finalidade? A construção já, o passaporte carimbado, a certeza de que *“vamos construir uma empresa, com bancos e outras empresas acionistas, que, com certeza, já vai nascer com um contrato garantido, sem licitação”*, porque, se há uma



licitação, e se ela é pública, se ela é correta, transparente, você não pode saber que a Sete Brasil ia ser vencedora desse certame para a construção de 28 mais uma sondas, 29 sondas, navios-sondas.

Então, essa aqui foi afirmação de V.Sa.. Eu quero que V.Sa., então, me explique por que essa convicção plena de que a Sete Brasil seria vencedora dessa licitação fraudulenta para a construção de 28 mais uma, 29 sondas para serem entregues à PETROBRAS.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não fazia parte da Sete Brasil e nem da PETROBRAS naquele período. Mas a Sete Brasil, ela participou da licitação. Ela não foi criada já tendo as sondas. Ela participou da licitação de 21 sondas. Teve, pelo menos, mais um participante na licitação, pelo que eu me lembre, e não foi algo já carimbado, já aquinhoadado para a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Foi V.Sa. que disse, aqui. Eu anotei, eu anotei aqui. V.Sa. foi falando e eu anotando. Vou repetir aqui: *“PETROBRAS: necessidade de estimular a construção de 40 unidades; licitação de 12 sondas fora do Brasil; necessidade de 28 sondas serem construídas no Brasil”*. *“E a Sete Brasil...”* Palavras de V.Sa., e, se for necessário, Sr. Presidente, vou pedir a gravação, para que até o final do depoimento dele eu possa repetir aqui, para que ele possa dizer se está entrando em contradição, que ele acabou de dizer há 10, 15 minutos aqui. Palavras de V.Sa., palavras de V.Sa.: *“que a Sete Brasil foi criada com essa finalidade”*. E V.Sa. ainda disse: *“Deixar bem claro que a Sete Brasil é uma empresa privada, e que foi criada com essa finalidade: para construir 28 unidades, 28 sondas, para serem utilizadas pela PETROBRAS”*.

Então... Ainda disse aqui *“os parâmetros determinados pela ANP, de exigência...”*, de exigência *“...para a construção dessas unidades”*. Palavras de V.Sa. Se V.Sa. aqui negar, eu vou pedir o áudio para que, aqui mesmo, nesta audiência pública, a gente possa tirar a dúvida do que V.Sa. disse aqui, e o que V.Sa. está afirmando agora, 15 ou 20 minutos depois.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, o que eu quis colocar é que a PETROBRAS identificou, na época do pré-sal, uma necessidade de 40 sondas. Doze sondas, ela fez uma licitação, participaram diversas empresas, e essas plataformas foram construídas fora do Brasil. Ela ainda tinha uma demanda



remanescente de sondas. E com a chegada da necessidade do conteúdo local, por parte da ANP, ela foi obrigada a licitar de forma que essas plataformas fossem construídas aqui, no Brasil. E essa licitação, a Sete Brasil participou; ela foi construída, ela foi constituída exatamente para poder mitigar o risco de termos operadores individuais participando da licitação. Então, a ideia era que uma empresa com maior condição de participar e mitigar esse risco fosse construída, fosse constituída. E assim foi. Ela foi montada antes da licitação das 21 sondas, e conseguiu esses contratos, mesmo tendo outro participante na licitação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Ela foi, ela foi, então, como V.Sa. acabou de dizer, criada antes do certame, do processo licitatório? É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim, Excelência, das 21 sondas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Lógico! Mas ela tinha que ser criada mesmo antes; ela não podia ser criada depois da licitação. Esta não é, aqui, a explicação. Ela não poderia ser criada depois da licitação. Tinha que ser criada antes para participar do certame. É óbvio.

O que eu perguntei aqui tem a ver com a afirmação de V.Sa., ao dizer que ela foi criada com essa finalidade de participar do certame e de construir os 28 navios-sondas. Foi isso que eu perguntei, e se V.Sa. confirma o que disse aqui, na sua explanação, confirma, sim ou não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Perdão, Excelência. Eu não afirmei que ela já tinha as 28 sondas...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que pegue a gravação para, depois, ser passada aqui, antes do término da oitiva, e conferir se eu estou equivocado ou se ele está faltando com a verdade — se eu estou equivocado ou se ele está faltando com a verdade. Queria que V.Exa. determinasse...

Vou passar para outras perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vou solicitar. Enquanto isso, V.Exa. segue com os questionamentos. Nós iremos solicitar o áudio.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E ele está aqui sob juramento.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Deputado André Moura, é só uma contribuição de 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu vejo como imprescindível que a gente faça a oitiva do Sr. João Carlos Ferraz, o primeiro Presidente da Sete Brasil...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Só para contribuir, Deputado: já foi feita a convocação dele. Também está convocado...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim, mas nós não temos requerimento aprovado dessa convocação. Por isso que eu estou comentando.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Tem.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - A informação que eu tenho é que não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Houve uma priorização do Deputado André Moura para que pudéssemos fazer na próxima reunião deliberativa. Mas, na reunião de trabalho realizada ontem, chegou-se à conclusão de que deveríamos tratar hoje do assunto de Curitiba, porque é iminente, vamos na segunda-feira, para que a gente pudesse evoluir e, na próxima semana, nós deveremos fazer uma reunião deliberativa para podermos evoluir. Mas o Deputado André Moura já pediu a convocação do Sr. João Ferraz.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Certo, certo. Eu só quero, depois, fazer uma sugestão: que, depois desta oitiva, o Deputado André Moura avaliasse a possibilidade de uma acareação entre Sérgio Gabrielli, Ferraz e Pedro Barusco. Eu creio que será revelador. Aí, depois, talvez a gente tenha que trazer os atuais, de novo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perfeito. Faremos, portanto, o requerimento em conjunto, se V.Exa. assim concordar.

Mas V.Sa., Sr. Luiz Eduardo Guimarães, falou que a BTG Pactual detém 26% das quotas acionistas e que existem bancos também que participam entre os 95%.

V.Sa. poderia citar quais os bancos, os três bancos que fazem parte como acionistas da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois não, Excelência. Nós temos o Santander e o Bradesco, além do BTG Pactual.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O Santander e o Bradesco são os outros dois bancos.

Por que a PETROBRAS não realizou diretamente o serviço de sondagem obtendo recursos também diretamente junto ao BNDES, BNDESPar e o FI-FGTS, por exemplo? Por que a PETROBRAS não realizou diretamente o serviço de sondagem? E a PETROBRAS, diretamente, portanto, não foi em busca desses recursos junto — como já citei aqui, apenas como exemplos — ao BNDES, BNDESPar e FI-FGTS.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, na época em que essa decisão foi tomada, eu não estava mais na PETROBRAS. Acredito que deva ser dirigida à PETROBRAS essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. poderia nos dar um quadro geral do modelo concebido para a estruturação da Sete Brasil, ou do grupo empresarial, de seus acionistas e das empresas coligadas ou subsidiárias, da Sete Brasil no Brasil e no exterior?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não tenho isso aqui, mas eu posso providenciar e encaminhar ao senhor rapidamente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. é Presidente da Sete Brasil e não sabe nos dizer o quadro de estruturação da empresa, dos seus acionistas, das empresas coligadas, ou subsidiárias da Sete Brasil? V.Sa. não sabe informar isso? Faz 1 ano hoje que assumiu a Presidência e não sabe informar?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu consigo informar uma boa parte disso — tenho aqui comigo inclusive —, mas eu estou acreditando que V.Exa. está querendo uma informação completa, mais abrangente. Então, nós temos *slides* com isso tudo pronto, mas se V.Exa. quiser eu posso fazer um pequeno resumo no momento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, faça um pequeno resumo e depois V.Sa. encaminha mais detalhado.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O.k. Nos temos... A Sete Brasil tem a Sete Internacional, e a essa Sete Internacional nós temos ligadas 29 SPEs. Elas ficam na Holanda. Em cada uma dessas SPEs nós temos como sócios delas a Sete Brasil, com percentual variando aí em 75%, de 70% a 85%, e um



operador para cada uma dessas SPEs, com percentual variando de 30 a 15%. Então, cada uma dessas SPEs tem sócios distintos. Cada SPE é uma empresa diferente. Elas ficam na Holanda. Como acionistas da Sete, nós temos o BTG Pactual, a PETROS, a FUNCEF, a PETROBRAS, o FI-FGTS, o Santander, o EIG, a Luce Venture, o Bradesco, a VALIA, a PREVI e a Lakeshore. Isso, em linhas gerais, é o nosso quadro. Se V.Exa. precisar de mais detalhes, eu posso providenciar.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Como V.Sa. já disse que tem mais detalhado, eu gostaria que fosse encaminhado a esta CPI mais detalhadamente.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Quem são as pessoas que dirigem a Sete Brasil Participações S.A., o FIP Sondas, as sociedades de propósito específico e outras entidades que integram o grupo empresarial? Como foram nomeados esses dirigentes? Quais foram os critérios de escolha para a nomeação desses dirigentes? Eu vou repetir, porque, talvez, V.Sa. não tenha gravado: quem são as pessoas que dirigem a Sete Brasil Participações S.A., o FIP Sondas e as sociedades de propósito específico, ou outras entidades que integram o grupo empresarial?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu gostaria de poder encaminhar ao senhor, porque são diversas pessoas e eu não tenho o nome de todas elas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k. Fico no aguardo de que V.Sa. possa encaminhar.

Onde se encontram e como podem ser disponibilizados os contratos sociais, documentos e arquivos da Sete Brasil e das demais empresas do grupo?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, nós já encaminhamos isso através de um CD, mas podemos encaminhar novamente...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Com todos os contratos sociais, todos os documentos e arquivos da Sete Brasil ou só dos contratos sociais? Veja o que eu estou pedindo. Estou perguntando aqui... Dos contratos sociais é uma coisa, mas eu estou estendendo aqui documentos e arquivos da Sete Brasil e das empresas do grupo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, se não tiver vindo completo, nós vamos providenciar e encaminhar em seguida.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, já vou adiantar para V.Sa. que não veio completo. Portanto, encaminhe completo, por favor.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Anotou o que eu estou solicitando?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Está tudo anotado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. pertence ou pertenceu a algum partido político, ou entidade ligada a partido político?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência. Nunca tive vinculação a partido político.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Quais os cargos V.Sa. ocupou antes de ser indicado para a Presidência da Sete Brasil e em que períodos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - V.Exa. está se referindo ao período também dentro da PETROBRAS ou só fora da PETROBRAS?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não, dentro da PETROBRAS, V.Sa. já colocou na sua explanação inicial. Estou falando fora da PETROBRAS.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Fora da PETROBRAS, meu primeiro emprego foi como Diretor-Executivo da Schahin; depois eu fui como Diretor de Operações; posteriormente, como Diretor-Presidente da OSX; e, em seguida, como Diretor-Presidente da OGX.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. é sócio de alguma empresa fora a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu tenho uma empresa que eu criei para poder prestar consultoria, mas ela nunca faturou. É a única que eu posso dizer que sou sócio dela, mais nada.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Como é o nome dessa empresa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É a Carta Consultoria, algo desse tipo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor não é sócio nem nunca foi sócio da Óleo e Gás Participações S.A.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu estou me lembrando que eu tive participação numa empresa, na minha época da Schahin. Eu



era pessoa jurídica, mas eu extingui essa empresa, e eu confesso que eu não lembro o nome dela.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu vou tentar reavivar a memória de V.Sa. Ninguém passa a ser acionista de uma empresa para não lembrar. Ninguém! Ninguém entra em uma sociedade para não lembrar. V.Sa. aqui, pela explanação que V.Sa. fez e pelo que V.Sa. disse depois aqui, talvez esteja com um problema de amnésia, porque V.Sa. disse algumas coisas aqui e 15 minutos depois disse outras aí.

Então, vou reavivar a memória de V.Sa. Óleo e Gás Participações S.A. V.Sa. não tem nenhum tipo de participação na sociedade? Estou perguntando especificamente: Óleo e Gás Participações S.A. Dessa empresa, V.Sa. não é quotista, nem nunca foi sócio dela?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não que eu me lembre, Excelência. Mas pela força das funções que eu ocupei, muitas vezes algumas empresas eram criadas. Como dirigente das empresas, eu assumia alguma posição nelas. Depois, isso era interrompido. Eu, sinceramente, não me lembro dessa Óleo e Gás Participações S.A.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Deputado André, acho que ele pode ter sido laranja dessa empresa. Não é? Ele não lembra. Então, emprestou o nome e os documentos para ser laranja da empresa. Normalmente, eu me lembro de todas as empresas de que fui sócio. Qualquer pessoa comum lembraria. Então, deu os documentos para ser laranja.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu vou contribuir aqui com V.Sa., já que V.Sa. disse que não lembra se participou de sociedade na Óleo e Gás Participações. V.Sa. não lembra de mais nenhuma outra empresa que V.Sa. tenha sido quotista ou sócio?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não.

Parnaíba Gás Natural S.A. Também esse nome não lhe é familiar? Também não lembra de nada? Parnaíba... Vou repetir: Parnaíba Gás Natural S.A.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Essa era uma das empresas da OGX na ocasião. E como eu tive ocasião de comentar, Excelência, o



diretor-presidente das empresas ocupa funções de diretoria em diversas de suas subsidiárias. E isso, a rigor, deve durar apenas o período em que ele está como diretor-presidente das empresas. Uma vez que ele saia dessas empresas, isso deve ser extinto. Eu espero que isso tenha sido extinto lá pela OGX também.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor ainda consta como sócio. O senhor entrou, pelo documento que eu tenho, na Parnaíba Gás Natural, de 2012 até a presente data. L.E.G.C. Engenharia e Consultoria Ltda.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, essa é a empresa que foi criada na época que eu era pessoa jurídica na Schahin. Ela durou um período aí de 1 ano a 2 anos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não. V.Sa. falou Carta Consultoria Empresarial.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, Carta Consultoria é a empresa que hoje eu tenho ainda e nunca faturou.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Tá.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A L.E.G.C. era a empresa através da qual eu recebia como pessoa jurídica na Schahin.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - DATAFLUX — Serviços de Telecomunicações S.A.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Talvez seja uma das...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Tudo é talvez.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - ... dezenas de empresas que eu fui representante por força das funções que eu ocupei até aqui. Eu fiquei como Gerente-Executivo na PETROBRAS por 18 anos em diversas posições. Fiquei como Diretor-Presidente de quatro empresas, e em todas essas situações empresas foram criadas por necessidade de funcionamento do local onde eu trabalhava, e elas, como eu disse, devem ter sido extintas na medida em que eu saía das empresas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu depois, então, vou pedir ao Presidente Hugo Motta que conste este documento que eu trouxe, porque, por aqui, V.Sa. ainda é sócio de muitas empresas. Se ainda não foi excluído o nome de V.Sa. de empresas desse porte, e V.Sa. diz que não sabe dizer se o seu nome ainda



consta ou foi excluído... Ninguém entra numa sociedade de uma empresa dessa ou deixa de participar sem ter conhecimento. São várias. Aqui não são poucas, são várias: DATAFLUX, Eneva, Oligás Participações.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Deputado André Moura, só uma breve colaboração. Na declaração de bens e rendimentos, todas elas devem constar. Se não constam, algo...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então vou solicitar, com a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni, a V.Sa. que encaminhe para esta Comissão a sua Declaração do Imposto de Renda, para que nós possamos verificar, porque a lista na qual V.Sa. ainda consta como sócio é extensa. Vou ler aqui as que V.Sa. consta como sócio ainda. Não vou mais citar aqui as que V.Sa. foi sócio, mas as que consta como sócio ainda: Eneva S.A., Oligás Participações, Parnaíba Gás Natural, Carta Consultoria. V.Sa. acabou de citar aqui que ainda permanece como sócio.

Então, solicito aqui, Presidente Hugo Motta, a esta Comissão — depois faremos requerimento oficial, mas já quero antecipar —, que o Sr. Luiz Eduardo Guimarães possa encaminhar para esta CPI sua declaração de bens e do Imposto de Renda, para que nós possamos verificar, já que ele afirmou aqui nesta CPI, que não é sócio, com exceção apenas da Carta Consultoria Empresarial, de nenhuma dessas outras empresas por mim citadas aqui e por documento que a nossa assessoria nos trouxe.

Dou continuidade às nossas perguntas. Sr. Luiz Eduardo Guimarães, que vai nos encaminhar, tenho certeza, cópia dos seus bens e da Declaração do Imposto de Renda, quem indicou o nome de V.Sa. para ocupar o cargo atual que ocupa de Presidente da Sete Brasil Participações S.A.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A indicação do nome foi da Diretoria da PETROBRAS, através de uma lista tríplice, e a escolha do nome se deu através dos acionistas da Sete Brasil. Eles escolheram um dos nomes da lista tríplice apresentada.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E V.Sa. entende que, na lista tríplice apresentada — primeiro V.Sa. constar da lista tríplice, depois ser o escolhido da lista tríplice —, quais as condições, competências, enfim, circunstâncias que V.Sa. entende que concorreram para sua nomeação?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Para minha indicação, eu acho que concorreu o fato de o meu currículo ter muito a ver com a atividade hoje desenvolvida pela Sete Brasil. Eu já fui responsável por esse tipo de atividade no Nordeste do Brasil, na Bacia de Campos, que é o maior centro de atividades desse tipo no mundo, no Brasil como um todo. Já trabalhei na engenharia, construindo unidades navais, já trabalhei fora da PETROBRAS, construindo essas unidades na Ásia, já trabalhei em construção de estaleiro. Então, eu acredito que tenha sido o meu currículo que me qualificou para fazer parte dessa lista tríplice apresentada pela PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Bom, V.Sa. deu uma explicação aqui das circunstâncias em que foi escolhido para ocupar o cargo, circunstâncias essas que demonstram, por parte de V.Sa., muita competência.

Voltando um pouco ao tempo, quando o senhor assumiu a OGX, o senhor se lembra de qual era o valor da ação da OGX à época? E quando o senhor deixou a OGX, o senhor se lembra do valor das ações quando V.Sa. deixou a OGX?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu lembro que a ação devia estar na casa de 6 reais, algo dessa ordem, quando eu cheguei à OGX. Quando eu cheguei ao Grupo X, ela estava 23 reais, e quando eu saí, ela estava em centavos, quando eu saí da OGX.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - É. Vou contribuir com V.Sa., mas a finalidade da pergunta acho que V.Sa. já respondeu, que é a prova da competência de V.Sa.

V.Sa., quando chegou ao Grupo X, na OGX, o valor da ação era de 17 reais. Quando V.Sa. saiu, estava em 0,7 centavos de real. Então realmente a competência comprovada de V.Sa. no Grupo X, na OGX, foi fundamental para a escolha de V.Sa. para a Sete Brasil. V.Sa. realmente mostra um currículo de muita competência, e é por isso que a Sete Brasil, hoje, não cumpre o seu cronograma de desembolso junto aos estaleiros. Os estaleiros estão com as obras paralisadas.

E aí V.Sa. vem me dizer que o que concorreu para a sua nomeação foi o seu currículo de competência, entre eles, comprovado na OGX. Quando V.Sa. entrou no grupo, a ação, na época, da OGX era de 17 reais e quando V.Sa. saiu da Diretoria,



Deputado Izalci, era de 7 centavos. E aí para vermos a que ponto nós chegamos, no nosso Brasil, sobre a competência dos nossos executivos.

O senhor participou da elaboração dos informes ao mercado acerca dos volumes responsáveis de petróleo, do potencial de produção dos campos e dos poços? A produção efetiva e as reservas foram compatíveis com esses informes ou não? *(Pausa.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Quer que eu repita?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não há necessidade, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Pois não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu ouvi bem. Eu realmente participei de alguns informes durante esse período, mas, se o senhor me permite, se V.Exa. me permite, eu gostaria de fazer uma observação. A OGX é uma empresa que, quando eu cheguei nela, ela já tinha de 4 a 5 anos de funcionamento. Realmente, quando eu cheguei ao grupo, ela devia estar a 17 reais. Depois, ela subiu até 23 reais, lembro-me bem. E depois ela caiu vertiginosamente. A queda foi tão violenta que levou, na ocasião, o Sr. Eike Batista a substituir o Presidente da empresa. E cheguei eu à OGX para poder verificar o que existia de fato na OGX e o que era possível ainda ser feito pela OGX. E foi feito um trabalho de primeira linha, com tudo o que existe de possível de capacitação técnica, com um corpo técnico, com o auxílio de empresas especializadas — um trabalho longo, não um trabalho curto —, para poder verificar qual era a potencialidade de produção dos campos. E esse trabalho foi concluído, e, infelizmente, o resultado não foi satisfatório. O que nós encontramos lá não permitia, realmente, a empresa manter o nível de produção e o nível de atender aquilo que tinha sido gerado de expectativa ao mercado. De forma que eu gostaria de dizer a S.Exa. que, em absoluto, eu concordo com a observação de que isso foi um exemplo de incompetência de minha parte. O trabalho foi feito de forma muito competente, e eu não tenho nada a me envergonhar desse período.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Trabalho tão competente que chegou ao que chegou o Grupo X.



Para vir a ocupar esse cargo foram exigidas a V.Sa. contrapartidas? Foram exigidos a V.Sa. compromissos? E, se foram exigidos, quais esses compromissos, essas contrapartidas? Em favor de quem foram exigidos esses compromissos, essas contrapartidas? (*Pausa.*)

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, se nós estamos falando de contrapartidas para assumir esse cargo, não foi pedido contrapartida alguma. Eu simplesmente assumi porque gostei do projeto, acredito no projeto, entendo que é um projeto que é muito importante para o País e tenho procurado fazer o meu melhor.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, só um questionamento: o objeto do requerimento é Sete ou LX?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, peço não ser interrompido. Depois, o Deputado Afonso faz as perguntas que ele quiser, da maneira que ele quiser e bem entender. Só peço não ser interrompido.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Se algum Parlamentar interrompeu o Deputado André Moura não fui eu. Eu esperei um intervalo da declaração do depoente e aí fiz uma pergunta a V.Exa. Se for proibido fazer pergunta a V.Exa., isso tem que ser registrado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. pode aqui nos dizer qual o montante, já que V.Sa. disse que não foi exigido nada? Quais são as pessoas que integram o seu *staff* direto, ou as pessoas mais próximas que integram o seu *staff* na Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na Sete Brasil, nós temos o Diretor Renato Sanchez, que é o Diretor de Operações; temos o Diretor Bráulio, que eu também já comentei sobre ele, que é o Diretor da Engenharia; o Diretor Ricardo Froes, que é o Diretor Financeiro; o Diretor Caio, que está aqui do meu lado, que é o Diretor Jurídico. A nível de Diretoria, esse é o *staff*.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E qual o montante da despesa anual da Sete Brasil com a Diretoria como um todo, considerando pagamento de salários, gratificações, bônus por resultado, bem como eventual participação em cotas ou dividendos de ações da empresa?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não tenho esse número exato aqui. Eu posso levantar ou fazer uma conta por alto aqui.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, V.Sa., depois, faça o encaminhamento, por favor, desse dado mais preciso.

Mas V.Sa. sabe me dizer, pelo menos, o montante em relação ao cargo do Presidente?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim. O cargo do Presidente, Excelência, eu posso dizer: o meu salário hoje é na casa de 107 mil reais, 110 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Cento e dez mil reais?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exato.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor sabe me dizer qual o montante do seu patrimônio pessoal?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Meu patrimônio pessoal deve estar na casa de 17 milhões.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Dezessete milhões.

V.Sa. pode disponibilizar a esta CPI... V.Sa. já se comprometeu a disponibilizar a questão dos seus bens, mas também a questão que nós já solicitamos da Sete Brasil que, eu tenho certeza, irá contribuir muito.

Em grandes números, como V.Sa. poderia resumir a operação da Sete Brasil em termos de investimentos iniciais: faturamento ao longo dos primeiros 10 ou 20 anos e lucratividade esperada?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A Sete Brasil ainda não é uma empresa operacional. Então, ela não tem faturamento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Eu vou repetir a pergunta: V.Sa. poderia resumir a operação da Sete Brasil em termos de investimentos iniciais: faturamento ao longo dos primeiros 10 ou 20 anos e lucratividade esperada?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Os investimentos iniciais da Sete Brasil. A Sete Brasil estava investindo na casa de 250 milhões de dólares por mês para manter os cinco estaleiros funcionando até outubro do ano passado. A receita da Sete prevista é de iniciar, no ano que vem, com a operação das primeiras sondas e ela vai num crescente até 2020, dentro do seu planejamento original, para



colocar todas essas sondas em funcionamento. No final, depois de todas as sondas operando, a previsão é de ser uma empresa com EBITDA de 6 bilhões de reais.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Houve alguma mudança...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Deputado André, só para saber o faturamento de cada sonda. Quanto é que a PETROBRAS pagaria para cada sonda dessa? A previsão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Pois não.

O faturamento de cada sonda prevista com pagamento da PETROBRAS, V.Sa. pode nos dizer?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Cada sonda dessa prevista, a taxa diária dela é 500 mil dólares, que atualizada até o momento dá 466 mil dólares, a taxa diária, na média.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual o volume de recursos prometidos e quais os efetivamente aportados pelos acionistas da Sete Brasil: PETROBRAS e FIP Sondas? No FIP Sondas, pelos cotistas individualmente?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não tenho esse número aqui, mas posso encaminhá-lo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Gostaria, então, que V.Sa. encaminhasse a esta CPI.

Houve alguma mudança significativa entre o que foi inicialmente previsto em termos de capitalização e o que foi concretizado? Como isso impactou as operações da empresa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, as operações da empresa não iniciaram ainda. Nós tínhamos um modelo onde, como eu tive a oportunidade de comentar, cada SPE era constituída por um operador e pela Sete. Nós estamos no momento fazendo uma reestruturação e pensando numa operação num modelo um pouco diferente. Mas a verdade é que nós não tivemos nenhuma operação até o momento, e o que aconteceu é que, com a suspensão dos pagamentos e das obras, nós vamos ter todo esse planejamento alterado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Em termos de aportes de terceiros, empréstimos, financiamentos e outras operações financeiras, quais os valores previstos e os realizados?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu também não tenho esses números aqui. Eu poderia providenciá-los.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Gostaria que V.Sa. então encaminhasse a esta CPI.

V.Sa. sabe me responder qual o montante de recursos aportados e o que a Sete Brasil ainda pleiteia junto ao BNDES e BNDESPAR?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, nós estamos, no momento, fazendo uma reestruturação, desenhando algumas alternativas, alguns modelos. Nós temos até o final de junho, e aí, sim, nós teremos uma ideia de qual volume de recursos a Sete vai precisar para poder botar de pé novamente o projeto, no tamanho original ou no tamanho que essa reestruturação financeira apontar que é possível.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, há um planejamento de ainda solicitar recursos, aporte financeiro, por exemplo, ao BNDES e ao BNDESPAR?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, isso está sendo conduzido juntamente com os bancos credores. Existem diversas alternativas de aporte de recursos, mas, no momento, não há nada definido. No momento eu ainda não tenho como responder a pergunta de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Por que os agentes financeiros deixaram de aportar recursos para a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Os agentes financeiros deixaram de aportar recursos para a Sete Brasil porque, pelas notícias que foram vistas através dos jornais, vários dos estaleiros estariam envolvidos na Lava-Jato. Isso gerou um clima de muita preocupação, de incerteza. E até que se pudesse entender melhor o que aconteceu, quais eram as extensões dentro da Sete, eles entenderam que não deveriam mais aportar recursos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Que estaleiros e outras empresas foram contratadas pela Sete Brasil para a realização de projetos ou obras? Gostaria que V.Sa. especificasse, deixasse aqui citado todos os estaleiros e outras empresas que foram contratadas pela Sete Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pela Sete Brasil foram contratados apenas esses cinco estaleiros que eu citei aqui: o ERG, no Rio Grande



do Sul, o Brasfels, o Enseada, o Jurong Aracruz e o Atlântico Sul. Esses estaleiros subcontrataram alguns outros para poder auxiliá-los, desde que fique dentro daquele limite de conteúdo local que foi estabelecido contratualmente pela PETROBRAS. Mas aí foi um processo direto dos estaleiros com terceiros.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Quais os representantes dessas empresas que mantêm ou mantinham relacionamento com V.Sa.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na realidade eu tive muito pouco contato com os estaleiros, Excelência. Lá do Rio Grande do Sul, o ERG, eu cheguei a visitar o estaleiro três vezes. O Presidente anterior, que esteve preso pela Lava-Jato, chegou a comparecer lá na Sete. O atual também. Todos os presidentes dos estaleiros estiveram na Sete.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Todos tiveram contato e mantêm esse relacionamento com V.Sa.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Um relacionamento estritamente profissional e raramente o contato sendo feito entre a Sete, na figura do Presidente, e os presidentes dos estaleiros.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Qual o volume que o senhor pode nos dizer aqui — estimado, pelo menos — de investimento para a construção das sondas e, após, para a sua operação? Principalmente para a sua operação.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O volume de recursos necessários de investimento, como foi dito, é 26,4 bilhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E para sua operação?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência está se referindo à operação das sondas?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sim.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A operação das sondas, existe a necessidade de recursos necessários para cobrir 2 meses. Eu acredito que seja qualquer coisa na ordem aí de 3 milhões — desculpe, de 3 bilhões de reais. É algo dessa ordem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Dito isso, qual é a situação econômico-financeira da Sete Brasil e quais as perspectivas no momento? Qual a estratégia adotada na busca de solução para os problemas da empresa?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, a situação da Sete Brasil hoje é que ela não tem condições de pagar aos estaleiros até que essa reestruturação financeira seja feita. Então, nós suspendemos os pagamentos em novembro e assim temos permanecido até o presente momento. Nossa expectativa é de que, com essa reestruturação financeira, seja possível retomar as operações a partir do segundo semestre.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, eu pedi licença ao Relator, meu colega André Moura, para saber se o material da explanação do Sr. Luiz Eduardo já está disponível — o que ele apresentou.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Se V.Sa. me permite, o áudio, que é o mais importante, para que a gente possa confirmar o que ele disse num primeiro momento na explanação, e o que depois ele disse aqui já no seu depoimento.

Não sei, Sr. Presidente, se já está sendo providenciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não, já está disponível.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O áudio também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Também.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k.

O senhor foi substituto do Ferraz, na Diretoria. A Diretoria foi substituída, o Ferraz, o Barusco, desde quando V.Sa. assumiu o comando da Sete Brasil. E existia um esquema de propina paga pelos estaleiros de 0,9% à Diretoria, ao Barusco, ao Ferraz. Quando V.Sa. assumiu, quais foram as ações, quais foram as medidas adotadas por V.Sa. para que esse esquema de pagamento de propina, de corrupção, dito e afirmado pelo Barusco, por exemplo, pago pelos estaleiros aos diretores da Sete Brasil? Qual foi a atitude, qual foi a ação que V.Sa. tomou para que esse esquema de corrupção fosse interrompido? Se é que foi interrompido.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, como eu tive a oportunidade de comentar, logo que nós assumimos na Sete Brasil foi feita uma primeira auditoria, a meu pedido, para verificar a condição de todos os contratos. Na ocasião, não existia informação nenhuma de ilícito acontecendo. Quando soubemos, em novembro, através da imprensa, da Operação Lava-Jato, nós contratamos alguns escritórios e empresas para poder fazer uma nova auditoria. E no meio dessa auditoria, para V.Exas. terem uma ideia, até os nossos próprios *e-mails* pessoais,



não apenas da Diretoria que saiu, mas da Diretoria existente, o meu próprio celular foi copiado, meus *e-mails* pessoais, de todos os diretores atuais, dos executivos principais, das secretárias que estavam lá antes. Então, tudo o que foi possível fazer de auditoria foi feito, e nada foi encontrado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Qual empresa que foi contratada pela Sete Brasil? Por favor, qual empresa foi contratada para fazer essa investigação? Permita-me, Relator.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nós contratamos, num primeiro momento, a Villemor Amaral, depois a Veirano e a Clifford Chance, a KPMG e a Noble Denton.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Essas empresas foram contratadas para fazer auditoria depois que V.Sa., a Diretoria, tomou conhecimento, em novembro do ano passado, através da imprensa, do que foi dito do pagamento de propina dos estaleiros à Diretoria da Sete Brasil. O senhor confirma essa informação?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Confirmo. E confirmo que até o momento nada foi encontrado de errado...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Nada foi encontrado de errado?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - ... e, na linha do que pelo menos eu tive ocasião de ver na delação premiada do Sr. Pedro Barusco, esses acertos teriam sido feitos por fora, não internamente através dos contratos da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Essa auditoria feita por essas empresas contratadas já foi concluída?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Existem duas auditorias ainda em fase final de conclusão.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Em fase final de conclusão.

V.Sa. poderia encaminhar a esta CPI a auditoria dessas empresas, no que tange... porque as empresas foram contratadas com essa finalidade.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, obviamente que se eu receber uma solicitação para encaminhar, uma intimação para encaminhar, eu vou fazer todo o possível para encaminhar. Eu vou ter que verificar



as cláusulas contratuais existentes entre a Sete Brasil e essas empresas, quais são as consequências, eventualmente, de uma divulgação desse material.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Novamente, quais são essas empresas? Por favor, depoente.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - No primeiro momento, Villemor Amaral, logo que eu cheguei, depois Veirano, um escritório de advocacia, o Clifford Chance, que é um escritório de advocacia inglês, americano, a KPMG e a Noble Denton.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Agora, essas duas últimas que o senhor citou... São essas duas últimas? O senhor falou agora em duas últimas empresas de auditoria.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Que estão ainda em andamento?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Que estão em andamento ainda é a da Veirano e da KPMG. Uma parte da Veirano, porque a Veirano fez mais de um trabalho lá conosco.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Luiz Eduardo, notícia da *Rádio CBN*, de hoje, informa que o BTG Pactual reconhece ter perdido 280 milhões de reais investidos na Sete Brasil. Por isso seu lucro no primeiro trimestre de 2015 teria crescido apenas 3% em relação ao mesmo período em 2014, ficando apenas o seu lucro no primeiro trimestre de 2015 em 854 milhões de reais. V.Sa. concorda com essa afirmativa do BTG Pactual de que reconhece ter perdido 280 milhões investidos na Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu desconheço os números internos do BTG. Eu não tenho como responder essa pergunta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não, eu não estou dizendo que... Eu não estou perguntando se concorda com o número, mas V.Sa. concorda com o que foi noticiado pela *Rádio CBN* que o BTG Pactual perdeu milhões de reais que foram investidos na Sete Brasil? V.Sa. sabe! Porque o BTG Pactual é acionista. Se ele é acionista e afirma que perdeu 280 milhões, não é possível que V.Sa., como



Presidente tão competente que é da Sete Brasil, não saiba dizer, não saiba informar se houve prejuízo por parte do BTG Pactual junto à Sete Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não posso responder especificamente sobre o BTG, mas eu posso afirmar sobre os investidores da Sete como um todo. A Sete, no momento, está num momento de reestruturação. Obviamente que o capital investido pelos acionistas originalmente, que tinham uma perspectiva de rentabilidade... Hoje buscamos uma solução que pelo menos faça com que os investidores não percam recurso e tenham uma rentabilidade mínima. Qual é esse número? Não tenho como dizer. Mas também não se pode afirmar hoje que eles perderam recursos na Sete Brasil, porque até o final de junho estamos tentando botar de pé um plano de reestruturação financeira.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. está tentando botar de pé com um plano de reestruturação, mas até o presente momento os acionistas estão tendo lucro, estão empatando ou estão tendo prejuízo, como afirmou o BTG Pactual, de um prejuízo de 280 milhões até o presente momento?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Lucro não podem estar tendo, porque eles não começaram a ter retorno do capital. Prejuízo também não tem como afirmar, porque o projeto ainda está em implantação. Nós estamos com um momento, uma dificuldade transitória de caixa, de reestruturação financeira. Depois que reestruturarmos, nós vamos poder ter uma fotografia de qual é a projeção eventual de lucro ou prejuízo que essas empresas terão. No momento, não tem como se...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Em resumo, a Sete Brasil está quebrada, hoje, Dr. Luiz Eduardo? Ela está quebrada hoje?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Já foi feita a pergunta, então V.Sa. responda. Peço não ser mais interrompido. Por favor!

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a Sete Brasil, hoje, está atravessando um momento transitório de falta de recurso. Não tem como pagar os seus estaleiros. E acreditamos que vamos conseguir superar este momento e dar continuidade ao projeto.



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Falando aqui, Sr. Luiz Eduardo, da questão das empresas *drilling*. V.Sa. sabe me dizer quem são os representantes das empresas *drilling*?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim, Excelência. Sei responder daquelas que originalmente a Sete se associou para botar de pé o projeto. Nós temos a Atlas, que é uma empresa formada basicamente pela OAS, com a Etesco. Temos a Queiroz Galvão Óleo e Gás — aliás, desculpa, Óleo e Gás, não — na parte dos serviços. Nós temos a Odebrecht Óleo e Gás. Temos a Odfjell, que é uma empresa norueguesa. Temos a Seadrill, também uma empresa norueguesa e inglesa. Deixa eu ver se esqueci alguma. Esqueci? *(Pausa.)* São essas as empresas. Eu não sei se eu estou me esquecendo de alguma delas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O senhor pode me dizer, V.Sa. sabe informar onde estão sediadas essas empresas *drillings* que prestam serviços relevantes à Sete Brasil, à PETROBRAS e ao nosso País?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu acredito que todas elas estão sediadas aqui no Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - No Brasil?

Para informação de V.Sa. Já que V.Sa. é Presidente da Sete Brasil, e a Sete Brasil tem negócios com todas essas empresas *drillings*, que V.Sa. lembrou tão bem, aí, o nome de todas elas. Mas para contribuir, já que V.Sa. é Presidente da Sete Brasil e parece-me não ter conhecimento, essas empresas estão sediadas na Holanda e na Áustria. Elas estão sediadas na Holanda — eu vou repetir para V.Sa. — e na Áustria. V.Sa. não sabe, então, portanto, me dizer por que elas estão sediadas, essas empresas foram sediadas, na Holanda, por exemplo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, as empresas de *drilling* que eu citei estão sediadas no Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, tem que ver....

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - As empresas, SPEs que elas são sociais, estão sediadas na Holanda, como eu falei originalmente. Mas não são as empresas de *drilling*; são SPEs.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, é bom entrar para uma correção, porque, na estrutura divulgada nessas empresas, elas estão sedeadas na Holanda e na Áustria. Por que não há publicidade de transparência, por exemplo, em relação aos dados dessas empresas? Os dados delas são muito poucos quando a gente procura fazer uma pesquisa. Apenas aqui uma colocação.

Agora, como foram escolhidos esses operadores que são sócios das Sociedades de Proposta Específica em percentual entre 15% e 30%?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não sei dizer. Eu não participei desse período. Isso foi lá na criação da Sete e quando esses operadores se juntaram ao projeto. Eu não tenho essa informação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Nem V.Sa., depois que assumiu a presidência, procurou saber por que foram escolhidos esses operadores, quem são os sócios da Sociedade de Propósito Específico, nada? V.Sa. encontrou lá e assumiu.

V.Sa. acabou de dizer, na explanação, que mandou rever todos os contratos, fez uma auditoria para rever todos os contratos, para fazer uma reanálise. E nessa reanálise não foram discutidos os critérios para a escolha desses operadores, quem são os sócios da Sociedade de Propósito Específico entre 15% e 30%. Porque não é uma cota irrisória, é entre 15% e 30%. Então, V.Sa., simplesmente, não sabe dizer, não sabe responder e também não procurou saber, desde quando assumiu a Presidência da Sete Brasil, mesmo tendo sido essas escolhas feitas na gestão anterior a de V.Sa.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, os sócios da Sociedade Específica, eu listei todos. Eles têm percentual variando de 70... ,ou melhor, de 30% a 15%. E são exatamente esses que eu citei para o senhor, para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas eu não, não...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Apenas não sei a origem, lá na criação, 4 anos atrás, o que levou a selecionar esses operadores entre outros operadores. Mas, na minha chegada, eu procurei fazer uma vistoria, uma auditoria, nos contratos assinados com todos eles. Eu não fui simplesmente na gênese, lá: por que eles foram escolhidos? Isso foi uma coisa interna lá da PETROBRAS, ainda na



época em que a Sete, acredito, estava ligada à PETROBRAS. Ainda estava no início da gestação da Sete ou imediatamente depois, mas, certamente, bem antes da minha chegada. Só que isso era fato consumado, os contratos já estavam assinados. Então, coube a mim a gerência dos contratos na medida em que constatei que, com as auditorias, nada foi encontrado de errado neles.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. considera normal que a PETROBRAS participe do capital da Sete Brasil e, simultaneamente, promova licitação em que a Sete Brasil é concorrente? Isso, na opinião de V.Sa., não viciou o processo competitivo?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu quero crer que não, por todos os procedimentos que eu conheço adotados pela PETROBRAS, mas acho que nós deveríamos perguntar à PETROBRAS para ter ideia de como foi esse processo na ocasião.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Perguntar à PETROBRAS. Mas eu estou, aqui... V.Sa. como um executivo competente, já passou por várias empresas no nosso País, eu perguntei se V.Sa. considera normal. Não estou perguntando a opinião da PETROBRAS, mas se V.Sa. considera normal, transparente, legal, ético, que a PETROBRAS participe do capital da Sete Brasil e, simultaneamente, promova a licitação em que a Sete Brasil é concorrente. E aí eu perguntei a V.Sa. se acha que isso não viciou o processo competitivo. V.Sa., como Presidente da Sete Brasil, é parte interessada em tudo isso, mesmo não tendo sido iniciado na sua gestão. O que eu perguntei foi se V.Sa. considera normal todo esse esquema entre a Sete Brasil e a PETROBRAS.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não vejo nada de aético ou nada de ilegal em todo esse processo. E conhecendo a PETROBRAS como eu conheço, não seria feito um processo se houvesse qualquer irregularidade. Os processos licitatórios são muito bem conduzidos pela PETROBRAS. Então, eu não vejo nada de errado...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Tão bem conduzidos que a PETROBRAS chegou onde chegou. Ontem, foi divulgado que a PETROBRAS era uma das 120 empresas mais rentáveis do mundo, agora já é a 416ª. É a prova de que todos os procedimentos da PETROBRAS foram procedimentos corretos, lícitos,



lucrativos, não é? E V.Sa. vem aqui afirmar essa posição. É lamentável a gente ter que ouvir esse tipo de coisa aqui.

Quais foram as empresas, Sr. Luiz Eduardo, que ganharam as licitações da PETROBRAS para a construção de sondas e plataformas para a exploração do pré-sal? Isso não se agrava pelo fato de a Sete Brasil ter sido a grande contemplada?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, eu conheço a licitação que envolveu a Sete Brasil. De todas as empresas que ganharam licitação da PETROBRAS, Excelência, eu não tenho como responder, porque eu não sou mais da PETROBRAS, não acompanho esses processos. Na Sete Brasil, no pré-sal, onde a Sete Brasil participou, o segundo participante, se eu não me engano, foi a Ocean Rig, e a Sete Brasil foi que ficou com as 21 sondas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - As contratações da Sete Brasil pela PETROBRAS ocorreram por meio de concorrência pública? Vou repetir: as contratações da Sete Brasil pela PETROBRAS ocorreram por meio de concorrência pública? Foram utilizadas cartas-convites? Houve efetiva competição?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pelo que me consta, embora não tenha participado na época, houve efetiva competição, num processo licitatório. Mas eu não vivi esse período. Teria que consultar. É a informação que eu tenho.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Com quem V.Sa. mantém ou mantinha relacionamento e com que finalidade nas seguintes entidades — V.Sa. já citou as entidades, mas eu estou completando com quem —: PETROBRAS, FUNCEF, PREVI, VALIA, BTG Pactual, Santander, BRADESCO, Luce, EIG? Se V.Sa. quiser, eu repito.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não há necessidade, Excelência. Todos esses são acionistas da Sete, fazem parte do Conselho, e o meu contato com eles — com essas empresas — era basicamente através dos conselheiros. Eventualmente, em uma ou outra empresa, eu fiz alguma reunião para poder esclarecer algum ponto. Mas os contatos eram basicamente através dos conselheiros dessas empresas.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. fez parte do corpo executivo da PETROBRAS, passando por vários cargos importantes nessa empresa. Correto?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Positivo, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. conhece os Srs. Renato Duque,...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - ...Pedro Barusco,...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - ...João Vaccari Neto...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, não conheço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não conhece o Vaccari Neto.

Alberto Youssef?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Também não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Que tipo de relacionamento mantinha e que assuntos tratou, portanto, com os dois que V.Sa. afirma conhecer, Renato Duque e Pedro Barusco?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na realidade, foram relacionamentos profissionais, tive contatos muito poucas vezes com os dois, principalmente com o Barusco. O Barusco chegou à AEP — Área de Exploração e Produção depois que eu já tinha saído dela. Ele era do Centro de Pesquisas. E o Sr. Renato Duque era da Área de Exploração e Produção e chegamos a ter alguns contatos, mas não havia uma relação hierárquica, direta entre nós dois.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - V.Sa. sabe as razões da saída do Sr. Pedro Barusco da Sete Brasil quando ele renunciou à Diretoria de Operações da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O que consta é que foi por motivo de doença.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O que consta? Isso é oficial no pedido de renúncia dele?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não estou me referindo ao tema de denúncia, eu estou me referindo...



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não, de renúncia eu estou falando. Porque ele renunciou ao cargo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Foi o que V.Sa. disse na explanação aqui.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Positivo. Desculpe. Realmente o que consta lá dentro da Sete Brasil é que ele saiu por motivo de doença. Ele renunciou por motivo de doença.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Por motivo de doença.

E do Sr. João Carlos Ferraz?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O Sr. João Carlos Ferraz, chegou ao fim o mandato dele, e o Conselho entendeu por bem indicar um novo Presidente e não reconduzi-lo à posição.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E por que o Conselho entendeu isso, que não deveria reconduzi-lo à Presidência da Sete Brasil para mais um mandato?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não sei responder essa pergunta. Eu não sei o que levou, o que motivou o Conselho a não dar essa continuidade.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas o senhor foi o sucessor dele?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Positivo. Ele saiu no final de abril, eu entrei no dia 7 ou 8 de maio de 2014.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E de quando V.Sa. assumiu a Presidência da Sete Brasil para cá, não encontrou nenhum ato ilícito por parte do João Carlos Ferraz? Foi tudo correto, íntegro, de forma correta?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, não foi encontrado nenhum ato ilícito dentro dos contratos da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não foi encontrado nenhum ato ilícito?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não foi.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E na avaliação de V.Sa. — V.Sa. é o substituto dele; lógico que V.Sa. disse aqui que fez uma auditoria —, na sua opinião, o João Carlos Ferraz foi um bom Presidente da Sete Brasil?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não convivi com o João Carlos Ferraz nesse período. Mas, a tirar por tudo que eu vi na imprensa e nas delações premiadas, eu acredito que não posso concordar que tenha sido um bom Presidente.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então ele não foi um bom Presidente na opinião de V.Sa.?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E o Sr. Pedro Barusco foi um bom Diretor de Operações?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Também não convivi com o Sr. Pedro Barusco, mas, pela mesma razão, também sou obrigado a concluir que não foi um bom Diretor de Operações.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - A Sete Brasil contribuiu para campanhas eleitorais? Fez doações para campanhas eleitorais?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não é do meu conhecimento que isso tenha acontecido. No meu período, certamente não.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Não.

Qual é o envolvimento que V.Sa. entende ter a Sete Brasil com todo esse esquema de corrupção aqui em foco? Qual, na sua opinião, é o envolvimento da Sete Brasil no esquema de corrupção da PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na minha opinião, a Sete Brasil não teve envolvimento nessa corrupção. Pessoas da Sete Brasil que ocupavam posições de diretoria se envolveram, mas não a Sete Brasil. Nada dentro dos contratos... E hoje eu tenho, assim, muita confiança em dizer que, depois de todas as auditorias que fizemos, nada pegamos de errado nos contratos, nada pegamos de errado nos *e-mails* de todas as pessoas que hoje estão dentro da Sete Brasil. Então, eu entendo que a Sete Brasil é vítima de todo esse processo. Ela não participou desse processo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Mas V.Sa. disse que pessoas participaram, pessoas da Sete Brasil. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pessoas da Sete Brasil, e, pelo que consta na delação premiada do Sr. Barusco, isso foi feito por fora, não



por dentro da empresa, foi alguma coisa não feita através dos contratos. As pessoas que estão lá dentro hoje, da Sete, não tiveram nada a ver com esse ilícito comentado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Me dê uma explicação, só para tirar uma dúvida: V.Sa. disse que o capital aportado pelos acionistas foi de 8,3 bilhões de reais. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Afirmativo, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E V.Sa. também disse que, no programa de construção de 29 sondas para o pré-sal, que tem investimento previsto de 26,4 bilhões de dólares, dos quais 20 bilhões já foram investidos pela Sete Brasil...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Dos 26,4 bilhões de dólares, 20 bilhões de reais foram investidos, perto de 7 bilhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Me dê só uma explicação, porque eu não entendi. Eu não sou executivo, e não entendi. Se o aporte foi de 20 bilhões, se o montante já investido pela Sete Brasil foi de 20 bilhões, e o capital aportado pelos acionistas na Sete Brasil foi de 8,3 bilhões, como é que fecha essa conta? Eu entendi que o investimento previsto total é de 26,4 bilhões de dólares. Desses, V.Sa. afirmou que 20 bilhões já foram investidos pela Sete Brasil. Mas o capital aportado pelos acionistas da Sete Brasil foi de 8,3 bilhões de reais. Como é que fecha essa conta?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - São 26,4 bilhões de dólares de investimento total previsto. Até o momento, foram investidos 20 bilhões de reais. Desses 20 bilhões de reais, 8,3 bilhões de reais vieram dos acionistas. E foram feitos empréstimos de curto prazo. Vem desses empréstimos de curto prazo essa diferença de recurso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Esses empréstimos foram feitos com quais bancos, se é que com bancos? Enfim, com quem foram feitos esses empréstimos de curto prazo?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Esses empréstimos foram feitos com diversos bancos, entre eles o Banco do Brasil, o Itaú, o Santander, o Bradesco... A Caixa Econômica também participou. Também a própria Luce, que é



um dos acionistas, aportou recursos. E teve mais um banco estrangeiro, mas me fugiu o nome dele aqui agora. *(Pausa.)* O Standard Chartered também aportou recursos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E teve participação nesses empréstimos de fundos de pensão, ou não?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nos empréstimos de curto prazo, não, não teve participação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Bradesco e Santander, que são acionistas da Sete Brasil, eles, portanto, fizeram empréstimos à Sete Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim, fizeram.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - E, como acionistas, eles não confiam na empresa de que são acionistas? Eles mesmos tiveram que fazer empréstimos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A partir de novembro, nenhum outro branco se aventurou a emprestar mais dinheiro para a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Ah! Não se aventurou. Então antes era uma aventura emprestar à Sete Brasil. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência. Eu não quis dizer isso. Foi só um termo inadequado utilizado. Nenhum deles teve mais disposição para poder emprestar recurso para a Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Vou encerrar, Sr. Presidente. Eu não sei se o áudio do início da fala já está no ponto, para que se possa tirar a dúvida. Mas, só para encerrar, naquilo que foi dito pelo Sr. Barusco na sua delação premiada, ele disse que os estaleiros mencionados na delação premiada dele — e não há necessidade de citar todos os estaleiros, mesmo porque nós já conhecemos —, em torno de 720 milhões de dólares dos 22 bilhões de dólares no total previstos de investimentos na Sete Brasil para construção dos estaleiros, que havia uma combinação de pagamento... Porque V.Sa. disse que foi de 26,4 bilhões o previsto, e o Barusco disse que há 22 bilhões previstos de investimento — mas esse não é foco principal —, mas que havia uma combinação de pagamento de 1% de propina para os contratos firmados entre a Sete Brasil e cada um dos estaleiros, mas esse percentual, palavras do Barusco, foi reduzido, em alguns casos para 0,9%, por conta



da competitividade do processo licitatório e da exigência da PETROBRAS de que os preços estivessem em conformidade com o mercado internacional.

Aí foi dito também que essa combinação envolveu o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto, o declarante e os agentes de cada um dos estaleiros e estabeleceu que sobre o valor de cada contrato firmado entre a Sete Brasil e os estaleiros deveria ser distribuído percentual de 1%, posteriormente reduzido a 0,9%, e que a divisão se dava da seguinte forma: dois terços para João Vaccari, um terço para a casa 1 e a casa 2. E aí ele cita o Estaleiro Atlântico Sul, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, o Estaleiro Rio Grande e parte do Estaleiro Keppel Fels.

Mesmo tendo conhecimento dessas afirmativas do Sr. Pedro Barusco em relação a esses estaleiros e tendo V.Sa. determinado auditoria, como foi dito aqui, nada, segundo V.Sa., foi encontrado. Mas mesmo assim V.Sa. acha que as transações da Sete Brasil com esses estaleiros foram transações lícitas, corretas, transparentes, honestas, envolvendo todo esse esquema afirmado pelo Sr. Barusco? E, se V.Sa. acha que foram transações corretas, íntegras, honestas, transparentes, V.Sa. entende que deve permanecer nessa transação comercial entre a Sete Brasil e esses estaleiros envolvidos na delação premiada do ex-Diretor de Operações da Sete Brasil, Sr. Pedro Barusco...?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, as auditorias feitas por nós, pela Sete, com a utilização de terceiros, como eu comentei, nada encontraram de errado nos contratos. Nós temos uma relação contratual com esses estaleiros e estamos dando continuidade a essa relação contratual.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k.

Sr. Presidente, eu gostaria que passasse o áudio. Não sei o ponto exato, mas é logo no começo da explanação do Sr. Luiz Eduardo, só para que a gente possa tirar a dúvida, se eu estou equivocado — posso estar, obviamente —, ou se o Sr. Luiz Eduardo disse uma coisa aqui e disse outra no início do seu depoimento. Só para a gente poder tirar a dúvida, Sr. Presidente, em relação àquela questão que aqui eu levantei quando, no meu entendimento — posso estar equivocado —, o Sr. Luiz Eduardo disse que a Sete Brasil foi concebida com o propósito da construção dos 28 mais 1, dos 29 navios-sonda.



Eu gostaria que fosse reprisada aqui, por favor, a explanação do Sr. Luiz Eduardo. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia dar sequência, e na hora em que localizarem a gente volta a esse detalhe. Daqui a pouco começa a sessão lá, e nós vamos ficar a ver “navios” aqui — não “sonda”, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Indago ao Deputado André Moura se podemos seguir com as perguntas do Deputado Luiz Sérgio, enquanto encontram o ponto.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - O.k., pode seguir.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Presidente, uma questão de ordem aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Fernando Monteiro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Podemos interromper a reunião por 1 minuto e votar o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já disse que não me oponho a essa solução, apenas eu preciso que haja um acordo, porque o combinado foi fazê-lo na deliberativa, após a oitiva.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Mas minha preocupação é que podemos estar em plenário, e aí a gente vai para Curitiba sem esses requerimentos aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Indago ao Plenário se podemos votar os requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu concordo, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Já se vão mais de 2 horas de oitiva por parte do Relator. Vamos concluir, para que a gente possa avançar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu sou favorável... Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Só para informar, nós temos Líderes inscritos, temos 13 membros inscritos e 1 não membro. Ou seja, 14... 17,



alguns com tempo de 10 minutos, fora o tempo do Relator, que deve ter mais perguntas do que os normais.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Eu solicitaria a boa vontade e o bom senso do Sub-Relator, para concluir as perguntas que faltam o mais rápido possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Ele já concluiu.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - ... para a gente poder votar os requerimentos. Foram 2 horas e meia!

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Deputado Efraim, da minha parte, podem dar continuidade ao trabalho, e, quando o áudio estiver no ponto, a gente para poder ouvi-lo. É só isso. Da minha parte é só isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu proponho que nós votemos os requerimentos agora, com as propostas que têm acordo e as extrapauta imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Imediatamente após a votação desses requerimentos?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Seguindo a ordem. Vamos votar os requerimentos e os requerimentos extrapauta que estão na pauta aí, que estão colocados, para ser discutidos e colocados na pauta.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, o extrapauta tem que ter votação nominal para ser admitido e outra votação nominal para ser aprovado. Isso inviabiliza tudo, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Votamos por acordo.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu proporia a gente votar só aqueles preparados pelo Relator, que têm a ver com a nossa ida a Curitiba, segunda-feira.

**(Não identificado)** - Sou contra isso, Sr. Presidente. Isso é atropelo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, só para uma sugestão de encaminhamento, se V.Exa. permite. V.Exa. coloca em votação aquilo que nós todos acordamos, que são aquelas pessoas que estão lá em Curitiba, e logo a seguir se faz uma nominal, para se saber se se admitem ou não os extrapauta. É simples assim.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu só abrirei essa exceção se for garantido da parte dos senhores que não haverá discussão de forma demorada, que venha a prejudicar a oitiva, porque é até uma falta de respeito com o depoente que aqui está. Eu sei, quando eu abro aqui a deliberativa, o que é que acontece.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, o senhor dá 1 minuto para justificar ou encaminhar, para cada um, e acabou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A discussão em sessões deliberativas, elas oscilam do sexo dos anjos até a menstruação das borboletas. (*Risos.*) E aí a gente fica aqui a tarde inteira sem produzir, discutindo temas que podem ser discutidos *a posteriori*.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, pela ordem. Eu acho que o senhor deveria acordar e a gente concordar que o senhor dá no máximo 1 minuto para cada um poder questionar ou aprovar um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu só abrirei a sessão deliberativa se houver o acordo, sob pena de eu ter que cortar os microfones para que as discussões, elas não sejam esticadas. É claro que daremos a palavra ao autor para fazer a defesa. E se houver uma questão de ordem que seja sobre o tema, sobre o requerimento, darei a palavra, sem nenhum problema. Mas eu conheço isto aqui. Quando começa a discussão, aflora o desejo de todos de falar, de dar a sua opinião, e nesse momento nós estaremos prejudicando a oitiva do depoente que aqui está.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Para esta questão, Presidente, vamos fazer o acordo de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - O senhor é soberano aqui.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Se todos concordarem com 1 minuto, o senhor pilota 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, pela ordem. Eu quero um compromisso da Presidência. É apenas o seguinte. Nós não temos sessão deliberativa de requerimentos há quase 1 mês. Nós paramos de votar os requerimentos no Requerimento nº 1, do Deputado Imbassahy, o único que foi votado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Extrapauta, não é, Deputado Ivan?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Extrapauta. Mas naquele momento era extrapauta. Eles já deveriam ter virado pauta, porque temos outras centenas de pautas. Eles já deveriam ter virado pauta.

Então, eu vou pedir a V.Exa. o seguinte. Alguns Deputados fizeram o requerimento de preferência já há muito tempo. Houve sessões que caíram. Duras sessões caíram aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu peço que sejam, de qualquer forma, colocados esses requerimentos, mesmo que com 1 minuto ou 2 de defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu costumo cumprir todos os acordos que eu faço. O acordo que eu fiz, solicitado pelo Deputado Onyx Lorenzoni na última reunião deliberativa, foi que os requerimentos extrapauta daquela reunião fossem mantidos na próxima reunião deliberativa, que será hoje, para serem tratados como requerimentos extrapauta, sem a necessidade de se colherem novas assinaturas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso eu irei cumprir como eu acordei.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso será cumprido de qualquer maneira. E aí quem concordar com o extrapauta vota a favor, quem não concordar vota contra. Agora, eu vou cumprir o acordo que eu fiz. O que eu não posso aqui é interromper uma oitiva com o compromisso de voltar para que essa oitiva seja concluída e termos aqui uma reunião deliberativa de 2, 3, 4 horas, com o depoente aqui aguardando. Isso é o que não dá para eu admitir.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o extrapauta tem que ser nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O que eu estou querendo aqui é evoluir para um acordo, para atender várias solicitações que foram feitas; agora, com o compromisso de a discussão não ser esticada, porque eu cortarei os



microfones e encerrarei a deliberativa se assim achar necessário. Eu quero logo comunicar isto, para que depois eu não seja acusado de que tenho que impor as minhas vontades. Eu combino tudo o que eu vou fazer sempre previamente. Combino com todos os Parlamentares, faço reunião de trabalho e me esforço para que a CPI possa produzir.

Quando V.Exa. diz que a CPI não realiza sessão deliberativa há quase 1 mês, é porque nós realizamos três sessões deliberativas e aprovamos quase 300 requerimentos em um esforço feito por todos os Deputados que fazem a CPI.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas, Presidente, há uma ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nunca uma CPI aprovou tantos requerimentos em três sessões, como nós aprovamos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, mas tem uma ordem da extrapauta aí. Eu peço que se siga a ordem da extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu irei seguir, Deputado Ivan, já disse isso a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, vamos em frente! Vamos embora!

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente, eu ontem estava na reunião quando o senhor propôs, com telefone em viva voz, um acordo com o Deputado Ivan de que na semana que vem nós faríamos, depois da ida a Curitiba, uma reunião deliberativa para analisar todos aqueles requerimentos. Não tem acordo com o Deputado Ivan, porque ele não tem compromisso com a gente resolver as coisas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não vou aceitar isso aí, não, Presidente!

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Vamos votar aqueles que são inerentes à ida a Curitiba, e a gente semana que vem delibera de novo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu não aceito esse tipo de ilação, Presidente. Eu inclusive fiz uma proposta ontem, com V.Exa. no viva voz, que era apenas acordar que fosse para quinta-feira, mas fosse garantido que eles entrariam na pauta e seriam votados. Acordado! Eu que propus o acordo, que o Deputado Pansera não aceitou. Ele é que não aceitou. É diferente. Eu topo ir para quinta-feira,



mas acordados dois ou três requerimentos e mais alguns que os Deputados coloquem. Não é verdade!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, vamos continuar com a oitiva.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Estão discutindo a menstruação das borboletas aí, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos continuar com a oitiva, Presidente. Vamos embora, Presidente!

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Peço um esclarecimento, só para eu entender. Os extrapauta, eles vão ser votados nominalmente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Exato.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - ... porque requerem maioria absoluta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para serem admitidos, e depois...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Essa votação, ela precisa ser para cada requerimento extrapauta?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Para cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cada requerimento extrapauta precisa de uma votação nominal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos continuar com a oitiva, Presidente! Vamos embora!

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Exatamente por isso, Sr. Presidente, eu reitero aqui a proposta de já aprovarmos todos os acordados que estão na pauta, porque inclusive isso foi acordado ontem, e depois, ao final da oitiva, a gente começa a tratar os extrapauta. Porque, se a gente for votar nominalmente cada um dos requerimentos agora, nós vamos adiar a oitiva para as 6 horas da tarde.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É! Vamos embora! Vamos continuar a oitiva, Presidente!

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO** - Presidente, o painel já foi aberto, já. A qualquer momento pode começar a Ordem do Dia. É importante votar esse requerimento, para poder a viagem a Curitiba ser produtiva.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos embora, Presidente!



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, só uma contribuição. Agora que vamos votar em bloco os requerimentos que vão permitir que se ouçam os três ex-Deputados que estão presos lá na carceragem da Polícia Federal, temos que incluir o Sr. Carlos Habib Chater. Ele era, ou é, o doleiro que operava aqui no Posto da Fonte... da Torre.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Lava-Jato.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Isso. E eu peço a V.Exa. que inclua esse cidadão no Requerimento nº 671, de minha autoria. Aí se resolve essa questão processual. Nós aí, com os demais requerimentos, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É só a inclusão, no Requerimento nº 671, de minha autoria — eu só posso pedir no que é meu —, desse cidadão que está preso lá, Carlos Habib Chater, para que ele também possa ser ouvido. Esse requerimento, eu informo ao Plenário, é o do Luiz Argôlo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Porque aí estarão os quatro que estão presos e que não constam da lista do Deputado Pansera. Essa é a preocupação que eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, vamos dar seguimento à nossa reunião.

Nós iremos neste momento votar os requerimentos de acordo, e aí os extrapauta nós colocaremos em votação como prometido. Se o primeiro extrapauta, que é do Deputado Ivan Valente, que é o que não aceita o acordo, ele não for atendido, não for acolhido, eu indago se a partir dele poderemos encerrar e voltar à oitava, e depois da oitava eu volto ao extrapauta...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, eu quero fazer uma proposta aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ... porque aí eu atendo o Deputado Ivan...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - V.Exa. sabe o quanto eu também tenho perseguido a possibilidade de se trazerem requerimentos extrapauta, por conta de pessoas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu queria fazer um apelo a V.Exa., para deixarmos para a próxima deliberativa.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Eu quero dar uma contribuição, saber se V.Exa. e todo o Plenário aceitariam fazer o seguinte acordo. Nós votamos este que está acordado aqui entre nós e que é necessário para cumprirmos a pauta de Curitiba, e V.Exa. chama para as 9 horas da manhã da próxima quinta-feira uma deliberativa para analisarmos todos os requerimentos que estão como extrapauta, começando por este.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esta Presidência já tem esse compromisso feito, até porque as Sub-Relatorias precisam deliberar.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k. Mas eu queria só agregar a V.Exa. que apresentei lá atrás um extrapauta que é muito importante que esteja pautado. Eu esclareço: é a Sra. Maria Auxiliadora Tibúrcio Duque. O marido dela está preso. Nós vamos interrogá-lo. Ele ainda não falou e pode ser muito importante ele saber que a CPI abrirá a sua reunião deliberativa com esse requerimento de convocação da esposa. Porque eu quero lembrar que, quando a CPMI da PETROBRAS, lá no semestre passado, ameaçou convocar as filhas e os genros do Paulo Roberto Costa, isso acelerou a delação premiada dele. Isso é um fato. Todos nós sabemos que essa senhora chantageou o ex-Presidente Lula. Portanto, é muito importante que o Sr. Renato Duque saiba que, se ele continuar a não falar para esta CPI, nós vamos trazer a esposa dele, para ela explicar o que é que ela sabe que fez com que ele fosse libertado lá em novembro.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, uma ponderação, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quero fazer uma proposta de acordo, Presidente.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Quero sugerir que a pauta de convocações não tenha como propósito a ameaça de convocação de familiares para isso ocasionar um ambiente propício para a delação premiada. Por quê? Porque isso pode ser mal interpretado e ser entendido como um constrangimento ilegal para obtenção da delação premiada. Podemos eventualmente até apreciar — é a minha opinião — as convocações, mas a fundamentação da defesa não deve ser um



constrangimento do possível delator, um constrangimento público da família, sem indício de prova ou de envolvimento, porque senão fica parecendo que é um procedimento cuja legalidade pode ser arguída.

Obrigado, Presidente. É a opinião pessoal minha.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, posso fazer uma proposta?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Essa justificativa é só de quem botou o chapéu na cabeça, Presidente.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Não é verdade que eu tenha posto o chapéu na cabeça. Não é justo isso! Eu estou contribuindo. Que palhaçada!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, para encerrar a discussão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, eu quero fazer uma proposta a V.Exa. Como Presidente, V.Exa. tem o poder inclusive de definir a pauta, de fazer acordos... Sugiro que nós votemos os requerimentos imediatamente, por acordo, os de Curitiba, dos quais também sou autor, e na quinta-feira nós votemos... a extrapauta vira pauta...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É isso aí, Deputado Ivan!

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ... e que nós acordemos que pelo menos um dos requerimentos, que eu proponho que seja o do Sr. Júlio Camargo, seja votado por acordo. E nós fechamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou manter o acordo que eu fiz na última reunião, que foi o de tratar os requerimentos extrapauta como extrapauta. Não os transformarei em pauta, porque quem tem o poder de priorizar a pauta é o Relator. Eu tenho feito um esforço para que os Deputados também participem dessa priorização. Eu pautarei todos os requerimentos, como tenho feito em toda reunião. Não vou priorizar nem prestigiar nenhum requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, a proposta dele para extrapauta é apenas um. Vamos fazer isto: um só extrapauta, e vamos fazer um acordo com ele. Ele só quer um extrapauta, só o do Júlio Camargo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pronto.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aí resolve.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Põe na pauta, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não tenho nenhum problema com nenhum. Eu vou manter todos os requerimentos extrapauta, porque há outros Deputados também querendo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele só está pedindo um.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não tem extrapauta, Presidente. Extrapauta é quinta-feira que vem. V.Exa. bota para votar o que tem acordo, e quinta-feira que vem V.Exa. já assumiu o compromisso de votar os extrapauta. Pronto, acabou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, Presidente, a proposta é outra.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, vamos votar logo os requerimentos de oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então vamos à deliberação dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A proposta é outra, Presidente. Então vamos seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos à deliberação dos requerimentos. Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8:

Requerimento nº 668, de 2015, do Sr. Efraim Filho, que *“solicita a convocação do Sr. Luiz Argôlo, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Requerimento nº 669, de 2015, do Sr. Efraim Filho, que *“solicita a convocação do Sr. André Vargas, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Requerimento nº 670, de 2015, do Sr. Efraim Filho, que *“solicita a convocação do Sr. Pedro Corrêa, para prestar depoimento nesta CPI.”*

Requerimento nº 671, de 2015, do Sr. Onyx Lorenzoni, que adenda à convocação do Sr. Luiz Argôlo a convocação do Sr. Carlos Habib Chater, para prestar depoimento nesta CPI.

Requerimento nº 680, de 2015, do Sr. Ivan Valente, de igual tema, que *“solicita a oitiva do Sr. André Vargas”*.

Requerimento nº 682, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que *“solicita a oitiva do Sr. Luiz Argôlo”*.



Requerimento nº 685, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que “*solicita a convocação do Sr. Pedro Corrêa*”.

Requerimento nº 732, de 2015, do Sr. Celso Pansera, que “*solicita seja convocado o Sr. Gerson Machado, Delegado da Polícia Federal, a fim colaborar com as investigações desta Comissão*”.

E temos também aqui o Requerimento nº 731, de 2015, do Sr. Celso Pansera, que trata de um pedido de diligência externa para ouvir os Srs. Luiz Argôlo, André Vargas e Pedro Corrêa, de igual tema ao dos requerimentos já lidos.

Eu indago do Plenário se temos acordo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria votar apenas os de Curitiba. O item 8, requerimento do Deputado Celso Pansera, pode ficar para a semana que vem. Não é urgente. Quero votar só os urgentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esta pauta, Deputado Arnaldo, foi feita em pré-acordo com o Relator ontem.

Eu indago de V.Exa. se temos algum problema em manter esta pauta.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu concordo até o item 7, que tem ressonância com Curitiba. Esse outro fica para depois.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, eu vi o requerimento do Deputado Pansera. Esse delegado pode dar uma contribuição importante, e ele está lá em Curitiba. Vamos ouvi-lo lá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se está em Curitiba, o.k. Se está em Curitiba, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos aprovar.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Ele é baseado no Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Em votação os requerimentos que esta Presidência acabou de mencionar.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Agora o senhor votou todos os requerimentos em conjunto, os de Curitiba.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Em conjunto, itens 1 a 8.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu quero que se vote agora o Requerimento nº 161, Sr. Presidente, extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Requerimento nº 161 não está na pauta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas o senhor falou que ia ser colocado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas, Presidente, nós não íamos votar os extrapauta na quinta-feira que vem, Presidente? Não teve acordo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, agora vamos retomar a oitiva e deixar os extrapauta para depois da oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Só há uma maneira de voltarmos para a oitiva. Como eu fiz o compromisso, eu irei cumprir o compromisso. Irei ler o requerimento extrapauta. Se o Plenário entender que esse requerimento deve voltar em outra pauta, o Plenário não estará rejeitando o mérito; estará rejeitando apenas o momento de ser votado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Exatamente, Presidente. Mas eu quero defender, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, o Plenário se manifesta. E aí ou nos votamos o requerimento agora, ou não o votamos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele só pediu um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exas. precisam expressar...  
*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele pediu um só. Ele pediu um só.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu quero defender.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, V.Exa. não pode deliberar agora se nós queremos votar o extrapauta ou não?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - É isso que ele vai fazer.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo. Obrigado. Desculpe-me.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Irei fazer isso agora.

O requerimento que temos na ordem de extrapauta da última reunião, mantendo o compromisso feito, é o Requerimento nº 130, de 2015, do Deputado Ivan Valente.

V.Exa. tem 1 minuto para defender o requerimento, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, quero defender este e quero defender que entrem os Requerimentos nºs 161 e 167, imediatamente, pelo seguinte...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É um só. Um só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós temos que seguir a ordem, Deputado Ivan Valente. Esse foi o acordo que eu fiz com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu vou seguir a ordem. Então eu vou fazer também o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. defende o Requerimento nº 130 e, se for aprovado, V.Exa. vai defender os Requerimentos nºs 161, 167, 529, e daremos seguimento. Não tem nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então me dê o tempo que eu vou defender, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. dispõe de 1 minuto. Já está correndo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós não convocamos ainda nenhum daqueles maleiros, mulas, que entregaram dinheiro objetivamente às pessoas. O Sr. Aldarico Negromonte é um deles. O Sr. Jayme de Oliveira é outro. Você chega diretamente à fonte.

No caso do Sr. Aldarico Negromonte, em vários locais onde ele entregou dinheiro, entregou à fonte. Quanto ao Sr. Jayme de Oliveira, há denúncias sobre a mesma coisa: de ter ido a Belo Horizonte e ter entregue 1 milhão de reais ao Sr. Anastasia; de ter entregue, na Barra da Tijuca, dinheiro na casa de um advogado do Sr. Picciani. Por isso, eu acho que a CPI não pode mais deixar de convocar pessoas que têm o que dizer sobre a corrupção direta da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Em votação...



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, só porque ele citou o Senador Anastasia, eu quero lembrá-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, não é o mérito que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo a inclusão na pauta ou não. A votação é nominal.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, há encaminhamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não vejo necessidade, mas, se V.Exa. deseja fazer o encaminhamento, não há problema.

Declaro aberta a votação.

Os Deputados que desejarem orientar suas bancadas fiquem à vontade.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar, pelo PSDB.

O PSDB deseja retomar a oitiva e votar esses requerimentos na quinta-feira que vem. Portanto, o PSDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Os Deputados que querem que o requerimento do Deputado Ivan Valente seja apreciado agora votam “sim”. Os Deputados que não concordarem com o extrapauta para hoje votam “não”.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem sobre isso.

Veja: a orientação do Partido dos Trabalhadores até este momento tem sido a de trazer todos os que podem contribuir com o aprofundamento das investigações. Votar um requerimento — e nós achamos que não tem problema, oportunamente, trazer esses dois depoentes — e perder o requerimento... Eu não posso deixar isso acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não é o mérito, Deputado Afonso, que nós estamos discutindo. Nós estamos discutindo a inclusão na pauta agora ou não. Pode ser apreciado em outro momento.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Eu sei! Eu entendi. Sem eu ter feito a pergunta, V.Exa. está respondendo, porque o que eu vou postular é que eles estejam incondicionalmente inclusos na pauta da próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem nenhum problema, sem nenhum problema. V.Exa. já está atendido.



Peço aos Deputados celeridade na votação.

Já está aberta. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Presidente, eu queria que V.Exa. me tirasse uma dúvida em relação à reunião deliberativa de quinta-feira que V.Exa. afirma que faremos. A pauta de quinta-feira será composta dos itens extrapauta que já nos foram apresentados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não. Os requerimentos extrapauta entrarão como extrapauta, como eu fiz o compromisso com todos os Parlamentares. A pauta nós anunciaremos na quarta-feira anterior.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só mais uma pergunta para V.Exa. V.Exa. tem a prerrogativa, como Presidente, de fazer a pauta normalmente. V.Exa. vai usar dessa prerrogativa ou vai fazer uma reunião com os membros da Comissão, no sentido de ter um entendimento referente à pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Essas reuniões de entendimento são fruto de uma atitude tomada por nós, visando ao acordo e à produção da Comissão Parlamentar de Inquérito. É por isso que nós temos diversos compromissos externos, oitivas marcadas, sub-relatorias funcionando. A CPI tem trabalhado por esse esforço que todos nós temos feito com esses acordos, para que cada requerimento não termine sendo um cabo de guerra e, com isso, não produzamos da maneira que nós precisamos produzir.

Essa reunião de entendimento, é claro que nós a manteremos. Deveremos fazê-la no dia anterior. Mas já anuncio: a pauta da próxima quinta-feira será composta de todos os requerimentos que tiverem sido apresentados até a quarta-feira anterior, que é o prazo que eu tenho de 24 horas antes.

Quanto aos requerimentos a serem priorizados para acordo, não. Essa é uma conversa a ser tida com o Relator, com os Sub-Relatores, Líderes. Agora, a nossa decisão é pautar todos os requerimentos.

Vou encerrar a votação.

Todos os Parlamentares já votaram? *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concluíram a votação?

Está encerrada a votação.



Darei a palavra a V.Exa. em seguida.

Votaram “sim”: 6. Votaram “não”: 13.

O requerimento não foi incluído na pauta. Partindo desse precedente, encerramos aqui a reunião deliberativa.

Seguimos com a oitava, para que o Relator possa fazer os seus questionamentos. Antes, entretanto, damos a palavra ao Deputado Paulo Pereira da Silva.

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - Antes de V.Exa. encerrar esta reunião...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, por que não vai seguir a ordem dos requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, nós estamos partindo do princípio de que o Plenário entende que este não é o momento de esses requerimentos serem apreciados.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Cada nome é um nome, Presidente. Cada nome é um nome. O Sr. Júlio Camargo é outra pessoa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O acordo foi esse, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos mantendo o acordo. Os requerimentos voltam na outra quinta-feira da mesma forma, Deputado Ivan Valente. O que eu quero é que a oitava possa continuar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vou fazer esse acordo com V.Exa. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que a imprensa registre o Deputado Ivan Valente firmando um acordo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, só para que fique registrado, naquela reunião anterior em que os requerimentos de preferência foram relacionados e tiveram uma ordem, nós estávamos exatamente prestes a votar o requerimento de convocação da Sra. Maria Auxiliadora Tibúrcio Duque. Eu quero lhe pedir que seja respeitada aquela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Farei chegar às mãos de V.Exa. a ordem que nós obedeceremos na próxima reunião para os requerimentos extrapauta.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Paulo Pereira da Silva.

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - V.Exa. está determinando que os itens extrapauta sejam deixados para a próxima quinta-feira, mas eu queria fazer um apelo aos pares para que apreciemos um requerimento que eu fiz hoje a esta CPI sobre uma questão que considero uma das mais importantes para esta Comissão: esclarecer fatos que, do meu ponto de vista, têm muito a ver com o que vem acontecendo; com vazamentos de informação.

Eu fiz um requerimento e gostaria de lê-lo.

*“Requer a convocação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros.*

*Sr. Presidente,*

*Nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e do art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que seja submetido ao Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de formulação de convocação do Sr. Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, com expresse intuito de que ele venha a esta Comissão explicar os critérios, que esperamos sejam objetivos e baseados na lei, para deixar de abrir ou abrir inquéritos derivados da Operação Lava-Jato.”*

Eu queria inclusive pedir a oportunidade de ler a seguinte justificativa para este pedido:

“Caros membros da CPI da Petrobras,

O Ministério Público Federal — MPF representa, ao lado do Supremo Tribunal Federal, o mais alto bastião e salvaguarda da Legalidade e da Justiça dentro do



Ordenamento Jurídico Brasileiro. O órgão, por seu status elevado, deve zelar pela isenção, transparência e lisura no atuar.

É preciso prestar atenção” — e eu estou aqui, Presidente, com um punhado de documentos de funcionários do Ministério Público. Há inclusive uma carta dos funcionários do Ministério Público, assinada por vários membros do Ministério Público, que diz o seguinte — “na isenção da opinião dos Servidores da Secretaria de Comunicação Social do MPF que subscrevem carta dirigida ao Procurador Geral da República, datada de 06 de março de 2015, com denúncias diversas, incluindo vazamentos da Operação Lava Jato.

Na carta, os servidores acusam que descontrole sobre as informações decorrentes da Operação Lava Jato redundaram em vazamentos que colocam em dúvida a legitimidade da atuação institucional do MPF.

Os servidores ainda jogam luz sobre ação supostamente de legalidade duvidosa na nomeação, interessada” — “interessada” também em detalhe —, “do Secretário de Comunicação Social do Ministério Público Federal, Raul Pilati Rodrigues (Portaria 95/2015, anexada)” — está aqui neste pacote de denúncias — “que por estranha coincidência é sócio, Diretor-Gerente de empresa contratada pelo MPF para realizar serviços de Governança de Comunicação Interna, em valores superiores a meio milhão de reais, com inexigibilidade de licitação” — portanto, não houve licitação. Se fosse Prefeito, já estaria preso. “Referimo-nos às empresas Oficina da Palavra LTDA” — está aqui o CNPJ, que não vou ler — “e In Press Comunicação” — também com CNPJ —, “empresas coligadas e dirigidas por Raul Pilati, em última instância o responsável pela comunicação do MPF (...)”.

Ou seja, o cara é dono de duas empresas e também é o responsável pela comunicação do Ministério Público.

“Diante do exposto, solicito aos nobres Pares o apoio necessário para aprovação deste Requerimento que tem o escopo de aprovar a convocação do Sr. Procurador da República, na condição de titular do Ministério Público Federal, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para que ele venha, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, explicar, nos critérios das informações públicas, sobre as investigações da Lava Jato e seus envolvidos. As suas explicações podem ter tido influência nas investigações...”.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - Estou terminando.

“...além do vazamento atribuído ao encontro com Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Buenos Aires, onde tiveram encontro, segundo matéria da Folha de S.Paulo, sendo que elementos da investigação podem ter chegado nas mãos de interessados”.

Enfim, em anexo estão todas as cartas, inclusive a do Ministério Público, e toda a documentação. Faço questão — e já fiz o protocolo; está entregue a esta Comissão — de que possamos esclarecer definitivamente o que está acontecendo com o Procurador-Geral da República.

Então, como eu acho que é um caso grave, V.Exa. poderia abrir a oportunidade de verificarmos se o Plenário concorda com a convocação do Janot, para que ele venha explicar aqui o que vem acontecendo.

Era isso, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Hoje não é mais possível, porque a reunião deliberativa já foi encerrada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu apenas escutei um pedido de V.Exa., mas na próxima quinta-feira todos os requerimentos que tiverem sido apresentados estarão na pauta, e o Plenário decidirá o que a CPI deverá fazer nos próximos dias.

Com a palavra a Deputada Eliziane. Depois continuaremos a oitiva.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria só, já de antemão, manifestar-me contrariamente ao requerimento que o Deputado Paulinho apresenta e, inclusive, dizer que a assessoria jurídica do PPS já está estudando uma ação a ser ajuizada no Supremo, caso seja a convocação aprovada por este Plenário, porque, na verdade, nós compreendemos que há um constrangimento ilegal.

O Procurador está agindo dentro de suas prerrogativas de fazer a investigação. A Constituição Federal é clara ao se referir à autonomia do Ministério



Público, e não cabe a esta Casa ingerir-se em uma investigação que está em curso. Seria uma ação, no nosso entendimento, até desmoralizadora para esta Comissão.

A CPI tem hoje uma responsabilidade com o Brasil. O que nós fizemos aqui, que foi um gesto inclusive importante? Fomos até o Paraná, visitamos o Juiz Sérgio Moro, colocamo-nos à disposição do Juiz para compartilhar informações tanto da CPI para com o Juiz quanto do Juiz para com esta Comissão, quando nós aprovamos o requerimento de compartilhamento de informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada Eliziane.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Portanto, Presidente, quero já deixar isso aqui registrado. Não há tempo para ler o estudo já feito pela assessoria jurídica, mas o PPS estará, na verdade, atento ao requerimento do colega, Deputado Paulinho.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu lhe agradeço.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presidente, por gentileza, eu gostaria também de pronunciar-me. O Deputado Paulinho teve todo o tempo disponível, e eu usarei 1 minuto para registrar a posição do Partido dos Trabalhadores.

É que tanto as investigações levadas a cabo pelo Procurador Janot como as feitas pelo Juiz Moro, no âmbito da Justiça, do Ministério Público e do Supremo, são prerrogativas constitucionais que merecem todo o respeito. Outra coisa é a controvérsia política sobre vazamento ou sobre as prioridades dadas no curso das investigações.

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores também somos contra este requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, eu queria encaminhar contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não vai ser votado agora, Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas, olha, merece uma consideração.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Por isso é que eu estou ouvindo com toda a educação.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - A apresentação é um fato político; e o encaminhamento contra agora, também. É de direito, Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Se foi apresentado requerimento desse porte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não! Se eu não tivesse ouvindo, V.Exa. poderia dizer, mas eu estou aqui ouvindo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, 1 minuto só. Eu não quero mais de 1 minuto para dizer que o requerimento do Deputado Paulinho merece uma atenção especial, porque não é pouca coisa se convocar uma instituição para vir aqui. Nós estamos convocando o representante máximo da instituição. O Deputado Paulinho tem certeza de que quer fazer isso?

Esta CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado é maior de idade e sabe o que faz, Deputado Ivan. Não sou eu quem pode responder-lhe.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Exatamente!

Ele tem certeza? Porque eu acho que, como cada um tem as suas convicções... Então, se ele acha que isso aí vai contribuir para as investigações, é o contrário; na minha opinião, isso vai contribuir para tentar desmoralizar a nossa CPI. Por isso, o PSOL é radicalmente contra essa proposta.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.. Daremos seguimento...

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - Também só quero dizer que se eu não tivesse certeza, eu não teria feito.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu também vou pedir 1 minuto, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - Eu estou com uma denúncia grave de funcionário do Ministério Público no sentido de que este senhor



vem desviando a atenção e vazando informações, através de uma empresa de assessoria contratada irregularmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Paulinho.

**O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA** - ...e, portanto, é preciso investigar. Só porque o senhor é o Procurador-Chefe não pode ser investigado? É preciso que esta Casa investigue.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos deixar o debate para outro momento.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa.... *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Por 1 minuto. Eu tenho requerimento também com esse teor, o qual vou pautar na próxima reunião. Acho que se a Justiça pode chamar o Deputado, o Deputado pode chamar também; esta Casa pode convocar.

E outra coisa: nós não estamos chamando a instituição o MPF — Ministério Público Federal; nós estamos chamando o Procurador, e não a instituição. Então, é correto.

Se os Deputados podem ser chamados para prestar os seus depoimentos lá, e as instituições podem vir aqui fazer varredura de computadores, nós temos autoridade institucional para também convocá-los. Por isso, nós vamos pautar também, Deputado Paulinho, na próxima reunião, um requerimento já protocolado por nós. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E para ser coerente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos voltar para a oitava.

Deputado Luiz Sérgio, Relator, a palavra está assegurada a V.Exa., para seguirmos com a oitava.

A discussão está encerrada.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, eu só quero falar por 10 segundos e colaboro com V.Exa.: não existe ninguém neste País acima da lei ou acima de qualquer suspeita.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu concordo com o Deputado Onyx, mas...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - ...quem despachou. Convoque o Zavascki também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, antes da pergunta, apenas uma observação acerca deste tema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Convoque o STF também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Houve uma CPMI do Congresso Nacional relativa à questão do Cachoeira, e lá o Senador Collor de Mello fez, à época, um requerimento de convocação do Procurador da época, o Gurgel. Aquele requerimento nem chegou a ser pautado e foi interpretado como uma provocação.

Então, este é um debate acerca do qual eu tenho um posicionamento contrário. Sou contra a convocação do Procurador-Geral. Acho que isso acaba depondo contra o próprio trabalho da CPI, porque ela não pode ser objeto de disputa para além dos objetivos pelos quais ela foi instalada.

Estou só expressando o meu ponto de vista.

Mas, retomando as perguntas, eu queria perguntar a V.Sa., Luiz Eduardo: V.Sa. poderia detalhar-me a governança corporativa da empresa Sete Brasil? Os Conselhos, a Diretoria, como são indicados os seus membros? A PETROBRAS tem direito estatutário a indicá-los?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a participação da PETROBRAS na indicação dos membros se dá, no caso do Diretor-Presidente, através de uma lista tríplice que é encaminhada para os acionistas, e em uma assembleia eles fazem a escolha de um dos três nomes encaminhados pela PETROBRAS. No caso do Diretor de Operações, a PETROBRAS tem o direito de indicar diretamente o nome. Em todos os demais casos, não há nenhuma indicação direta da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Qual é a relação da Sete Brasil com a PETROBRAS? Para ser mais objetivo e direto: em alguns momentos, no calor do debate, aqui, nesta CPI, passou-se a ideia, a tese de alguns de que a PETROBRAS manda na Sete Brasil. Quer dizer, a Sete Brasil tem... Há uma interferência? Como é



essa relação? A Sete Brasil tem autonomia para conduzir os seus trabalhos, ou V.Sa. reconhece que a PETROBRAS interfere no dia a dia da empresa Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a PETROBRAS tem uma participação de 9,3%, de 9,4% na Sete Brasil, e ela não tem autonomia para dar nenhuma orientação, para mandar na Sete Brasil. Ela é um dos acionistas, e, no caso, eu devo satisfações ao conselho de acionistas, sem nenhum favorecimento à PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas V.Sa. completou 1 ano à frente da empresa. Nesse período de 1 ano houve, inclusive, troca, também, da Presidência da PETROBRAS. Em algum momento houve uma interferência? V.Sa. se sentiu pressionado por Diretores da PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nunca houve uma pressão direta a mim relativa à PETROBRAS. Obviamente, os acionistas — e a PETROBRAS é uma delas — têm, às vezes, interesses que são divergentes da maioria dos acionistas. Mas nada em especial no tocante à PETROBRAS em relação a mim, diretamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., ao relatar a sua ascensão profissional, começou afirmando que iniciou a sua atividade profissional no Estaleiro Mac Laren, situado na cidade de Niterói; que trabalhou também em atividade de construção fora do Brasil; que o currículo de V.Sa., na sua avaliação, foi considerado por já ter participado de projeto dessa desenvoltura. Então, a meu ver, V.Sa. é uma pessoa que conhece a atividade de construção naval *offshore*.

Sobre a política de conteúdo local que o Governo Federal implantou, V.Sa. defende essa política? É contrário a essa política? Entendeu ser uma boa política para desenvolver tecnologia, agregar tecnologia e conhecimento ao Brasil, além de gerar emprego, ou tem um posicionamento crítico a essa política?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu sou favorável a essa política. Eu entendo que ela pode auxiliar muito no desenvolvimento dos estaleiros e da indústria de uma maneira geral. Os estaleiros, depois de estarem em condições de operar, uma série de outras empresas têm que se desenvolver para poder suprir os estaleiros, a tempo e a hora, de todos os



recursos. Então, é um mecanismo muito importante para desenvolver a indústria no País. Essa é a minha visão a respeito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. também relatou aqui que houve um prazo de 60 dias dado pelos bancos e que, nesses 60 dias, V.Sa. — a Diretoria — está muito empenhado em um processo de reestruturação financeira da empresa Sete Brasil. A empresa Sete Brasil contratou várias obras: algumas que continuam sendo tocadas, outras, paralisadas. Isso gera uma enorme intranquilidade.

Ao longo desta semana — por ter sido metalúrgico em um estaleiro em Angra dos Reis, onde plataformas estão sendo construídas —, muitos me ligaram, mostrando a sua preocupação em relação à continuidade ou não de obra.

Qual é o posicionamento de V.Sa. hoje? Há uma reestruturação. Mas há uma luz no fim do túnel? Quer dizer, nós temos um prazo estabelecido? Há alguma perspectiva mais palpável de que a essas obras possa ser dada continuidade, ou não? Como o senhor avalia esse quadro, no que se refere a um prazo mais específico?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, nós temos até o final de junho para botar de pé uma reestruturação financeira que contemple, que permita, que crie condições para que essas sondas sejam construídas no Brasil. Eu sou muito otimista em relação a isso. É um projeto — como eu disse — onde já foram investidos 20 bilhões de reais, gerando milhares de empregos, com um potencial de gerar ao todo 150 mil empregos, diretos e indiretos, no País. Nós tivemos a felicidade de ter o pré-sal no litoral brasileiro, e eu entendo que, enquanto a PETROBRAS quiser essas sondas, nós vamos buscar solução para botar de pé esse projeto. E acredito que vamos conseguir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Longe de querer fazer um julgamento da liberdade que cada Parlamentar tem de expressar o seu ponto de vista, a sua opinião — o que é uma das suas prerrogativas —, mas houve uma contestação muito grande da constituição da empresa Sete Brasil, como se ela fosse um projeto não sério. Alguns utilizaram o termo *“uma empresa feita para se saquear e para roubar”*.



V.Sa. está apenas há 1 ano na direção da empresa. Já participou de grandes empresas no Brasil e no exterior. Qual é a análise que o senhor faz do projeto, da concepção da empresa Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na minha visão, o projeto Sete Brasil foi um projeto muito bem estruturado e, não fossem as dificuldades que tivemos de novembro para cá para obter financiamento, nós teríamos conseguido botar de pé todos os projetos, ou quase todos. Tínhamos algum atraso em uma ou outra sonda, em algumas sondas, mas que não colocava em risco o projeto. Então, eu acredito que esse projeto, com toda essa potencialidade de atender ao que é definido pela ANP como conteúdo local, acredito que vamos colocá-lo de pé. Talvez não com tantas sondas quanto foram previstas num primeiro momento, mas de forma a poder dar continuidade a esse trabalho, trazendo essa tecnologia para o País, trazendo divisas — porque as sondas construídas lá fora não trazem divisas, não geram emprego aqui no Brasil — e podendo atender ao pré-sal, para desenvolver toda essa reserva que existe aqui no País.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A declaração do Sr. Pedro Barusco — de que cobrava propina dos estaleiros quando ele discutia os projetos — acredito que deve ter causado um maremoto na empresa, e ela hoje busca inclusive a sua reestruturação.

As auditorias foram concluídas e afirmam que os contratos foram legais. Qual é a análise de V.Sa., enquanto Presidente, de como se dava esse processo de corrupção que o Sr. Pedro Barusco comandava?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, internamente, através dos contratos da Sete, não foi. O que eu tenho de informações sobre isso é aquilo que a imprensa divulgou do conteúdo da delação premiada do Sr. Barusco: que ele teria feito os acordos por fora, diretamente com terceiros, mas não usando internamente os contratos da Sete.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então a Sete Brasil não tomará nenhuma medida judicial em relação às empresas, por esse pagamento de propina, por essa intermediação do Sr. Pedro Barusco?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Até o momento em que seja provada a existência de algo e que isso eventualmente tenha vindo trazer algum dano direto à Sete, nós estamos aguardando para ver os acontecimentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas que acontecimentos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Aguardando para ver qual é a decisão que vai ser tomada pela Justiça em relação a todo esse processo que está em andamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E em relação aos contratos da Sete Brasil com os estaleiros? Além do contrato, houve esse mecanismo de aditivos de contrato, ou foi um contrato global, no qual não houve essa necessidade? Houve a necessidade ou não de aditivos a eles?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não. Os contratos foram feitos e têm sido seguidos da forma como foram traçados no primeiro momento. Talvez um equipamento adicional tenha sido pedido para colocar nos contratos antes da minha chegada, mas não houve pedido de aditivo, ainda. Nós não concedemos nenhum aditivo; essa discussão foi interrompida. Quando se interromperam as obras, essas discussões também não surgiram.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então, a Sete Brasil, enquanto empresa Sete Brasil, não doou a partidos nem a políticos, nem intermediou, enquanto empresa, nenhum pagamento a políticos nem a partidos?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - No meu período lá, não houve nenhuma doação e sequer houve qualquer tipo de pedido de doação para nenhum partido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E do momento anterior o senhor não tem conhecimento ou pode ter alguma afirmação em relação a essa questão?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Do momento anterior eu não tenho essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Vamos agora ao tempo destinado aos Sub-Relatores.

O Deputado Altineu Côrtes não está presente.

O Deputado Bruno Covas tem a palavra.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Boa tarde a todos.

Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, queria retomar algo de que o Deputado André Moura já tratou.

Por qual período o senhor foi Diretor Executivo da Schahin Petróleo e Gás?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Foi ao longo do ano de 2009. Acredito que de fevereiro, março, até novembro.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O que o levou a deixar a companhia?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu divergi da forma como se dava o processo decisório internamente na Schahin e tive um convite para ir trabalhar na OSX, na ocasião.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. poderia nos informar se a Transportadora Gasene contratou os serviços da Schahin, seja diretamente, seja por meio de consórcios formados com a participação da Schahin ou empresas da *holding*?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não tenho essa informação, Excelência. Na realidade, minha área na Schahin era exatamente a área de óleo e gás, era a Schahin Óleo e Gás, que estava buscando se desenvolver e se colocar como operadora de petróleo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa., portanto, não teve nenhuma participação no Projeto GASENE ou nenhum contato com a empresa transportadora Gasene?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nenhuma, Excelência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. já disse que conhecia o Sr. Pedro Barusco, quando também questionado pelo Deputado Sub-Relator André Moura. O Sr. Pedro Barusco afirmou para esta Comissão que a Schahin se beneficiou do esquema de corrupção montado na PETROBRAS e que houve propina na contratação, na construção do gasoduto em Caraguatatuba — especificamente, de uma tubulação vertical. V.Sa. participou ou teve conhecimento desse fato ou de algum pagamento de propina pela Schahin ou por empresa da *holding*?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência, eu nunca me envolvi na Schahin e em nenhuma obra da área de engenharia; só focado na atividade de exploração e produção.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor disse que saiu da Schahin e foi convidado para fazer parte da empresa...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - OSX.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - OSX. O senhor foi Diretor-Presidente da OSX?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Fui. Num primeiro momento eu entrei como Diretor de Operações e depois eu vim a assumir como Diretor-Presidente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu gostaria de saber se é verdade a notícia de que o senhor foi denunciado pelo Ministério Público Federal, quando Presidente desta empresa, por falsidade ideológica, indução de investidores a erro, manipulação do mercado de capitais e formação de quadrilha, em especial, por ter conhecimento da inviabilidade econômica da extração de petróleo na região de Campos, omitindo o fato aos órgãos governamentais e ao mercado, e ainda por ter realizado apresentações fantasiosas, criando uma cortina de fumaça de fatos relevantes e levando prejuízo a investidores. É verdade ou é mentira?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, houve uma denúncia realmente, não só contra mim, mas envolvendo todos os Diretores da minha gestão na OGX e também os da gestão anterior, bem como o Sr. Eike Batista. Todos esses foram alvos de uma denúncia. Essa denúncia está no Ministério Público, e o Ministério Público está analisando se vai acatar a denúncia ou não.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu pergunto isso porque o próprio Deputado André Moura já perguntou, e eu queria, mais uma vez, fazer essa pergunta: a sua passagem pela OGX o credenciou a ocupar a Presidência da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, não foi a minha passagem pela OGX que me credenciou a ser um dos candidatos a assumir a Presidência da Sete Brasil; foi todo o meu histórico de 35 anos, onde eu ocupei as



diversas posições possíveis em atividades ligadas exatamente à operação de sondas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Se foi todo o histórico, a passagem pela OGX entra nesse histórico?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - No caso, na OGX, Excelência, não houve operação de sonda conduzida diretamente por mim. Eu estou me referindo à atividade, às decisões tomadas diretamente envolvendo sondas, que foi o grosso da minha atividade na PETROBRAS, onde eu tive ocasião de comandar essa área por vários anos — não só essa área, como também toda a produção brasileira de petróleo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu queria retomar também uma outra questão levantada pelo André Moura, que foi como é que se deu o processo de indicação de V.Sa. para o cargo de Diretor-Presidente da Sete Brasil. V.Sa. falou que é uma lista tríplice elaborada pelo Conselho. O senhor poderia retomar isso e explicar melhor?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pois, não, Excelência. De acordo com o estatuto da empresa, a PETROBRAS tem a prerrogativa de indicar uma lista tríplice, e os acionistas têm que escolher, dentro dessa lista tríplice, quem é o Presidente da Sete Brasil. Assim foi feito na ocasião, e eu fui escolhido pelos acionistas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A PETROBRAS, portanto, formou uma lista tríplice com 3 nomes — um deles era o do senhor — e a enviou aos acionistas da Sete Brasil. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Afirmativo.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Como eles chegaram a esses 3 nomes? Quer dizer, o senhor, por acaso, ficou sabendo que estava nesta lista tríplice depois de ela ser formulada? Ninguém lhe indagou se poderia incluí-lo nessa lista tríplice?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu fui consultado se poderia ser incluído na lista tríplice, realmente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quem o consultou?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Quem me consultou foi a Presidente Graça.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A Presidente Graça Foster, portanto, fez o convite para que o senhor aceitasse fazer parte dessa lista tríplice enviada aos acionistas. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Ela me consultou para poder saber se poderia colocar meu nome nessa lista tríplice.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, o senhor deve a sua indicação à Sra. Graça?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Essa decisão de aprovação da lista tríplice, entendo eu que é uma decisão da Diretoria. Na realidade, a Presidente Graça, ela — eu me lembro bem que foi no dia da reunião de diretoria, onde esse assunto ia ser discutido —, ela conversou comigo antes da reunião da Diretoria e perguntou se poderia colocar meu nome nessa lista tríplice. E lá, então, foi fechada pela Diretoria a aprovação da lista. Não sei se eles alteraram a lista internamente, na reunião da Diretoria, ou não. Sei que meu nome participou da lista tríplice.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Foi ela então que levou o seu nome para essa reunião da Diretoria?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não sei se formalmente, no papel, foi ela que... se teve algum documento, mas ela...

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Materialmente?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - ...que conversou comigo. Foi ela quem conversou comigo e depois levou para lá.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe dizer quais eram os outros dois nomes que faziam parte dessa lista?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu até já soube, mas eu confesso que eu não me lembro dos nomes aqui, no momento. Na época foi comentado depois.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor não conhecia essas pessoas?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Um deles... um deles era ex-PETROBRAS também: Ricardo Juiniti. É esse o nome. E o terceiro nome eu não estou lembrando aqui.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E depois, a reunião de acionistas deliberou em cima desta lista tríplice? É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exatamente. Houve uma reunião de acionistas, e eles escolheram, dentre os três nomes, como manda o estatuto, chegaram ao meu nome.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor sabe dizer se foi uma votação unânime, se foi uma disputa? Como foi essa escolha pelos acionistas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pelo que eu saiba, não foi unânime, mas não tenho mais detalhes sobre isso. Eu não participei da votação.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Mas não tem nenhuma ata, não tem nenhuma forma de recuperar isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Certamente, deve ter uma ata. Eu só não tenho essa informação aqui.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Na ata consta quem votou no senhor, quem não votou no senhor?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não sei dizer, Excelência. Pode ser que sim. Talvez da ata conste apenas qual foi o percentual a favor e o percentual contra. O mais provável é isso.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Algum acionista chegou a lhe perguntar, chegou a lhe inquirir quais seriam as suas intenções, a sua formação? Algum acionista buscou saber informações diretamente com o senhor?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim. Eu participei e acredito... Acredito, não. Sei que os demais participaram de uma entrevista com vários acionistas, alguns presentes, outros por telefone. E eles fizeram diversas perguntas sobre a experiência, enfim, houve uma avaliação antes da tomada de decisão por parte dos acionistas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O Sr. Aldemir Bendine desligou-se do Banco do Brasil para ocupar o cargo de Presidente da PETROBRAS. O senhor sabe informar se o Sr. Bendine intermediou alguma operação de salvamento da Sete



Brasil ou fez gestões nesse sentido junto à instituição financeira que ele presidia, o Banco do Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não tenho essa informação, Excelência.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito obrigado. Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, só para tirar a dúvida que eu citei aqui, quando eu estava fazendo os questionamentos, o áudio já foi localizado, já está no ponto. Se V.Exa. permitir, é algo em torno de 3 ou 4 minutos, só para a gente poder tirar a dúvida daquilo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Autorizo. Peço ao pessoal da técnica que coloque.

*(Reprodução de áudio.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Então, ficou claro que a Sete Brasil foi criada com a finalidade, como foi dito aqui na explanação, diferente do que foi dito aqui, de atender à necessidade da construção das sondas que, num primeiro momento, foi dito pelo depoente que eram 40. Doze foram construídas — porque está um pouquinho antes — no exterior, e 28 mais 1 pela Sete Brasil, que foi criada com esta finalidade. Então, é aquilo que eu disse. Ela foi criada com uma finalidade, que foi a daquilo que a PETROBRAS tinha como necessidade. Então, quando a Sete Brasil foi concebida, já se sabia que ela iria cumprir essa finalidade, essa necessidade da PETROBRAS da construção dessas sondas. Então, é a prova clara e cabal, para que não reste dúvida, daquilo que foi dito aqui pelo depoente, que a Sete Brasil tinha essa finalidade, e essa é uma prova clara de que a PETROBRAS, quando fez o entendimento com os parceiros, com acionistas da Sete Brasil para a Sete Brasil ser concebida, já sabia que ela iria, obviamente, participar da construção — iria participar, não, iria construir as sondas, como foi dito aqui pelo depoente.

Então, quero deixar claro, deixar registrado que aquilo que já temos como certeza dos “processos licitatórios” — entre aspas — da PETROBRAS, de forma a burlar a lei, foi, claro, através daquilo que foi dito aqui pelo depoente, diferente



daquilo que ele depois quis afirmar e modificar em relação ao que ele disse na explanação inicial dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Antes de dar a palavra ao Deputado...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, o senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu gostaria de, primeiro, pedir desculpas se, por acaso, houve um mau entendimento no que eu disse. Na realidade, em momento algum, defendi que ela não foi criada para poder ficar em condições de atender essa demanda. A minha observação...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA** - Se ela foi criada com essa condição de atender a essa demanda, era porque... *"Eu crio para participar dessa finalidade"*. Então, ela foi criada com essa finalidade, sabendo que ela ia ter o direito de construir os navios-sonda da PETROBRAS. Então...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Positivo, Excelência. A questão, para mim, é apenas da diferença. É que ela não ganhou esses contratos. Ela participou de um processo licitatório e não herdou esses contratos. A minha ênfase foi nesse aspecto. Se eu não fui muito claro, por favor, me desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Antes de dar a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, eu gostaria de informar aos Srs. Parlamentares e à imprensa aqui presente o cronograma das oitivas a serem realizadas em Curitiba, nos próximos dias 11 e 12. Nós obedecemos ao seguinte critério: a numeração dos requerimentos que foram apresentados à CPI e aprovados pelos Srs. e Sras. Parlamentares. O primeiro requerimento, o primeiro a ser ouvido lá, a primeira oitiva será do Sr. Alberto Youssef; a segunda oitiva, do Sr. Mário Frederico Mendonça Goes, a terceira oitiva, do Sr. Nestor Cerveró; a quarta oitiva, do Sr. Fernando Antônio Falcão Soares; a quinta oitiva, do Sr. Guilherme Esteves de Jesus; a sexta oitiva, do Sr. Adir Assad; e a sétima oitiva, da Sra. Iara Galdino. Essas são as sete oitivas a serem realizadas na segunda-feira.

Na terça-feira, faremos seis oitivas. A primeira será de Nelma Kodama; a segunda, do Sr. Rene Luiz Pereira; a terceira, do Sr. João Luiz Correia Argôlo dos



Santos; a quarta, do Sr. André Luís Vargas Ilário; a quinta, do Sr. Pedro da Silva Corrêa de Oliveira Andrade Neto; e a sexta, do Sr. Carlos Habib Chater. Esses foram os requerimentos aprovados.

Nós dividimos, como são 13 pessoas que estão em Curitiba, colocando sete oitavas no primeiro dia e seis no segundo dia. Lembro que o esforço será concentrado, com pausas que sejam extremamente necessárias, para fazer um lanche ou alguma coisa que não possa ser evitada, mas nós iremos entrar pela manhã e, aí, percorreremos tarde e noite, para conseguir cumprir esse cronograma. Se necessário for voltarmos a Curitiba outro dia, não tem nenhum problema esticarmos nossa estada até a quarta, para cumprir aquilo que a CPI tem que fazer.

Este era o comunicado que eu gostaria de deixar claro aqui.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, qual é o local?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, está previsto então, se houver necessidade de extensão, que a gente fique na quarta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Qual o local, Sr. Presidente, em que serão realizadas as audiências?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Auditório da Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O delegado não está incluído aqui, e nós aprovamos, Sr. Presidente! O delegado que o Deputado Pansera sugeriu.

**(Não identificado)** - Mas ele não aprovou para...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Aprovou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu coloquei aqui...

**(Não identificado)** - Não, mas, para ouvir, não; para ele colaborar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...todos aqueles que estavam presos. Esses são os que estão presos...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...que vão ao auditório da Polícia Federal. Como não consta aqui, nos registros, que o Delegado cuja oitiva foi aprovada está preso, ele está...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, ele é funcionário da PF.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...em liberdade, é funcionário, nós iremos ver uma maneira de ouvi-lo. Isso aqui é para que a gente possa organizar toda a logística...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...com a Justiça Federal, com Polícia Federal, transporte...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu precisava passar isso aqui para a Justiça e informar...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - ...os senhores de forma transparente. A respeito do delegado, iremos tratar os detalhes.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Só uma sugestão à assessoria competente da Comissão: comprar algumas caixinhas de barrinha de cereal, porque, pelo jeito que está aqui, começa às 9 horas da manhã e termina na madrugada do dia seguinte.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presidente, a questão da presença aqui na Casa, como vai ficar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós já requisitaremos ao Sr. Presidente que todos aqueles Deputados que estejam em Curitiba tenham suas faltas justificadas e aceitas pela Presidência, sem necessariamente descontar o nosso salário.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não será falta, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Não será falta. É missão oficial.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, para colaborar, a ida de uma CPI, Sr. Presidente, uma diligência desse porte é considerada missão oficial, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É missão oficial.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É evidente que, no Regimento da Câmara, missão oficial abona falta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Sub-Relator, eu gostaria de perguntar ao Sr. Luiz Eduardo o seguinte: o senhor já disse que a Sete Brasil não cometeu nenhuma irregularidade, mas está no olho do furacão. O senhor sabe se os sócios da Sete Brasil aportaram capital próprio na empresa? (*Pausa.*) Os sócios da Sete Brasil colocaram capital próprio na empresa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, todos eles colocaram recursos na... Faz parte daqueles 8,3 bilhões de reais aportados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu tenho uma informação — queria que o senhor pudesse avaliá-la — de que os sócios aportaram cerca de 4 bilhões de dólares, portanto, um pouco mais do que aquilo que o senhor está falando. Qual é a correta informação: essa que o senhor está dando, ou uma que eu tenho de que eles aportaram cerca de 4 bilhões de dólares?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eles aportaram, como investidores na Sete Brasil, 8,3 bilhões de reais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, na época, o dólar era em valor diferenciado. Está mais ou menos equivalente?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pode ser, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não havia, no plano de negócios da Sete Brasil, um comprometimento com o financiamento de longo prazo por parte dos financiadores?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, havia, sim, e foi isso que levou os acionistas a se encorajarem a colocar esses 8,3 bilhões. É claro que esse compromisso... Algumas condições precedentes precisavam ser atendidas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E por que que não aconteceu esse investimento que era complementar?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, eu cheguei a abordar, Excelência, que, para conseguir conciliar todos os interesses nesses 33 contratos por cada SPE... Só lembrando, cada sonda é uma SPE. Cada SPE são 33 contratos, em 7 legislações diferentes, com mais de 50 interlocutores. Então, para



costurar todas essas variáveis e colocar de pé o maior financiamento da história do BNDES, nós levamos mais tempo do que foi planejado originalmente, quando foi montada a estrutura financeira da Sete. E, ao longo desse processo, quando nós estávamos conseguindo sucesso e chegando no ponto de ficar em condições de assinar os contratos, com a chegada da Lava-Jato e as informações de que algumas empresas que faziam parte desses contratos estavam envolvidas na Lava-Jato, houve uma retração do mercado financeiro de uma maneira geral e nós não conseguimos mais obter os financiamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Da Sete Brasil foram envolvidos na Lava-Jato o João Ferraz, o Pedro Barusco, mas nenhuma das empresas donas da Sete Brasil têm qualquer envolvimento com a Lava-Jato. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não tenho conhecimento de que nenhuma empresa sócia da Sete Brasil tenha envolvimento com a Lava-Jato.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem colocou o Sr. Pedro Barusco na gerência da Sete foi a PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A informação que eu tenho é que foi a PETROBRAS, sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Todo mundo ouve falar muito em sonda. O que é uma sonda?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, esse termo realmente cria alguma confusão, porque uma sonda pode ser uma sonda em terra, no mar. Naquela primeira imagem que eu projetei, é uma semissubmersível que flutua, tem uma torre em cima dela. A sonda propriamente dita é essa torre que faz o movimento vertical...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas ela tem que estar no navio? Ou ela pode estar fora do navio?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Ela não precisa estar no navio. Ela pode estar em terra, ela pode estar numa plataforma fixa, ela pode estar numa semissubmersível, que foi aquela foto, pode estar em cima de um navio, que é a grande maioria que nós estamos construindo. A sonda é o equipamento, digamos,



é o guindaste vertical que permite o manuseio das colunas para descer e perfurar o poço.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quando o senhor falou... No início da sua apresentação, o senhor disse que a PETROBRAS estava alocando sondas estrangeiras e que o total que havia no mundo era de sete sondas. O senhor confirma isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Confirmando, Excelência. Isso foi na década de 90, e eu trabalhava diretamente nessa área.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sete sondas no mundo todo?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - No mundo todo. Sondagens em condições de trabalhar, sondagens flutuantes em condições de perfurar poços em lâmina d'água mais profunda.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Agora, se o mundo todo tinha sete sondas, por que querer construir 29 sondas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É... Desculpe-me, Excelência, podia repetir?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu sou leigo. O senhor disse que o mundo tinha em disponibilidade sete sondas...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a Sete Brasil queria construir 29 sondas. Não é um projeto muito audacioso, megalomaniaco?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, é que tem uma diferença aí de 20 anos entre o momento aonde só existiam cerca de sete sondas em condições de perfurar poços em águas profundas e o momento atual. Ao longo desses 20 anos, diversas descobertas no mundo, não só aqui na PETROBRAS, aqui no Brasil, foram feitas, e hoje a quantidade de sondas é muito maior do que isso. Então essas sondas são as sondas que a PETROBRAS lá atrás, quando fez a licitação, projetou que precisaria para desenvolver os campos e perfurar as locações exploratórias dentro do seu programa de negócio da época.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual é o valor de uma sonda, em média?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Na casa média de 800 milhões de dólares, essas que são construídas aqui no Brasil.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Das que foram projetadas pela Sete Brasil, nenhuma está concluída?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nenhuma está concluída. A mais adiantada é a Urca, com 88%, e nós pretendemos começar a operá-la no início do ano.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que, no início do seu pronunciamento, V.Sa. omitiu que trabalhou e nominou as empresas privadas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não, não... minha intenção não foi omitir nome de nenhuma empresa, apenas eu quis mostrar as atividades que me tornaram apto e que me deram capacitação para desenvolver essa atividade que eu estou funcionando hoje. Eu tenho um currículo muito longo, eu já passei em diversos lugares, e eu procurei simplificar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual é a sua especialidade na engenharia?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu fiz Engenharia Mecânica e de Petróleo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Na PETROBRAS, o senhor... Que área de engenharia o senhor ocupou quando trabalhou na PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu ocupei principalmente a área de E&P, e na área de E&P eu tive diversas funções. Fui responsável, inclusive, pelas operações na Bacia de Campos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que é área de E&P?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Desculpe. É a área de exploração e produção.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Exploração e produção?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exploração e produção. E, nessa área, eu ocupei diversas posições, cheguei a conduzir atividades de exploração e produção no Brasil como um todo, por alguns anos, e a Bacia de Campos também, eu cheguei a conduzir as atividades lá.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor saiu da PETROBRAS por aposentadoria?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, senhor, eu não, eu não... Eu não saí da PETROBRAS por aposentadoria, sai antes de aposentar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual foi o motivo de sua saída da PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu, eu achei que, saindo da PETROBRAS, eu teria outras oportunidades mais interessantes, e eu já tinha 30 anos e casei novamente, vi que precisaria continuar trabalhando e cheguei à conclusão que era melhor ir para o mercado privado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E hoje, a sua avaliação, foi uma boa opção ter ido para a OGX, EBX e Schahin?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu... eu acho que foi uma boa opção, eu ganhei muita experiência nesse período e não me arrependo. Não teve nada que foi feito nesse período que eu me envergonhe ou que não tenha me dedicado ao máximo para fazer o melhor.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor saiu das empresas X antes do debacle ou depois do debacle?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu... quando saí da empresa, do Grupo X, o Grupo X já vinha caindo bastante desde antes da minha entrada na OGX. Na realidade, o que me levou a assumir a OGX foi a queda vertiginosa que estava havendo por falta de credibilidade do mercado em relação às previsões de produção da OGX e também algumas outras previsões...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor foi tentar salvar e não conseguiu?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É. Eu fui tentar achar uma solução e, mais do que isso, eu fui tentar verificar exatamente o que existia de potencial na OGX.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o senhor vai salvar a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pretendo, Excelência.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como foi a sua passagem pela Schahin?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Pela Schahin, foi uma passagem curta. Eu fiquei lá menos de 1 ano e tive a oportunidade de acompanhar obras no exterior. Tive a oportunidade de estudar algumas alternativas para a Schahin entrar como operadora, comprando áreas, blocos e se tornar operadora, que foi a principal motivação da minha ida para a Schahin. Eu sou especialista nessa área...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Olha o som.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o som está muito baixo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu fiquei na Schahin ao longo do ano de 2009.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Algumas dessas empresas do Grupo X ou Schahin tinham negócios com a PETROBRAS ou com a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Com a Sete Brasil, não. Com a PETROBRAS, eu não me lembro. Talvez a MPX, lá no passado, tenha comprado uma térmica da PETROBRAS, mas é outra empresa do grupo. Eu não tenho maiores conhecimentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor já falou, respondendo ao Deputado Bruno Covas, que não sabe o nome da terceira pessoa que participou da lista tríplice. Mas eu gostaria que V.Exa. depois informasse à CPI qual o nome dessa terceira pessoa. Não precisa ser agora. Eu respeito que o senhor não se lembre, mas eu queria fazer uma pergunta final. O que o senhor sabe da SBM holandesa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A SBM holandesa é uma das maiores construtoras e operadoras de FPSO no mundo e, de resto, além disso, o que eu sei é o que está nos jornais, de que teve envolvimento com ilícitos aqui no País e em outros países.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Algum desses ilícitos da SBM envolve a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Só a PETROBRAS?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A Sete Brasil não está envolvida em nenhum deles.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que não está envolvida, se a pessoa que fazia contato com o representante da SBM no Brasil era também o Sr. Pedro Barusco, que era Diretor da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a Sete Brasil não tem nenhuma atividade envolvendo FPSOs.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu já entendi, mas o Pedro Barusco era Diretor da Sete Brasil, e ele é a pessoa ligada a esse esquema da SBM. O senhor está dizendo que a Sete Brasil não tinha nada que ver, mas ele era Diretor da Sete Brasil e está envolvido com a SBM. Eu não estou acusando o senhor de nada. Só quero saber se o senhor conhece. Por que há essa ligação SBM e Pedro Barusco; Pedro Barusco e Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, pelo que eu entendi, de tudo o que eu li, o envolvimento do Sr. Pedro Barusco com a SBM foi antes de sair da PETROBRAS. Depois que ele saiu da PETROBRAS, pelo que eu li, não teve mais envolvimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que vai acontecer com a Sete Brasil se o BNDES não liberar os recursos de um empréstimo já aprovado?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nós estamos hoje desenvolvendo diversos cenários nessa reestruturação financeira que temos até o final de junho e existem cenários que envolvem o BNDES e cenários que não envolvem o BNDES. Existem algumas alternativas na mesa que nós estamos trabalhando fortemente nesse período para tentar achar a melhor opção.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Brasil precisa da Sete?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu entendo que sim. É um projeto enorme, bilhões já foram investidos, milhares de pessoas estão envolvidas diretamente, milhares de empresários... de pessoas se prepararam, fizeram treinamento, se prepararam para poder trabalhar nessa atividade. Se interromper esse projeto, eu receio que vamos perder uma grande oportunidade de trazer essa tecnologia aqui para o País, lembrando que este País tem um potencial exploratório *offshore* tremendo e que vai precisar de unidades ao



longo dos próximos anos. O meu filho, eu já estimulei, ele fez um MBA na área de petróleo. Se eu tiver um neto, pretendo estimulá-lo que faça a mesma coisa, porque tende a ter serviço por muito tempo, dando emprego a milhares de pessoas nos próximos anos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor manteria todos os estaleiros contratados? Ou a algum deles o senhor tem restrição?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, quando eu falo sobre... quando o senhor faz pergunta, eu estou entendendo que o senhor está perguntando relativo à Sete, não é?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Exato.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Mas os estaleiros atendem também a todo esse potencial a que eu me referi.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Os estaleiros em relação à Sete, é disso que eu estou falando.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Os estaleiros em relação à Sete? Vai depender do modelo. A depender do modelo, talvez não precisemos de todos os estaleiros trabalhando, porque, como eu disse, tem cenários, tem várias alternativas, com diferentes números de sondas. Nós vamos ter uma visão melhor no final do mês de junho e depois vamos submeter aos acionistas e vamos ver o que que eles aprovam.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, vamos passar a palavra aos Líderes inscritos.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Sr. Presidente, obrigado.

Sr. Luiz Eduardo, eu estava aqui analisando o seu depoimento e os dados que me chegaram às mãos, e uma coisa me causou um certo espanto. Sem fazer nenhum juízo de valor, me causou uma preocupação muito grande o senhor ter sido escolhido para assumir a Presidência da Sete Brasil, indicado pela Presidente Graça Foster, como o senhor mesmo disse aqui, mesmo o senhor tendo sido — volto a repetir, não estou fazendo juízo de valor...



Eu queria tirar uma dúvida aqui. O senhor me disse que não havia ainda sido denunciado pelo Ministério Público, mas o senhor já foi denunciado. Não está aguardando. Eu tenho aqui várias matérias, inclusive do próprio *site* do Ministério Público. O senhor já foi denunciado. Não está aguardando pronunciamento do Ministério Público. Já houve uma denúncia com relação ao senhor.

A minha preocupação é: mesmo com esse histórico — não estou fazendo aqui juízo de valor, o senhor está ainda denunciado, não foi condenado —, e a Sete Brasil já estava vivendo todo esse problema com a Lava-Jato, o senhor ter sido indicado pela Presidência da PETROBRAS para ocupar a Presidência de uma empresa que, como o senhor disse aqui, é importantíssima estrategicamente para a PETROBRAS. O senhor não verificou um prejuízo à administração dessa empresa tão importante para a área de petróleo brasileira, que já estava sob todo esse mar de lama envolvendo a PETROBRAS, Sete Brasil e todas essas empresas? O senhor, já com um problema vindo do Grupo X, ter que assumir essa empresa, ter que se preocupar com a recuperação dessa empresa é uma coisa com a qual eu fiquei extremamente preocupado.

O senhor me parece que é sempre chamado para apagar incêndios. Deve ser pela sua capacidade técnica. O senhor saiu da PETROBRAS, acredito, a convite do Grupo X, para salvar o Grupo X, que já estava naufragando. Não deu certo. O senhor mesmo disse que fez as gestões, fez o que foi possível, mas infelizmente o Grupo X, criado sob parâmetros megalomânicos do empresário Eike Batista, acabou naufragando, deixando várias pessoas, investidores e famílias sem patrimônio.

Saiu do Grupo X e foi convidado a ir para a Sete Brasil, que também passava por um problema seriíssimo, e, pelo visto, me parece também que ainda não conseguiu descobrir a saída para essa questão do Grupo X. O senhor, em nenhum momento, se sentiu constrangido ou preocupado de ser indicado pela Presidente da PETROBRAS Graça Foster para ocupar essa posição no grupo Sete Brasil, mesmo com esse histórico de problemas que advieram da sua saída do Grupo X?

Vou concluir. Uma preocupação: o senhor conhecia o Sr. Pedro Barusco da época da PETROBRAS. O senhor conviveu... O senhor tem 30 anos de PETROBRAS, o senhor deve ter convivido com Renato Duque, Pedro Barusco,



Nestor Cerveró, Paulo Roberto, e, durante essa convivência, 30 anos da PETROBRAS, com esses profissionais da PETROBRAS, o senhor nunca tomou conhecimento de que essas pessoas estavam envolvidas com algo ilícito? Tinham uma atitude que apontava sinais exteriores de riqueza?

Temos informações de que principalmente o Sr. Pedro Barusco e o Sr. Paulo Roberto demonstravam para os funcionários da PETROBRAS um potencial financeiro muito aquém dos seus salários, embora recebessem salários bem polpudos da PETROBRAS. Nunca o senhor ouviu um comentário nem tomou conhecimento de ilação com relação a essas pessoas com quem o senhor conviveu durante 30 anos, durante a sua carreira na PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência...

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu gostaria que o senhor fosse anotando as perguntas.

A sua relação com o Sr. Pedro Barusco, a quem o senhor sucedeu, não na Presidência, mas ele era Diretor da Sete Brasil, após o senhor ter... Qual era a sua relação anterior ao senhor assumir a Presidência da Sete Brasil com o Sr. Pedro Barusco? Qual era a sua relação com ele e com o Sr. Paulo Roberto, com o Sr. Renato Duque e com o Sr. Nestor Cerveró também? Com a sua saída da PETROBRAS e entrada no Grupo X, a sua remuneração como funcionário da PETROBRAS, o senhor disse já que era algo em torno de 100 mil reais — quando o senhor saiu da PETROBRAS —, não é isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência, na Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Quando o senhor saiu da PETROBRAS, qual era a sua remuneração na época e quanto o senhor foi ganhar no Grupo X, com essa sua opção por sair da PETROBRAS e ir para a iniciativa privada?

E outra preocupação que eu tenho também e que me chamou atenção aqui: mesmo a PETROBRAS detendo menos de 10% das ações da Sete Brasil, cabe à PETROBRAS fazer a indicação para a Presidência e para o grupo dirigente da Sete Brasil? É um grupo de investidores reconhecidamente muito competente —



Bradesco, Santander, Pactual —, mas mesmo essa composição acionária, onde a PETROBRAS tem menos de 10% do capital...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Vou concluir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Lembrando que ele só vai poder responder a V.Exa. no seu tempo.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Exatamente, no meu tempo. Mesmo com essa participação acionária minoritária na Sete Brasil, de menos de 10%, cabe à PETROBRAS fazer a indicação do seu corpo diretor. Eu não conheço, estava dando uma pesquisada aqui, na história da iniciativa privada, das empresas da iniciativa privada, um acionista minoritário, com menos de 10%, eu acho que não tem paralelo na economia do mundo que essa participação acionária minoritária, de menos de 10%, seja responsável pela indicação dos seus dirigentes. Causou-me uma preocupação e uma surpresa muito grande que nessa composição acionária a Sete Brasil tivesse no seu acionista minoritário, com menos de 10%, a autoridade de indicar o seu corpo diretor.

Eu estou fazendo as minhas perguntas na condição de Líder, Presidente, mas eu gostaria que ele respondesse imediatamente. Eu estou inscrito como Relator, para ele responder na minha vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.k. Agradeço a V.Exa. Só explico ao convocado, Dr. Luiz Eduardo, que no tempo de Líder os Srs. Parlamentares não podem perguntar. Então, ele está inscrito também como membro e, quando chegar o tempo de membro, V.Sa. poderá responder.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Eu só gostaria de perguntar, Presidente, se o senhor anotou todas as perguntas que eu fiz.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Anotei, sim.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu cometi aqui uma injustiça, e injustiça deve ser corrigida, reparada. O Deputado Afonso Florence figura como autor também da convocação do Sr. Luiz Eduardo, e eu segui direto para os Líderes, não dando a palavra a S.Exa., que deveria ter falado previamente.



Então, V.Exa. tem até 5 minutos, está inscrito também como Líder do PT. Se desejar já juntar o tempo, nós poderemos fazê-lo sem nenhum problema, lembrando que no tempo de Líder perguntas não poderão ser feitas. V.Exa. deseja falar como Líder ou como autor?

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Vou juntar o tempo e vou deixar para fazer as perguntas ao término da minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. tem até 10 minutos para falar como Líder e, em seguida, fará as perguntas.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Tentarei não usar nem todo o tempo de Líder. Agradeço. Eu tinha percebido o deslize, mas obviamente V.Exa. o corrigiria, como de fato o fez, rapidamente. Hora nenhuma me senti preterido.

Bom, quero registrar, Sr. Presidente, demais Parlamentares, Sr. Luiz Eduardo Carneiro, que nós estamos chegando a um momento fundamental desta CPI e da conjuntura política no Brasil. A CPI está no olho do furacão da conjuntura política no Brasil. Iniciaremos logo em breve a sessão extraordinária convocada pelo Presidente Eduardo Cunha para apreciar os destaques pendentes da MP 665, que atualiza os critérios para acesso aos benefícios do seguro-desemprego, do abono salarial, do seguro-defeso, parte de um conjunto de medidas voltadas para a saúde orçamentária e financeira do Estado brasileiro, para que o Estado brasileiro tenha a capacidade de retomar os investimentos que vieram sendo feitos ao longo dos últimos anos, em todos os setores, inclusive na cadeia de petróleo e gás, ou seja, também das estatais, não só o orçamento fiscal mas também o orçamento das estatais.

E essas necessárias medidas, quero destacar aqui, contaram com o apoio decisivo dos partidos da base aliada e também um apoio decisivo de Parlamentares de partidos de oposição, sem o que não seria possível ter aprovado o texto principal e dois destaques ontem à noite.

Isso demonstra principalmente a compreensão de diferentes atores políticos da importância da retomada, no âmbito da administração direta, da capacidade de investimento do Estado — isso se estende também às estatais e, em particular, à cadeia de petróleo e gás — e da importância estratégica para a economia brasileira e, eu diria, sem exagero, para a economia mundial, de termos uma estatal brasileira



com o regime de partilha vigendo com destinação de parte dos lucros para garantir a melhoria da saúde pública e da escola pública brasileira, que é o que está estipulado no regime de partilha do pré-sal. São aspectos muito importantes.

Todos esses debates, a investigação da Lava-Jato, a investigação no Supremo, a atuação do Ministério Público e a investigação desta CPI cumprem um papel importante nesse processo de investigação. Cabe-nos a condução diligente, mas, ao mesmo tempo, parcimoniosa — diligente para averiguar, investigar, arrolar provas, seja para indiciamento de culpados, seja para inocência de atores econômicos ou agentes públicos sob investigação, preservando, obviamente, o direito de defesa, sabendo que o ônus da prova cabe à acusação. Cada sessão dessa natureza é oportunidade de avançarmos.

Esta semana tivemos o retorno aqui à Casa do Sr. Paulo Roberto, que, pela primeira vez, veio na condição de falar e disse coisas decisivas, Sr. Luiz Eduardo Carneiro e demais pessoas que nos assistem e nos ouvem também. Disse, por exemplo, que não há financiamento de campanha empresarial que não tenha por trás interesse econômico.

Há investigação em curso, seja sobre as doações para o PT, seja sobre as doações para os demais partidos. Infelizmente, convivemos no Brasil com investigações e acusações, eventualmente mútuas, entre ex-Senador e Senador atual de partido de oposição... O Sr. Paulo Roberto disse que fez doação de 10 milhões para ex-Presidente de partido de oposição, como também a partidos do Governo.

O nosso objetivo e — nós entendemos — de todos e todas aqui, além obviamente da disputa política, inerente à democracia, é que essas investigações possam, passando a limpo o Brasil, criar um ambiente de retomada de investimentos e também de preservação das instituições democráticas.

É óbvio que, no calor do debate, quando o destempero leva alguém a intempestivamente aludir à possibilidade de cassação de registro de um partido, o correlato também é possível. Como eu disse, o Sr. Paulo Roberto aludiu à doação de 10 milhões a um ex-Presidente de partido.

Se essa investigação for levada a curso no âmbito, por exemplo, dos governos estaduais e dos governos municipais, a associação entre contratos e



doações pode levar a uma deslegitimação geral da democracia. Não tenho dúvida de que não é esse o propósito de nenhum de nós.

O PSOL — o Deputado Ivan Valente está aqui — parece ser o único partido da Casa que tem resolução e pratica a não captação de recursos empresariais. O Partido dos Trabalhadores adotou esse procedimento em 2001. Faremos um congresso. A Direção Nacional decidiu não fazer captação partidária empresarial a partir de agora. A nossa expectativa é que retornemos a esse leito. Defendemos o financiamento não privado; ou melhor, se possível, se a correlação de forças políticas permitir, vamos tentar conseguir o fim do financiamento empresarial.

Nós do Partido dos Trabalhadores nascemos da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras pela democracia. E conseguimos, com a nossa luta sindical, a nossa luta política e o nosso exercício de governo, grandes conquistas para o Brasil.

A retomada do investimento público, no âmbito do orçamento fiscal da administração direta e das estatais, é fundamental para a continuidade desses avanços. O ajuste fiscal é necessário. É necessário um ajuste na economia, porque ampliamos gastos públicos ano passado para garantir — como garantimos — 4,8% de desemprego. O desemprego está em 7,1%; na maioria dos países do mundo, o desemprego está na casa dos 20%.

E vamos continuar a apurar, a investigar, a combater a corrupção. Fazemos isso no âmbito de todos os órgãos democráticos de controle, defendendo o patrimônio partidário, porque esse é um partido constituído por homens e mulheres honestos e combativos, que se posicionam na defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Levada a cabo a investigação, identificando-se ilícito de qualquer filiado, defendemos que ele seja submetido a penalidades previstas na lei, cabendo defesa e sendo garantida a inocência até prova em contrário.

Com relação às empresas, à Sete Brasil, em especial, não temos dúvida da licitude da constituição de uma empresa de propósito específico. Esse é um jogo de mercado mundial. V.Sa., obviamente, precisa fazer a defesa e expor seus procedimentos na forma da lei, mas nos compete também zelar pela saúde econômica, pela garantia do emprego.

É comum haver Parlamentares que, enquanto buscam investigação, diligenciam providências nesse sentido, também reivindicam a continuidade dos



investimentos nos respectivos Estados, e assim por diante. E, Sr. Luiz Eduardo Carneiro, nós do Partido dos Trabalhadores defendemos que é possível o instituto dos acordos de leniência, obviamente com transparência, para que as empresas brasileiras, identificada a ocorrência de ilícito e a punição de responsáveis, não tenham necessariamente que ser todas elas impedidas. E achamos que é importante a continuidade da atividade da Sete Brasil.

Nesse sentido, eu gostaria de perguntar a V.Sa. quantos são os novos estaleiros; qual é a situação econômica, no prazo futuro, do que estava previsto e do que está hoje, digamos assim, previsto ser concretizado para o próximo período; em que regiões eles se localizam; e qual é a reprogramação que é feita hoje em relação à geração de empregos.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos este compromisso: gerar emprego e renda. Nesse sentido, a pergunta é qual é a estratégia da Sete Brasil para retomar sua capacidade de investimento.

Nós tivemos aqui, além da apresentação de V.Sa., a apresentação do Presidente Luciano Coutinho. O sempre diligente Deputado Izalci está me mostrando o que ele andou pesquisando aqui com o marca-texto, mas eu gostaria de ouvir essa avaliação do Presidente da Sete Brasil, Luiz Eduardo Carneiro.

Eu disponho disso aqui, também indicado com o marca-texto, Deputado Izalci. A pergunta é qual é a estratégia da Sete para recuperar a capacidade de investimento; qual era a previsão original de investimento de estaleiros, de geração de emprego; qual é o quadro atual, diagnóstico do impacto dessa, digamos, desaceleração, dessa redução da capacidade creditícia, de captação da Sete; e qual é a estratégia da Sete para voltar ao planejamento original, se é que isso está no horizonte. Outra pergunta é o que falta ainda para se completar esse apoio à indústria nacional.

Para nós, o conteúdo local é uma conquista do povo brasileiro, da classe trabalhadora brasileira, e nós vamos perseverar no regime de partilha, pela permanência desse parâmetro fundamental para a economia brasileira, porque ele gera emprego e gera renda para o povo brasileiro. Quais são então os atuais estaleiros contratados? Quais estão com uma perspectiva de curto prazo de



contratação? Alguma coisa já está descartada? Qual é a previsão de se concretizar esse tipo de atualização do planejamento?

Quais são os desafios da indústria naval brasileira, considerando não apenas a cadeia de petróleo e gás, mas ela em particular, e qual é o papel da política de conteúdo local e da Sete Brasil nessa estratégia de consolidação do segmento da indústria naval?

Por último, considerando essa dificuldade de financiamento, o que está planejado para o período futuro na estratégia de retomada da capacidade de captação da Sete para concretizar esses possíveis investimentos que hoje estão provisoriamente suspensos?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem a palavra para responder.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu vou passar por alguns estaleiros, para poder ter uma ideia de qual é a situação em cada um deles. Começando no Sul, o ERG. O ERG, além das três sondas da Sete que tem lá sob contrato, ele tem encomendas da PETROBRAS de construção de cascos de FPSO e de integração de alguns desses módulos e cascos. Então, esse estaleiro, entendo eu, independentemente da Sete, tem uma carteira de encomendas. Eu sei que eles estão passando por sérias dificuldades, dificuldades que começaram antes de acontecer o episódio da Lava-Jato — eles já vinham com muitas dificuldades —, e eles não estavam performando o que deveriam performar. A Sete interrompeu o pagamento a eles antes de novembro, antes de acontecer o episódio da Lava-Jato. Nós os estávamos pressionando, e a PETROBRAS também estava pressionando para que eles resolvessem os seus problemas internos: falta de recursos, basicamente. Brasfels é um estaleiro — eu estou subindo pelo litoral — sem problemas; zero de dificuldades. Estão sem receber desde novembro e estão conduzindo as obras. É o estaleiro que estava adiantado em relação ao cronograma. Nós sempre falamos de atrasos nas obras, mas eles estavam adiantados em relação às encomendas da PETROBRAS. É uma obra de excelente nível. É um estaleiro já antigo no País.

**(Não identificado)** - Esse estaleiro qual é?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O Brasfels. O Brasfels fica na região de Angra dos Reis.

**(Não identificado)** - O.k.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Já tem muitos anos que está trabalhando. Então, a *performance* dele já era conhecida, pessoal treinado. Então, eu acredito que eles vão passar por isso sem maiores dificuldades. Subindo mais um pouco: no Espírito Santo, em Aracruz, o Jurong. Ele também estava com pretensões de entregar as sondas antes do prazo. Houve lá uma série de dificuldades na época de construção: dificuldades de licenciamento para poder fazer a dragagem; tiveram dificuldades com o tempo, mas, enfim, eles estavam compensando isso. Há muita obra a ser feita ainda nesse estaleiro. Nós temos mantido contato com eles. Tanto eles quanto o Brasfels pretendem continuar trabalhando até que a Sete resolva os seus problemas. O ritmo foi reduzido ligeiramente, mas continua a perspectiva de geração de empregos, de obras e tudo o mais. Na Bahia, o Enseada é um estaleiro ainda em construção, num estágio mais inicial, e eles, de cara, interromperam as obras. O pessoal encarregado de construir o estaleiro foi demitido. Eles passam por dificuldades um pouco maiores em relação aos outros três a que eu já me referi. O Atlântico Sul é um estaleiro que tem também uma carteira de projetos, uma carteira de encomendas da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Permita-me, Presidente, só pontuar.

No caso do Enseada, a carteira prevista para ele a Sete tem condições de segurar por algum tempo até que eles tenham condições de captação de recursos para retomar a atividade?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, na realidade, são dois tipos de recursos: recursos para eles construírem o estaleiro e recursos para a Sete pagá-los. Então, a primeira parte é uma relação deles com o Fundo da Marinha Mercante, com bancos credores e bancos que estão aportando recursos. A parte da Sete Brasil está contida nesse planejamento, nessa reestruturação financeira. Eles têm encomenda de seis sondas ou plataformas a serem construídas lá. Então, nessa nova modelagem, nessa reestruturação financeira, é que nós vamos verificar se vamos ter condições de dar continuidade ou não. No caso do



Atlântico Sul, em Pernambuco, ele tem uma carteira de encomendas diferentes das da Sete, além das da Sete, que são navios. Não sei exatamente qual é a situação financeira do estaleiro, mas ele tem mais encomendas ainda em casa, digamos assim, na carteira; não depende basicamente da Sete. E é o estaleiro que tomou a iniciativa de tentar rescindir os contratos conosco, e nós estamos em tratativas para discutir como é que vai ficar a situação. Então, de uma maneira geral, a situação dos estaleiros é essa. Para poder recuperar o andamento desses estaleiros, nós vamos precisar basicamente conseguir novos financiamentos. No momento, como eu coloquei, os acionistas, aqueles que aportaram recursos, financiamentos de curto prazo, deram-nos um período de graça, um período de análise interna, para tentarmos apresentar uma solução. Se apresentarmos uma solução, seguiremos adiante. E é isso que nós estamos buscando, é nisso que nós acreditamos. Em relação a potencial de pessoas, de empregos, nós falamos aí de 15 mil, 16 mil, no Atlântico Sul; de 18 mil, no Brasfels; de 36 mil, no Jurong; de 23 mil, no Enseada; e de 18 mil, no ERG, lá no Sul. Então, esses são os empregos diretos ou indiretos no momento que estamos vivendo. E o potencial disso é de 150 mil empregos, com o projeto sendo implantado como estava previsto. Nós estamos falando de 120 mil empregos entre construção e operação de sondas e mais 30 mil empregos de construção e ampliação dos estaleiros, diretamente contratados pelos estaleiros. Não sei, Excelência, se faltou algum ponto a observar, mas, pelo que eu notei aqui...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Aspectos referentes à estratégia de refinanciamento, de captação de novos créditos da Sete, para retomar ou dar continuidade a essas intervenções nos estaleiros.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, esse nosso replanejamento, que nós teremos até final de junho, contempla diversas alternativas e diversos modelos, seja em termos de número de sondas, seja na origem desse capital adicional necessário para concluir a obra. Então, nós só vamos ter uma ideia melhor disso no final de junho. Em seguida, vamos aprovar... submeter isso ao Conselho, aos acionistas, e aí vamos ter condições de ter uma informação mais precisa.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Presidente, contemplado, quero registrar o interesse do povo da Bahia, indistintamente de orientação partidária, de



que o Enseada seja garantido. Eventualmente, vamos todos da bancada da Bahia fazer gestões, no sentido de que tenhamos êxito na manutenção daquele investimento lá na Baía de Todos os Santos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, Deputado Afonso Florence.

Seguindo a ordem de inscrição dos Líderes, tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, Sra. Deputada, nosso depoente no dia de hoje, eu quero começar com a série Recordar é Viver. Aqui está uma matéria do dia 25 de novembro de 2010: *A Sete Brasil é a nova empresa da PETROBRAS*. Ela fala dos investidores, depois, da origem, Sergio Gabrielli, sempre ele, dando as tintas aqui para a matéria, e dos fundos de pensão PETROS, PREVI, FUNCEF e VALIA.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Um dos maiores caluniados do Brasil é Sergio Gabrielli.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, acho que educação faz bem para todo o mundo.

E aqui há uma frase importante na entrevista: *Não terá funcionários da estatal*. Toda a Diretoria era de funcionários da estatal, a ponto de serem retirados da estatal! O Presidente João Ferraz, a pessoa que o senhor sucede, foi retirado, pediu para sair 2 anos antes da sua aposentadoria, por determinação de Sergio Gabrielli. O Sr. Pedro Barusco, braço direito de Renato Duque, aposenta-se para ir para a Sete Brasil. E depois, definido o comando da Sete Brasil, os cargos de Diretoria serão ocupados por Ferraz e por Barusco. E aqui, nessa matéria, fala da importância de que essa empresa tivesse — sabe o quê? — o que ela nunca teve: transparência! A PETROBRAS estava sendo penalizada na Bolsa de Valores, porque, quando houve aquela captação extraordinária, em 2009 e 2010, de 124 bilhões de reais, um dos grandes problemas da PETROBRAS era a falta de transparência. E sabe por que tinha falta de transparência, Sr. Luiz Eduardo Carneiro? Porque o esquema foi montado com base na megalomania do ex-Presidente Lula.



E, nesta semana, aqui, o Sr. Paulo Roberto Costa lembrou que houve uma reunião no Palácio do Planalto do comando da PETROBRAS e do Conselho de Administração, e Lula mandou fazer a Refinaria Abreu e Lima, mandou fazer as refinarias Premium I e II, no Maranhão e no Ceará, embora a parte técnica da PETROBRAS dissesse que não era para fazer. E eu mostrei aqui uma entrevista do *Valor*, de alguns meses depois, com ele se gabando: “*Eu mandei fazer, porque tinha que investir*”. O que foi que a megalomania do Sr. Lula provocou na PETROBRAS? Primeiro, a construção da mais cara refinaria do planeta Terra. Os chineses fizeram uma refinaria duas vezes maior que a Abreu e Lima, gastaram uma quinta parte do preço! Depois, veio essa empresa megalomaníaca, chamada Sete Brasil, que tinha como objetivo específico desviar 1% dos 28 bilhões de dólares que estavam ajustados, a ponto de o homem que operou isso, junto com o Vaccari, determinar uma cotização! Dos estaleiros, alguns pagavam ao Vaccari e ao PT, e os outros davam propina para a casa um e para a casa dois. Onde o senhor está hoje é a casa dois.

Quanto a Pedro Barusco, João Ferraz, eu apresentei hoje um requerimento para acarear todos eles aqui, para podermos esclarecer o que foi feito na Sete Brasil. E o objetivo maior, depois de ser apropriada essa propina de 1% — é só fazer uma conta matemática; o senhor deve ser bom em matemática — de 28 bilhões de dólares, era ter, como o senhor mesmo revelou aqui, 500 mil dólares por sonda por dia de operação *ad aeternum*. E, na sua megalomania, os operadores disso decerto pensavam que iam saquear até o final dos seus dias a operação da Sete Brasil. Então, a Sete Brasil não foi criada com o objetivo nobre de trazer desenvolvimento à indústria naval. Isso podia até estar entre um dos objetivos, mas o que estava por trás disso era a capitalização de 70 bilhões de dólares que a PETROBRAS fez em 2009, 2010, e que, com a megalomania do traficante de influência Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu um esquema multimilionário para financiar um projeto de poder dentro e fora do Brasil. É isso! E lá, entre os principais participantes dos estaleiros, com que o senhor negocia hoje, está o “clube do bilhão” inteirinho — inteirinho!

Aqui estão o nome e o CPF de cada agente dos estaleiros encarregado de repassar a propina. Seus ex-colegas de PETROBRAS, com uma folha de serviços



prestados à PETROBRAS, com agradecimentos da companhia, quando saíram da companhia, foram para Milão. Reuniram-se lá Renato Duque, Barusco, Júlio Camargo, para fazer o quê? Para fazer abertura de conta para receber dinheiro desviado da sua companhia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então eu quero concluir aqui dizendo que ainda muito se vai apurar. E também queria lhe pedir para depois o senhor nos dizer se a afirmação do Sr. Trabuco de que o empréstimo de 8 bilhões ou 9 bilhões de reais que a Sete Brasil tem que pagar para os bancos privados está prorrogado até junho e, se até lá o BNDES continuar sem fornecer dinheiro, qual é o futuro da companhia, se é que tem algum futuro. Por fim, quero que o senhor saiba que não existe gente inteligente apenas na PETROBRAS. Aqui neste Parlamento existem pessoas que têm cérebro, que pensam e juntam as pontas. E, quanto à Sete Brasil, o senhor pode até tentar daqui para frente — e vou lhe dar o benefício da dúvida — fazer um esforço verdadeiro de recuperá-la, mas a origem dela está na megalomania e na roubalheira da quadrilha da PETROBRAS, aqueles com quem o senhor conviveu muitos anos, e o senhor sabia muito bem quem eram e o que faziam. Ninguém venha aqui me iludir ou enganar as pessoas dizendo que não viu nada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - ... não sabia de nada. Roubaram bilhões! E é óbvio que quem participou do esquema sabia o que estava acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luiz Eduardo, V.Sa. pode fazer algum comentário como também pode se abster de fazer qualquer comentário, porque o Deputado Onyx falou no horário da Liderança, portanto sem a condição de formular perguntas. Ele fez as considerações dele...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, ele responde depois no meu período de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Se ele desejar, neste momento, fazer algum comentário, a palavra está cedida, senão eu já passo para outro orador.



V.Sa. decide.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Presidente, eu não desejo fazer comentário sobre os comentários do Deputado Onyx, mas ele fez uma pergunta. Eu guardo essa resposta para mais tarde, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Pode ser agora também se V.Sa...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Vamos manter o critério. Fica para mais tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Vamos seguir então.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O Deputado Izalci, também no horário da Liderança, tem 8 minutos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, só queria saber a ordem de inscrições, depois do Deputado Izalci. O senhor poderia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Depois do Deputado Izalci vem, pelo horário de Liderança, o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E na lista dos inscritos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Na lista dos inscritos como membros temos: Deputado Izalci, a seguir os Deputados Jorge Solla, Aluisio Mendes, Lelo Coimbra, Eliziane Gama, Delegado Waldir, Edmilson Rodrigues, Antonio Imbassahy, Ivan Valente, Carlos Andrade, Edio Lopes, Onyx Lorenzoni, Darcísio Perondi, Fernando Monteiro.

Deputado Izalci, V.Exa tem 8 minutos como Líder.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, como eu sou o primeiro inscrito também como membro da Comissão, eu gostaria de adicionar o tempo para perguntas, para falar durante esses 8 minutos com mais 3 minutos para perguntas.

Sr. Presidente, a cada dia que passa nesta CPI eu tenho aqui confirmada uma resposta àquilo que eu tinha dúvida, mas que agora se vai confirmando: o Brasil virou um grande negócio, um grande negócio, mas não para o povo brasileiro; virou um grande negócio para os seus dirigentes e, de uma forma muito especial,



para os amigos do rei e os amigos da rainha. Utilizam o BNDES, utilizam a Sete Brasil...

Essa Sete Brasil, como disse V.Sa., já foi montada, o esquema já estava pronto para atender realmente a uma reivindicação que é nobre, que é exatamente a questão de se utilizar conteúdos nacionais. Todo o mundo apoia isso. Mas, apesar desse objetivo, tentam contemplar os amigos do rei e da rainha, utilizando inclusive o BNDES.

O cidadão comum, o contribuinte brasileiro, trabalha de janeiro a maio só para pagar os seus impostos. A maioria dos bens de consumo tem de 40% a 50% de tributação. Mas, no Brasil, quando há uma má gestão como essa do Partido dos Trabalhadores, os gestores não são punidos. O que acontece no Brasil? Em vez de punir os gestores, eles repassam a conta para o contribuinte, a qualquer custo. E vou dizer aqui alguns elementos que me dão convicção disso.

Em 2014, para se perpetuar e ganhar o poder valeu tudo: mentiras e mais mentiras como PRONATEC, FIES, tudo. Valeu tudo! Aí, depois da eleição, chegam a editar uma medida provisória, estabelecendo o preço de uma votação para anistia da Presidenta Dilma: 750 mil reais a mais em emendas parlamentares para anistiar a Presidente Dilma. Está aí a comprovação, com o Tribunal de Contas da União falando das pedaladas, das irregularidades, dos crimes cometidos contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, um dos maiores patrimônios que nós temos.

Ontem, assistimos nesta Casa novamente ao vale tudo. O Líder do Governo chegou a anunciar, antes da votação, que aqueles que votassem favoravelmente à medida provisória que é contra o trabalhador brasileiro serão muito bem recompensados. Não respondeu para nós evidentemente qual é a recompensa. Mas é muito estranho, porque no dia anterior o Governo era minoria total e absoluta, inclusive no próprio Partido dos Trabalhadores, pelo que foi dito em cadeia nacional pelo seu chefe geral e ex-Presidente Lula. Depois, para a nossa surpresa, pelo menos pela lógica do que vinha acontecendo, o Líder do Governo anuncia essa recompensa, não citando evidentemente qual era exatamente essa recompensa, como no ano anterior, 2014, foi explícita. Está lá a medida provisória dizendo quanto custava cada voto pela anistia da Presidenta Dilma. Então, essa é a questão que percebemos: mentiras e mais mentiras.



Na prática, vemos essa questão da Sete Brasil. Lógico, evidente — V.Sa. disse muito bem aqui —, quem é que realmente não concorda em utilizar aqui os produtos nacionais, de conteúdo nacional, incentivar as empresas que geram 120 mil empregos? Todo o mundo é a favor disso. Mas tinha que ser uma coisa transparente, para todos, para quem quisesse participar do negócio, e não chegar e chamar os amigos do rei para participar, como o Governo sempre faz.

Quem é contra ter mais médicos no País? Ninguém, óbvio! Mas vamos aproveitar esse gancho, essa vontade nacional e vamos pegar os amigos do rei, o Fidel, Cuba...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Permite-me um aparte, Deputado Izalci? O Prefeito de Salvador é amigo do rei. O Governo Federal vai investir em Salvador.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, pediria a V.Exa...

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Tem que recuperar a capacidade de investimento. O Governo de Salvador pode ficar tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Florence, a palavra foi assegurada ao Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu não interrompi quando o Líder do Partido dos Trabalhadores estava falando. Pediria a V.Exa. que compensasse esses 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE** - Que é isso, professor? *(Risos.)* Dois minutos, professor?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Para punir realmente. Para dar exemplo nesta Casa, Sr. Presidente, no sentido de que quem interrompe tem que ser punido. Dois minutos, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas, continuando, Sr. Presidente, eu citei aqui a questão da Sete Brasil, a questão do Mais Médicos, a questão do BNDES. Chegaram a colocar como segredo de Estado os financiamentos do BNDES. Que coincidência é essa? A empresa empreiteira paga uma palestra de 300 mil dólares. Eu disse isso aqui já muitas vezes.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Duzentos mil dólares por uma palestra! Essa mesma empresa paga uma passagem aérea para o ex-Presidente viajar para países da África, para Cuba, para a Venezuela e, coincidentemente — coincidentemente! —, chegando a esses países, a empresa que patrocinou a viagem consegue uma obra gigantesca, o que para o Brasil é sensacional. Mas, também coincidentemente, quem financia essa obra? O BNDES. Eu quero saber de quanto foi o financiamento, quais as garantias. Não posso, porque é segredo de Estado.

Então, este País precisa realmente de gestão competente e ser um País transparente. E é o que não vem acontecendo. Tratam o País como se fosse deles! Aí vale tudo: é Banco do Brasil, é Caixa Econômica, é tudo. Estão aí os fundos de pensão quebrando. Eu fico triste ao ver trabalhadores, servidores que trabalharam a vida toda, confiando realmente nos fundos de pensão, e chega agora... Coitados dos meninos dos Correios! Vão ter que contribuir agora com mais de 25% do seu salário para cobrir o rombo do POSTALIS. O mesmo ocorre na PETROS. Então, Sr. Presidente, eu quero encerrar a minha fala como Líder, lamentando, porque eu tenho convicção de que o Brasil não aguenta mais essa gestão petista.

Quero já iniciar a minha fala para as perguntas. Peço a V.Sa. que tenha bastante atenção, até porque V.Sa. está sob juramento.

O publicitário Marcos Valério, condenado no processo do mensalão, prestou depoimento no Ministério Público federal, em 2012, no qual declarou que José Carlos Bumlai, amigo do ex-Presidente Lula, havia contraído um empréstimo de 12 milhões de reais junto ao extinto Banco Schahin e havia repassado ao menos metade desse valor ao empresário Ronan Maria Pinto, de Santo André, que estaria extorquindo Lula, Zé Dirceu e Gilberto Carvalho, ameaçando envolvê-los no caso da morte do Prefeito Celso Daniel. Como uma recompensa ao empréstimo, que o Banco Central inclusive considerou irregular, concedido a Bumlai, o Grupo Schahin teria sido agraciado com um contrato de 1,2 bilhão de dólares junto à Diretoria de Exploração e Produção da PETROBRAS.

Por ocasião do depoimento de Marcos Valério, ele afirmou ainda que, depois, o mensalão veio à tona, ele soube que o banco tinha uma construtora chamada Schahin, que comprou sondas de petróleo, que foram alugadas para a PETROBRAS por intermédio do Diretor Guilherme Estrella, como uma forma de viabilizar o



pagamento da dívida. Em relatório emitido pelo Banco Central do Brasil, não há registro de que José Carlos Bumlai tenha quitado a dívida junto ao Banco Schahin, que foi comprado depois pelo BMG. V.Sa., como ex-Presidente da Schahin Petróleo e Gás, tem conhecimento dessa operação? O que tem a dizer a respeito dessa matéria? Essa é a primeira pergunta.

Quero fazer outra pergunta. V.Sa. falou muito bem sobre o balanço, e está aqui o balanço da Sete Brasil. É evidente que a PETROBRAS reconheceu a corrupção e lançou no seu balanço 6 bilhões de reais de prejuízo com a corrupção. Não lançou os 80 bilhões de reais relativos ao preço do combustível, mas pelo menos lançou 44 bilhões de reais de perda de ativo e 6,9 bilhões de reais de perdas com a corrupção. A Sete Brasil já tem conhecimento... Barusco já confessou e já devolveu o dinheiro da corrupção. Ele disse que houve 10 milhões de reais de corrupção na Sete Brasil em propinas, 1% dos contratos. Pergunto a V.Sa. se a Sete Brasil irá colocar no seu balanço esse prejuízo com a corrupção, que pode não ter sido interna, mas externa, e que está no preço dos aluguéis.

E perguntaria, para encerrar, Sr. Presidente, sobre a questão do retorno. V.Sa. disse que o preço de cada sonda é em torno de 800 milhões de dólares, o que dá em torno de 2,4 bilhões de reais. Pelas contas que fiz, quando V.Sa. respondeu qual era o aluguel diário, dá mais ou menos 2% de rendimento ao mês. É evidente que foi feito por isso. Não sei se V.Sa. tem noção de qual é a depreciação dessas sondas anualmente, qual o percentual de depreciação, para a gente...

Só para encerrar, então, a Sete Brasil tem uma dívida hoje em torno de 12 bilhões de reais com seus acionistas e com os financiadores e tem um fundo garantidor de 4,5 bilhões de reais. A Sete Brasil está contando que o BNDES vai injetar 7 bilhões de reais para honrar essa diferença do empréstimo para o fundo garantidor?

Essas são as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Luiz Eduardo, o senhor está com a palavra.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu respondo ao último inquiridor?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim.



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, sobre a primeira pergunta, não tenho conhecimento desse empréstimo de 1,2 bilhão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, 1,2 bilhão é o valor da concorrência que a Schahin ganhou de uma sonda. O empréstimo foi de 12 milhões de reais.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Doze milhões, da Schahin. Também não tenho conhecimento. Eu não me envolvi em nada da Schahin, a não ser atividade de óleo e gás. Atividade de óleo e gás ficava e fica no Rio de Janeiro; a parte de banco e de engenharia, em São Paulo. Eu não tive nenhum contato com a Schahin, em nenhuma outra área que não seja a área de exploração e produção.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. sabe que o Banco Schahin quebrou, não é?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Fiquei sabendo que o Banco Schahin quebrou, depois da minha saída. Nosso balanço não acusa...  
(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, o balanço.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nosso balanço não acusa nada relativo a prejuízo. Realmente não acusa, porque todas as auditorias feitas internamente, inclusive com o aval da Price Waterhouse, não indicam que houve nada que mereça gravar o nosso balanço.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só para lembrar a V.Sa., que está cuidando disso, a Price e a KPMG, que V.Sa. citou, são as mesmas auditoras que fizeram o trabalho na PETROBRAS e que depois reconheceram o erro e lançaram no balanço o prejuízo. São as mesmas empresas. Eu pergunto se a Sete não está pensando também em adotar o mesmo mecanismo da PETROBRAS de lançar no balanço.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É verdade, Excelência. A Price é a mesma. Aliás foi a mesma pessoa física, o mesmo auditor que auditou o balanço da PETROBRAS e o da Sete. Lá ele entendeu que precisaria constar. No nosso caso, ele entendeu que não precisaria. Então, nós não temos essa necessidade. Não estamos contando com o BNDES. Quer dizer, como eu tive ocasião de comentar, na terceira pergunta de V.Exa., nesse planejamento financeiro, existem várias alternativas. Uma delas é o BNDES. Mas nós não estamos



fincando todas as esperanças no BNDES. Existem alternativas que sim e alternativas que não. Lógico, a participação do BNDES é muito importante para a Sete. E nós pretendemos ver se conseguimos fazer com que o BNDES se interesse por nos emprestar recursos de longo prazo, certamente. Mas também estamos tentando alternativas sem depender dele.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Faltou apenas a questão do retorno do investimento. Já que era 800 milhões o custo de uma sonda, quando se construiu essa sonda, qual era a perspectiva de lucro? Porque, pelos cálculos que V.Sa. me passou, o aluguel futuro será de 460 mil dólares por dia, o que dá mais ou menos 2% ao mês de rendimento. Então, eu perguntaria qual é a resposta com relação a isso e qual é a depreciação, se V.Exa. tem conhecimento de qual a depreciação da sonda, se é de 20%, de 30%, de 40% por ano.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - As sondas... o Projeto Sete, como foi concebido, inicialmente, previa um retorno para os acionistas de 13% ao ano. Essa era a previsão. Hoje nós não temos mais esse número.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas por sonda V.Sa. não...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não tenho isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas é de 460 mil dólares por dia o aluguel que a PETROBRAS paga.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exatamente. Esse é o valor atualizado, com o dólar no valor que está, que a PETROBRAS pagaria...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, em dólar. Estou falando em dólar, não é pelo valor que está. Quatrocentos e sessenta e seis mil dólares V.Sa. falou, por dia.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É, Excelência. É porque...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É de 800 milhões de dólares o custo. É só fazer o cálculo: dá 2% quase.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É que tem uma parcela dessa taxa diária que é em reais e uma parcela, em dólar. Então, quando o dólar oscila, isso interfere no preço total da taxa diária. Ela hoje, com o dólar do jeito que está, equivale a 460 mil, 470 mil dólares a taxa diária. Então, essa conta... eu não tenho essa conta aqui. Isso teria que ser feito.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Isso só corrobora o que o Deputado André disse, ou seja, é óbvio que um investimento como esse, sem licitação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, o tempo de V.Exa...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É só para completar a resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Certo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ninguém investiria bilhões e bilhões de dólares, se não tivesse certeza de que teria o retorno depois, em termos dos aluguéis. E queria lembrar aqui, para a população que está assistindo à reunião, que essa licitação que V.Sa. diz não houve. A Sete ganhou a licitação a convite. Só ela participou, com a certeza de que iria ganhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Líder inscrito é o Deputado Ivan Valente. Eu gostaria de fazer um encaminhamento, antes de dar a palavra ao Deputado Ivan. Pergunto se os demais inscritos concordariam — vejo que temos aqui poucos Parlamentares — em fazermos os questionamentos em bloco, já que vamos ter a Ordem do Dia, para que não estiquemos até o final do dia a oitava.

V.Exa. concordam em fazer em bloco os questionamentos? Concorda, Deputado Ivan?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu poderia já fazer a minha fala agregada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será o primeiro falar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A minha fala seria agora, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu darei o tempo de Líder e darei o tempo para fazer as perguntas em seguida.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, Deputada Eliziane, há acordo para fazermos em bloco? (*Pausa.*) Então, vamos ver. A ordem ficará a seguinte: o Deputado Ivan, como Líder e já como membro; o Deputado Pansera, em seguida, está aqui inscrito como Líder. Dando seguimento, vêm Eliziane Gama, que será a terceira; Delegado Waldir, o quarto; Antonio Imbassahy, o quinto; Hélio Lopes



será o sexto; Onyx, o sétimo. Então, nós temos sete inscritos. Vamos fazer um grupo de sete.

O Deputado Ivan Valente tem 3 minutos, pela Liderança, com mais 3 para fazer os questionamentos. Ao final, o Sr. Luiz Eduardo responderá a todos os Deputados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Não vai ficar prejudicada a oitava, não, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu indaguei se havia acordo. Se não houver acordo, fazemos como de praxe.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu acho que a oitava fica prejudicada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. não se sentir atendido, V.Exa. volta a perguntar.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sei que V.Exa. é um Deputado que recorre sempre a mais perguntas, É um Deputado aplicado aqui na CPI e, com certeza, irá contribuir com o debate e com a investigação.

O Deputado Ivan Valente tem 3 minutos, pela Liderança do PSOL.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sr. Depoente, eu tenho uma sensação de que a nossa CPI, com a chamada aqui com essa prioridade do nosso depoente, Luiz Eduardo, Presidente da Sete Brasil, pode conhecer melhor todo O histórico da Sete Brasil, mas, na verdade, nós estamos investigando gente da Sete Brasil, como Pedro Barusco. Por exemplo, eu acho que quem deveria estar depondo aqui hoje era o João Carlos Ferraz — há uma acusação de corrupção contra ele aqui — ou o Sr. Guilherme Esteves. Depois eu vou perguntar se o senhor conhece os dois, qualquer um dos dois. Esses deveriam merecer a prioridade dessa discussão, porque aí que se situou o processo, além do Sr. Pedro Barusco, que já depôs aqui. Às vezes, nós invertemos as questões.

A segunda coisa que eu quero colocar, ainda no meu tempo de Líder, depoente Luiz Eduardo, é o seguinte: aqui, o senhor, para mim, por enquanto, não é suspeito de nada. O senhor é um depoente, de modo que eu vou tratá-lo com a



maior urbanidade, como eu acho que têm de ser tratados todos os que depõem aqui. Então, quero deixar isso claro.

Terceiro, sobre a PETROBRAS há uma diferença. Eu acho que houve muito roubo na PETROBRAS. Dirigentes que se corromperam mancharam a imagem da empresa. Mas a PETROBRAS é uma empresa formada por milhares de trabalhadores dignos, com um projeto de Nação, de modo que tudo o que se fala da PETROBRAS aqui não pode ser visto... e alguns estão com campanha nos meios de comunicação para dar continuidade a um processo privatista da PETROBRAS, ou seja, não tem mais que manter a partilha, não tem mais que fazer contratos, etc. Querem encolher a PETROBRAS, abrir o capital mais do que o que se especula em Nova Iorque, para depois dizerem que o capital da empresa caiu em tanto. Então, eu tenho uma posição diferenciada sobre essa questão. Quero deixar isso bem claro para dizer que a CPI precisa ter um foco, que a corrupção.

V.Sa. trabalhou na OGX, do Seu Eike Batista. Vamos investigar. E outra coisa: aqui, estamos tratando da PETROBRAS e do escândalo da PETROBRAS.

As perguntas agora são as seguintes. Eu disse até a V.Sa., há pouco, rapidamente, que eu entendo que há dois tipos de empresas de auditoria, e o senhor citou várias empresas de auditoria, como a KPMG e outras. Depois, até peço que V.Sa. cite de novo. Mas, ao mesmo tempo, ouvi de V.Sa. que, quando surgiu o escândalo da Sete Brasil, vocês fizeram uma devassa lá, inclusive em *e-mails*, contas bancárias, etc. Isso é feito por empresas investigativas. Não é uma auditoria geral de contas, contábil. Eu pergunto: houve uma empresa contratada para investigar? Sim ou não?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, não foi feita nenhuma investigação em contas bancárias. As auditorias que nós fizemos...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Em *e-mails* o senhor falou.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Em *e-mails*, sim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E qual foi a empresa que fez isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Foi a... (*Pausa.*) Eu o consultei aqui para ver se teria algo que me impediria de dizer. Foi a Veirano.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Veirano?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Veirano.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ela tem alguma relação com a empresa Kroll de investigação? Poderia me fornecer essa informação?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, não tem ligação. É um escritório de advocacia.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não tem. Então, não tem nada que tenha ligação com esse tipo de empresa como a Kroll?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor tem certeza disso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Tenho certeza.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É importante essa sua resposta. V.Sa. é Presidente da companhia. Porque esta Câmara contratou a Kroll para fazer trabalho de investigação. Se houver por parte da Sete Brasil essa contratação para investigar, por exemplo, o Sr. Barusco, etc., há uma contradição aí e um conflito de interesses. O senhor tem certeza que não?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Tenho certeza, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito.

Segunda questão: o senhor conhece o Sr. João Carlos Ferraz?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Conheço, Excelência.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Desde quando e por que o senhor o conhece? Qual é a convivência que o senhor tem com ele?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O Sr. João Carlos Ferraz trabalhou embarcado na Bacia de Campos, quando eu era Superintendente da Bacia de Campos. Depois disso, eu vim a cruzar com ele na época em que ele estava no Financeiro. Nós chegamos a ter uma ou duas reuniões, e eu estava no Grupo X. E, depois, finalmente, quando ele estava na Sete, nós chegamos a ter uma reunião juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para concluir, Presidente, quero dizer que eu estou aqui com uma matéria do *Estado de S. Paulo*, que está dizendo que ele é o cérebro da fundação da Sete Brasil. O senhor concorda com essa



afirmação? E ele é o principal acusado de receber propinas de até 1% sobre todos os contratos.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu tenho a informação de que ele teve uma participação expressiva nesse processo, mas se ele foi o principal cérebro, infelizmente, não tenho como dizer.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - E sobre a corrupção, o senhor tomou ciência?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu tomei ciência através do conteúdo da delação premiada do Sr. Pedro Barusco.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Anteriormente, o senhor não tinha nenhuma informação sobre isso? O Sr. Ferraz foi o seu antecessor, não foi?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exatamente. Anteriormente a isso, não tinha ouvido nenhum comentário a respeito.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é Deputado Pansera, como Líder. *(Pausa.)* S.Exa. abre mão da inscrição.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos para fazer seus questionamentos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. começar a registrar ali quero só fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Na verdade, quero uma informação. Nós estamos no acordo dos questionamentos em bloco? É isso? Eu estava falando com meu assessor e acabei ficando um pouco desligada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então está bom. Vamos lá. Ele vai me responder depois, não é isso? Eu quero pedir ao Sr. Luiz Eduardo que faça as anotações de nossas perguntas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, eu pergunto, na verdade, ao senhor, a primeira pergunta que faço: o senhor conhece o Barusco, conhece o Youssef e conhece o Vaccari? Quais as relações que o senhor tem com os três?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não conheço o Sr. Vaccari. Não conheço o Sr. ... Desculpe, conheço o Sr. Barusco e não conheço o Sr. Youssef.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Qual era a sua relação com o Barusco?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - O Barusco, nós tivemos poucos contatos durante os meus 30 anos de PETROBRAS. O Sr. Barusco, ele ficava no Centro de Pesquisa e eu fiquei muitos anos no campo e depois na atividade de exploração e produção.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu faço essa pergunta, Sr. Luiz Eduardo, porque, na verdade, o Barusco, ele afirma, na delação premiada, fala de uma forma muito clara que recebia propinas das empresas. E aí cita, por exemplo, a Schahin, da qual o senhor foi Presidente, e diz inclusive que tinha muita dificuldade de receber essas propinas e que recorria inclusive ao Vaccari, para que pudesse, na verdade, obter o resultado do pagamento de propinas, coisa que Youssef também afirma na sua delação, de que também teria recebido propinas da empresa Schahin.

A outra pergunta que faço ao senhor é referente exatamente ao valor dessa dívida cuja cobrança o banco britânico Standard faz. Eu queria saber efetivamente qual o valor. O senhor já falou agora há pouco e me parece que não sabe, não é? Mas fica muito estranho, na verdade, o senhor estar presidindo a Sete Brasil e não ter efetivamente esses valores, já que a Sete Brasil terá que pagar, inclusive, já que ela recorreu inclusive ao fundo, para poder ter a garantia desse pagamento a partir desse empréstimo que é buscado, que está aí sendo requerido junto ao BNDES.

E aí eu quero finalizar, Presidente, a minha pergunta. O senhor foi denunciado — já foi colocada aqui a denúncia feita pelo Ministério Público Federal de São Paulo — por manipulação de preços de ações da OGX, com dados falsos sobre as perspectivas da empresa, o que levou inclusive a um prejuízo aos investidores da ordem de 14 bilhões de reais. Eu pergunto ao senhor se o senhor se acha, na verdade... Como é que o senhor se sente, na verdade, ocupando esse cargo e, ao mesmo tempo, o senhor, como investidor, colocaria o seu dinheiro em uma empresa dirigida por alguém que é acusado de fraude contra o mercado de ações? Qual a segurança, na verdade, que esses investidores têm diante da sua



posição hoje como denunciado pelo Ministério Público Federal? E também por que o BNDES deveria fazê-lo?

Ao mesmo tempo também quero finalizar fazendo, na verdade, uma colocação, para finalizar, meu Presidente. Nas informações que são apresentadas aqui, que falam, na verdade, do seu currículo, é um currículo vasto, um currículo importante, um currículo que tem todo um reconhecimento, inclusive com indicações feitas pela própria Graça Foster. Mas o banco Schahin quebra — o senhor foi presidente —, na sua saída lá, quebra. O Grupo X quebra também, o senhor passando por esse grupo. A Sete Brasil está praticamente quebrada. Como é que o senhor se sente passando por tantas empresas e sempre na sua saída tendo situações praticamente de falência desses grupos?

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Estamos fazendo as perguntas em bloco, Dr. Luiz Eduardo, para que possamos agilizar. V.Sa. responde ao final.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente, será que eu poderia fazer uma pergunta muito curtiinha para ele responder rapidamente? O senhor tem religião? O senhor tem religião?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, essa é uma pergunta muito difícil.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor crê em alguma coisa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não frequento nenhuma religião, mas eu tenho minhas crenças e convicções.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor está dobrando os joelhos por essas crenças e convicções? Porque, olha, o senhor passar pelo Schahin, quebrar; a OSX, quebrar; Sete Brasil, quebrada! Olha, o senhor tem que realmente...

Mas vamos às perguntas, porque meu tempo está começando a contar agora, não é Sr. Presidente? O Sr. Paulo Roberto afirmou aqui que ninguém alcança uma Diretoria ou Presidência sem um vínculo político, sem uma troca. O senhor foi escolhido pelos seus belos olhos, pelo seu belo sorriso? Por qual motivo o senhor foi escolhido? Tem que haver uma troca. Pedro Barusco foi escolhido por Lula. E o



senhor foi escolhido por quem? Por Graça Foster? Pela Presidente Dilma Rousseff? O senhor esteve com a Presidente Dilma Rousseff em algum momento depois que o senhor assumiu a Sete Brasil? Eu gostaria de saber qual a estrutura da Sete Brasil: onde é a sede, quantos funcionários ela tem, quantos diretores ela tem, presidentes, como funciona. Ela existe de fato ou ela é só uma fantasia?

Eu gostaria de saber se os nossos professores, se os nossos alunos, quando a educação brasileira, os Municípios brasileiros, os Estados brasileiros passam a receber dinheiro do pré-sal, da Sete Brasil; se vai haver um momento em que esse dinheiro vai ser repassado. Tem alguma previsão? Todo mundo está querendo saber isso.

O senhor está respondendo a algum inquérito. O pessoal diz aqui que o senhor responde a processo. A Presidente Dilma e a Presidente Graça Foster sabiam que o senhor respondia a esse processo? Esse foi um critério escolhido para que o senhor passasse a administrar uma das maiores empresas do Brasil, que vinha de uma grande situação de corrupção, de uma crise extremamente grave, e colocam uma pessoa com esse currículo? O senhor confia nos estaleiros que pagaram propina a Barusco, Duque e Vaccari? O senhor continua negociando com essas empresas que pagaram corrupção, cujos diretores estão respondendo por organização criminosa?

Só finalizando, Sr. Presidente: considerando que Bendine era Presidente do Banco do Brasil, ele foi nomeado de forma tendenciosa na PETROBRAS, com quem já havia celebrado contratos, e agora a gente houve falar que o BNDES está sendo substituído pelo Banco do Brasil. O senhor não vê nenhuma inconveniência nisso, nenhum jogo de cartas marcadas?

E a última pergunta: cinco estaleiros, segundo as informações que eu obtive aqui, teriam comprometido 8 bilhões em instalações com plantas industriais com fundos da Marinha Mercante. O senhor foi da empresa do Eike. Ele também obteve empréstimos na Marinha Mercante. Existe algum vínculo entre esses? Quem permitiu essa facilidade na Marinha Mercante? Houve dinheiro do Fundo de Garantia em 2013 para a Sete Brasil, dinheiro dos trabalhadores brasileiros?

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Próximo inscrito é o Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edio Lopes, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista uma extensa agenda que este Deputado teve que cumprir pela manhã, eu fiquei ausente desta Comissão em grande parte dos trabalhos na parte da manhã. Então, é bem possível que alguma pergunta que eu venha a fazer aqui possa já ter sido objeto de esclarecimento.

Eu pergunto ao depoente se o BNDES efetivamente injetou algum recurso e, se sim, qual o montante na Sete Brasil, porque sabemos que houve um contrato. Segundo, se a Sete Brasil recebeu, de quem recebeu e quanto recebeu de instituições públicas recursos de origem pública, não importa de qual fonte, eu quero saber se recebeu em alguma oportunidade.

Por último, Presidente, é notório que a Sete Brasil passa por uma crise de credibilidade e financeira bastante preocupante. Também é verdade que a exploração do pré-sal tem sido conduzida pela PETROBRAS, tendo na Sete Brasil um pilar bastante importante e fundamental para o prosseguimento da exploração do pré-sal, haja vista a construção delegada à Sete Brasil das sondas que, em grande parte, trabalharão nesta área — pelo menos é o que nós entendemos. A minha pergunta é: se a Sete Brasil quebrar, qual será a repercussão deste fato para a efetiva exploração do pré-sal pela PETROBRAS, já que nós sabemos que não se fabricam sondas em fundo de quintal nem se fabrica da noite para o dia este tipo de equipamento que a Sete Brasil está se propondo a entregar à PETROBRAS.

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu solicito ao Sr. Luiz Eduardo que possa responder ao Deputado Edio Lopes, porque os outros Deputados foram votar. Então, V.Sa. vai respondendo de forma nominal agora.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Os senhores preferem fazer um intervalo?

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Eu acho que é melhor suspender por 5 minutos. Todos vão lá e votam. E então todos podem ouvir, porque o nosso Presidente está votando em ritmo acelerado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, a sessão está interrompida por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Obrigado, Sr. Presidente.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Bem, retomando a sessão, o próximo Deputado membro inscrito para fazer indagações é o Deputado Perondi, ausente; Deputado Fernando Monteiro, ausente; Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. dispõe da palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luiz Eduardo, o senhor está com medo de alguma coisa?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu não me lembro de nada de que eu esteja com medo. Eu não estou com medo de nada, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Arnaldo, nós combinamos aqui fazer as perguntas em blocos. Se V.Exa. puder fazer as perguntas todas, porque ele já tem aqui acumuladas algumas indagações que ele registrou de outros Deputados que antecederam V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, eu espero e depois eu faço a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O Dr. Luiz Eduardo pode responder às perguntas anteriores, dos demais Deputados.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, então foi perguntado aqui pelo Deputado Edio Lopes se o BNDES injetou algum recurso na Sete. Excelência, eu tive ocasião de comentar antes que o BNDES não injetou nenhum recurso na Sete até o momento. Se recebemos algum recurso de instituições públicas? Todos os recursos que recebemos na Sete foram de empréstimos de curto prazo ou de aplicações de investimentos dos seus acionistas. Terceira pergunta: qual vai ser a repercussão se a Sete quebrar? Como a PETROBRAS vai desenvolver a área do pré-sal? Bom, acho que o mais adequado



seria a PETROBRAS responder, mas eu entendo que a PETROBRAS vai provavelmente se entender com a ANP, porque ela tem um contrato com a ANP onde ela se obriga a desenvolver as áreas, a explorar as áreas com um determinado percentual de conteúdo nacional. Então, há uma multa para isso e ela deverá entrar em contato com a ANP para poder verificar como isso vai ficar.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Sr. Presidente, com a sua devida vênua, eu não estou satisfeito com a resposta da última pergunta, porque eu entendo que ele, um homem com alta compreensão do sistema que ele está operando, eu gostaria que ele fosse mais objetivo.

Qual é a opinião dele, se a Sete Brasil quebrar, parar de construir as sondas? Qual será a repercussão para o pré-sal que a PETROBRAS... E a razão da Sete Brasil é o pré-sal.

Eu afirmei, na minha pergunta, que não se fabricam sondas da noite para o dia nem em firmas de fundo de quintal. Então, eu gostaria que ele, com o conhecimento que ele tem — e não pode negar que o tem —, manifestasse qual a sua opinião.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a PETROBRAS, ela tem um contrato com a ANP, onde ela se obriga a utilizar um percentual de conteúdo nacional, em tudo que ela faz, não apenas sonda, mas todos os serviços, seja na fase exploratória, seja na fase de desenvolvimento da produção. Então, não se restringe à parte de perfuração de poços. Essa conta tem que ser feita no total, em todas as áreas, para ver se ficou dentro daquele conteúdo contratual estabelecido com a ANP. Se ela não atender a essa parte de sondas, ela vai ter que procurar a ANP e ver qual é o reflexo disso nesse cálculo do conteúdo nacional total, para verificar quanto de multa ela vai ter que sofrer, ser penalizada, ou eventualmente conseguir uma autorização da ANP para poder não pagar as multas. Mas a verdade é que existem multas aplicadas, até onde eu saiba, de alto valor, caso a PETROBRAS não atinja esse percentual de conteúdo nacional.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Querido Presidente, com a sua benevolência, não me dou por satisfeito. Não é nesse nível que eu estou perguntando, Sr. Luiz Eduardo. Eu estou perguntando: se a Sete Brasil parar hoje de fabricar sondas, quebrar, qual é, qual seria o andamento da exploração do pré-sal?



**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Continua o pré-sal ou não?

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - E há essas multas. Exatamente isso. Eu sou leigo no assunto e estou lhe fazendo...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O Deputado quer saber se é continua o pré-sal ou não. Continua o trabalho?

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - É exatamente o que o Deputado Delegado Waldir está falando. Eu sou leigo no assunto e estou lhe perguntando aquilo que o cidadão comum, no seu pouco entendimento, creia-me, perguntaria ao senhor. A Sete Brasil quebrou. É a responsável pela construção das sondas. Como fica o projeto de exploração do pré-sal? Que há multa, que há... Isso aí nós sabemos.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu entendi perfeitamente a pergunta. É que a questão, ela não é muito simples. Existe uma relação contratual. Como a ANP vai interpretar essa quebra da Sete, se ela vai dar um desconto para a PETROBRAS ou não pelo ocorrido? Eu não sei dizer ao senhor. Ela pode tanto obrigar que a PETROBRAS arrume outra solução e mantenha esse percentual. Imagino eu. Eu não conheço, em detalhes, esse contrato. Isso levaria muito tempo.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Tempo para o senhor é quanto? Porque muito tempo para mim...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, por favor, nós estamos falando aqui em hipótese, hipótese num contrato que é entre a PETROBRAS e a ANP.

**O SR. DEPUTADO EDIO LOPES** - Responda em hipóteses também.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu não conheço esse contrato. Então, eu não posso dizer. É algo até que eu gostaria que a PETROBRAS não pudesse arrumar outra saída, mas eu não estou de posse desse contrato. Eu não tenho esses detalhes. Até onde eu conheço, há uma relação contratual que obriga a PETROBRAS e impõe multas. Se a Sete acabar e tiver que começar de novo, os reflexos são muito grandes,...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Para o pré-sal ou não?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - ... porque as sondas estão pelos estaleiros. Talvez haja um adiamento do cronograma de exploração do pré-sal. Por outro lado, eu não estou atualizado sobre qual é o novo plano de negócios da PETROBRAS, que eu sei que ela está para anunciar. Então, infelizmente, Excelência, eu não tenho como responder com o nível de precisão que o senhor está pedindo, porque eu não conheço os detalhes contratuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pode continuar respondendo às perguntas dos demais Deputados. Acho que o senhor anotou aí. O senhor pode proceder às respostas. Pode proceder às demais respostas, e aí nós iremos seguir com as inscrições que ainda restam, para que o senhor possa terminar de responder.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Deputado Arnaldo, se eu estou com medo de alguma coisa? Sim, eu tenho medo de algumas coisas na vida. Por exemplo, tenho medo de ser atropelado. (*Risos.*)

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu tenho medo de um monte de coisas na vida, de ter um infarto, mas não tem nada em especial que me deixe com medo. Nesse trabalho...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - De ser preso ou não? Tem medo de ser preso? O senhor pode ser responsabilizado criminalmente?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, Excelência, eu não tenho medo de ser preso, porque eu não tenho nada que possa me levar a esse tipo de preocupação, nem no que está acontecendo na Sete nem no que aconteceu em toda a minha vida profissional, que, aliás, é um capítulo à parte, que eu pretendo abordar, porque tivemos algumas perguntas sobre isso aqui. Então, não tenho medo de nada. Aproveitando, então, eu vou talvez sair um pouco da ordem, vocês me perdoem. Foram feitas várias perguntas aqui sobre a questão de eu estar na Sete com um processo. Eu não tenho um processo. Eu tenho uma denúncia que não se transformou em um processo, pelo menos até o momento. É assim, esse é o meu entendimento. Essa denúncia está no Ministério Público e está sendo analisada se vai se transformar num processo ou não, se o Ministério Público vai acatar essa denúncia ou não. Eu não sou advogado, mas esse é o meu entendimento da coisa. Quando eu entrei na Sete Brasil, essa denúncia não existia ainda. Quando ela



aconteceu, quando apareceu a denúncia, eu tive a iniciativa de imediatamente procurar todos os acionistas, dentre eles a própria PETROBRAS, explicar do que se tratava, e todos eles entenderam que não era motivo para eu deixar de exercer a função que eu exerço. Da mesma forma, os episódios no período de Eike Batista. Não tem nada — volto a dizer mais uma vez — que tenha acontecido nesse período que eu me sinta diminuído, que desabone a minha capacitação técnica. Quem conhece de petróleo, e a PETROBRAS conhece de petróleo, ela não ficou intimidada de me indicar para essa função, porque tudo que foi feito por mim na OGX, no Grupo X, não tem absolutamente nada de errado, nada do que eu possa me envergonhar. Foi um trabalho muito benfeito, que eu me orgulho dele, um trabalho muito complexo. Como alguém falou — me perdoem, não lembro quem — que eu só pego pedreiras ou coisa assim, é verdade. Depois que eu saí da PETROBRAS, eu só peguei algumas pedreiras. Alguns amigos meus dizem que eu tenho que botar uma meia de lã, mas a verdade é que eu tenho procurado fazer o meu melhor possível. E, se desde a primeira pedreira tivessem ficado descontentes, não teriam me indicado para a segunda, para a terceira e para a quarta agora, como eu estou.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Pela ordem, Sr. Presidente. Para a gente agilizar, o senhor até propôs que as perguntas fossem feitas em grupo e que o depoente respondesse em grupo. Eu acho que ele respondeu às perguntas do Deputado Edio e de outros Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Ele está respondendo, Deputado Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos aguardar. V.Exa., com certeza, será atendido.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É que essa pergunta foi comum a vários. Eu tenho anotadas as do senhor aqui. Vou chegar lá. Então, sobre a Sete Brasil, sobre o histórico de empresas com problemas, infelizmente, essas experiências são difíceis, são duras, mas trazem muita bagagem, e eu não me arrependo de ter passado por nenhuma delas. Eu entendo que estou crescendo e estou aprendendo com tudo isso. É exatamente nos momentos mais difíceis que nós



temos oportunidade de aprender, de evoluir, não tocando o dia a dia. Exmo. Deputado Delegado Waldir, nunca estive com a Presidenta Dilma, em nenhum momento. A Sete fica num prédio em Humaitá, 275. Ela ocupa três andares parcialmente em Humaitá, lá no Rio de Janeiro. Ela tem 120 funcionários no momento. Se a Presidente Dilma e a Presidente Graça Foster sabiam dos meus processos quando eu assumi? Não, porque eles não existiam ainda. Eu tinha algumas coisas de questionamentos da CVM, mas ainda não processos. Se eu confio nos estaleiros que roubaram? Bom, eu procuro sempre fazer a distinção entre os estaleiros e os controladores dos estaleiros. Os controladores são aqueles que estão à frente da Lava-Jato. Os estaleiros, nós temos uma relação contratual e estamos procurando segui-la. É óbvio que todo esse clima gerado, toda essa ambiência da Lava-Jato foram os acionistas dos estaleiros também, ou principalmente, que contribuíram para chegarmos aí. Então, quando nós não conseguimos mais recursos de financiamento de longo prazo ou mesmo de curto prazo, uma coisa está intimamente ligada à outra. E há de se chegar um momento em que nós vamos discutir tudo isso. Mas hoje a relação é contratual, é legal, e não tem nada de errado, segundo as auditorias que fizemos, nesse relacionamento com os estaleiros. O Banco do Brasil faz parte, é um dos bancos do *pool* de bancos credores da Sete que estão profundamente interessados em achar uma solução para a Sete. Deram-nos um tempo, até o final de junho, para poder achar uma solução, e todos eles estão muito interessados. Não há, assim, um banco liderando ou substituindo o BNDES; todos estão bastante envolvidos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - E a influência do Bendine?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não percebo nenhuma influência especial do Presidente Bendine em todo esse processo. Já estive com ele, já conversamos sobre a Sete Brasil, já falamos ao telefone. Ele está preocupado, pareceu-me preocupado, como vários outros Presidentes das empresas que são acionistas da Sete, mas não vejo nenhum tratamento especial. Aliás, durante todo esse processo, muito se falou em salvar a Sete. Eu não vi nada de salvar a Sete. A Sete bateu à porta do BNDES e procurou cumprir todas as condições precedentes para obter o financiamento. Não veio nenhuma benesse. Durante esse 1 ano, que completa hoje, em que eu estou à frente da Sete, eu não vi nenhum indicativo de



favorecimento, de tratamento especial, por exemplo, do pessoal técnico do BNDES conosco.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Eduardo, à pergunta que a gente fez referente ao valor que a Sete deve para o banco britânico parece-me que o senhor não respondeu.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Foi. Eu ainda não tinha chegado. Na realidade, Excelentíssima, foi a primeira vez que eu recebi essa pergunta. Foram 250 milhões de dólares. Eu tinha esse número, mas até o momento ninguém tinha me perguntado. O número é de 250 milhões de dólares. Eu estou tentando ir por partes aqui. V.Exas. me perdoem, mas eu ainda estou tentando dissecar as perguntas do...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - O senhor quer que eu complemente? Ficou com dúvidas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu ainda tenho mais coisas aqui.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Tranquilo.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Quanto ao Eike Batista, em termos de empréstimos com o Fundo da Marinha Mercante, que eu saiba ele não chegou a conseguir esse empréstimo do Fundo da Marinha Mercante.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - A imprensa noticiou que ele teria obtido. O senhor foi Presidente lá, o senhor não se recorda disso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Não, no meu período lá, eu lembro que isso foi priorizado pelo Fundo da Marinha Mercante e tinha como repassador o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, ou pelo menos dois desses três, mas nós não chegamos a concluir isso. O BNDES, com certeza, mas não chegamos a obter esse repasse, até onde eu me lembro. Mas eu fui substituído por uma outra pessoa na OSX e não posso lhe garantir que, depois que eu saí, isso não foi conseguido. No meu período, não houve, não foi obtido. Se V.Exa. me permite, eu anotei alguma coisa sobre Paulo Roberto aqui e não sei o que foi.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Paulo Roberto disse aqui na CPI que não se chega a nenhum cargo de Diretoria ou à Presidência sem uma indicação política. Quem o indicou politicamente? Foi pedido algo em troca ao senhor?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Lembrei. O comentário do Sr. Paulo Roberto, eu me lembro bem, porque eu assisti, foi relativo às funções de Diretoria na PETROBRAS. Eu nunca ocupei uma função de Diretoria na PETROBRAS. Todas as outras funções que ocupei de Presidência não tiveram nenhum envolvimento político, não foi nenhuma indicação política. Aliás, eu nunca tive contato com políticos. Eu tenho... V.Exas. me perdoem, mas eu tenho que olhar a folha aqui com o nome e a foto de cada um para saber com quem estou falando. Eu sou muito fraco nessa área. Eu não tenho...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Faltou a pergunta em relação ao dinheiro do pré-sal. Quando ele vai chegar, realmente, aos Municípios, aos Estados brasileiros para a Pátria Educadora. Há uma previsão disso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, essa relação de pagamento de dinheiro do pré-sal para os Municípios é entre a PETROBRAS ou os operadores novos que existirem e os Municípios. A Sete Brasil não tem essa participação, é só empresa de prestação de serviços que vai utilizar suas sondas para perfurar os poços para a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Mas com a operação das sondas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - É que a pergunta não ficou respondida, Sr. Presidente. Na verdade, talvez ele não tenha entendido a minha pergunta. Eu quero saber... Na verdade, eu não, todas as pessoas que estão nos assistindo, porque muito se fala, Sr. Presidente, que vai chegar dinheiro do pré-sal para a educação. A Pátria Educadora vai se forrar, não vão faltar mais vagas nas creches, nas escolas, vai acabar o analfabetismo no Brasil. Então, fala-se muito sobre isso. E, sem dúvida, se não houver uma finalização, o aprofundamento, a finalização da Sete Brasil, com certeza, o dinheiro não vai chegar. Então, o que eu quero saber é se existe uma previsão de quando vai se tirar petróleo suficiente do pré-sal para que a PETROBRAS possa fazer a destinação, porque o senhor faz parte dessa engrenagem. Isso eu quero saber. O povo brasileiro, que está nos assistindo neste momento pelos canais de televisão, pela *TV Câmara*, quer saber também.



Então, vai ficar uma pergunta incompleta, Sr. Presidente? Isso é o que eu gostaria de saber; eu não, o Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, esse pagamento dos *royalties* do petróleo do pré-sal é feito sem envolvimento da Sete. A Sete não tem participação nenhuma nisso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Eu entendi isso.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Isso é entre a PETROBRAS, a ANP e os Estados. A nossa contribuição é através de pagar os impostos inerentes ao tipo de serviço que prestamos, à compra dos equipamentos necessários para construir as sondas, aos empregos gerados nos estaleiros, não mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Na verdade, novamente o senhor fugiu um pouquinho. Quando vai estar operacionalizado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, o tempo de V.Exa. foi encerrado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ficou sem resposta. O povo brasileiro vai ficar triste, porque está esperando por uma Pátria Educadora e ela não vai chegar nunca. Então, é mais um estelionato, Sr. Presidente. É isso que eu quero deixar claro. É uma enganação.

E a última pergunta, a que o senhor não respondeu durante minhas perguntas, é se foi usado dinheiro do Fundo de Garantia do povo brasileiro na Sete Brasil.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, um dos acionistas, um dos investidores da Sete Brasil é o FI-FGTS. Ele tem participação como acionista na Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Obrigado. Foi usado, então. A resposta é positiva, não é?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - É positiva.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Ok. Obrigado. Parabéns! Parabéns ao Brasil! Estão vendo onde nós estamos? Estamos lascados! (*Risos.*) Ontem, a aprovação da medida provisória; hoje, essa novidade. É dinheiro do



trabalhador no ralo. Olhem, esqueçam a Pátria Educadora! Acho que é a Pátria sacaneadora.

Um abraço! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Encerrando aqui as inscrições, temos o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que gostaria de fazer a sua intervenção.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Presidente, eu gostaria... Eu tive que me ausentar para receber o Governador do meu Estado e gostaria que fosse reconsiderada a minha inscrição. Pulou o meu horário, mas que eu pudesse também fazer minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas o Deputado Arnaldo está inscrito antes de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria obter as respostas dentro do meu tempo. Então, chamo a atenção do depoente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Três minutos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O.k. O senhor vem de uma petroleira quebrada do Grupo X, de um banco quebrado, Banco Schahin, e vai salvar a quase quebrada Sete?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, quem quebrou a petroleira não fui eu. Eu entrei lá...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu não disse que foi o senhor que quebrou, mas o senhor estava lá quando ela quebrou.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Essa empresa começou 5 anos antes de eu chegar. Eu cheguei à OGX exatamente porque ela estava no auge da crise, com as ações despencando e as promessas feitas de produção não realizadas. Quanto ao Banco Schahin, eu nunca cheguei sequer perto dele. Eu trabalhei foi na Schahin Óleo e Gás, no Rio de Janeiro, procurando implantar atividades de produção.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Do Grupo Schahin?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Do Grupo Schahin. Nunca cheguei a negar.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A minha pergunta é esta: o senhor vem de uma petroleira quebrada, de um banco de uma empresa quebrada e vai conseguir salvar a Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu vou procurar responder o senhor de uma outra maneira. Eu me considero perfeitamente capaz de desempenhar o meu papel. E, ao longo desses anos, eu adquiri bastante experiência, o que me deixa confortável para continuar à frente dessa empresa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o senhor não está pressionando o BNDES para liberar o empréstimo que já está aprovado?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, nós tivemos muitas reuniões com o BNDES, foram muitas reuniões. E o BNDES chegou a um momento onde ele entendeu que ficou difícil, naquela modalidade, atender à necessidade da Sete. Por isso, hoje, a Sete está tentando arrumar uma outra modelagem para tentar voltar à conversa com todos os agentes que possam colocar dinheiro na Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vários são os acionistas da Sete, mas o mais interessado, sem dúvida nenhuma, é a PETROBRAS. O senhor não podia procurar o Presidente Bendine para lhe ajudar nessa captação de recursos, já que ele conseguiu fazer um milagre de captação de recursos para a PETROBRAS?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, esse assunto já foi discutido com a PETROBRAS no passado, e a PETROBRAS informou que ela não pode; ela tem uma limitante que não pode ultrapassar 10% de participação na empresa. Então, esse caminho foi fechado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, não; o senhor não entendeu o que eu falei: o Bendine ajudar a salvar a Sete, porque isso beneficia a PETROBRAS, independente da participação, da limitação que o senhor fala. Ele tem a *expertise* financeira. O senhor poderia pedir uma ajuda para ele para ajudar a salvar a Sete.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Hoje, nós temos um trabalho sendo feito com a participação de todos os acionistas, e a PETROBRAS está dentro, e todos os bancos credores da Sete Brasil.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas o senhor pode admitir que o maior interessado em salvar a Sete, de todos os seus sócios, é a PETROBRAS. Não é verdade?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu acho que a PETROBRAS, além do interesse do recurso aplicado, ela tem interesse porque essas (*falha na gravação*) são para trabalhar para a PETROBRAS realmente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se o senhor tivesse dinheiro disponível, o senhor investiria na Sete?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Assim que eu conseguir ter uma visão mais clara das possibilidades e das alternativas, e isso tudo estiver negociado com todos os credores, sim, sem dúvida nenhuma, eu investiria.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Nós vamos investir no senhor, então.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Arnaldo, agradeço a V.Exa.

Temos três inscritos aqui, vamos fazer em bloco: Deputado Lelo Coimbra, Deputado Darcísio Perondi e Deputado Antonio Imbassahy. Cada um terá 3 minutos.

Deputado Lelo, V.Exa. tem até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Luiz Eduardo, a PETROBRAS faz dez licitações para a constituição do produto, que são as sondas; entende que o mercado é muito demandante e constitui uma empresa de natureza privada, chamada Sete Brasil. Essa empresa se define, no material que se apresentou aqui como criação da Sete Brasil — palavras do material que o senhor trouxe —, como um projeto fundamental ao desenvolvimento do pré-sal e para o cumprimento dos requisitos mínimos de conteúdo local; conceito de encomendas em escala como fonte de atratividade e mitigação dos riscos. E o senhor apresenta isso para 40 projetos — são 28, e, neste momento, a empresa cuida de 17. Mas há 17 empresas contratadas que estão fazendo, estão construindo esses projetos.

A pergunta é: a Sete Brasil é uma empresa ou ela é uma terceirização, uma agenciadora de contratações de negócios que a PETROBRAS licitou diretamente e que estão terceirizados através da Sete Brasil? É a primeira pergunta.



Eu vou fazer todas para o senhor responder na sequência. Então, essa é a primeira questão: de tudo o que eu ouvi, a minha impressão é que a Sete Brasil é uma terceirizada da PETROBRAS para fins não de construir sondas, mas para fins de contratar construtor de sonda.

A segunda pergunta é... A primeira pergunta feita pelo Sub-Relator ao senhor... Ele fez três perguntas, o senhor respondeu a última. Ele perguntou se o modelo de licitação que a PETROBRAS fez com a Sete Brasil foi licitação grande, foi carta-convite, ou foi uma concorrência justa. O senhor respondeu pela terceira: Uma concorrência justa. Na realidade, ele deveria ter te perguntado se foram observados os instrumentos do decreto, do tão famigerado decreto, e se foi feito um modelo de carta-convite, objetivamente, porque, na carta-convite, a escolha é feita pela PETROBRAS. Então, se o modelo objetivo foi na carta-convite, obedecendo ao modelo do decreto lei de agosto de 2000, de 1998, e que vige na PETROBRAS até o presente momento — sob liminar, porque o mérito do projeto está dormindo nas gavetas, há 10 anos, sob a relatoria do Sr. Toffoli. Por isso o motivo da minha solicitação da sua convocação a esta CPI. Então, esta é a segunda pergunta: se o modelo foi esse.

A terceira pergunta que eu queria fazer ao senhor é como é que a empresa... A PETROBRAS faz uma empresa de natureza privada, e a PETROBRAS faz uma lista tríplice para escolher, num conselho, o dirigente da empresa privada. Que natureza de empresa é essa, que é privada, obedece a um modelo de licitação, mas tem o seu dirigente indicado numa lista tríplice originária da PETROBRAS? Esse modelo é tão estranho... Eu não conheço. Eu não sou da área, eu sou médico. Eu não sou da área que trata disso, nem jurídico...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Lelo.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Vou, vou concluir.

Então, essa é a terceira questão que eu faço para o senhor.

A quarta questão: o senhor fez um esforço grande, e é natural, como executivo que parece, que demonstra competência, como profissional que é, e como zelador pelo espaço que o senhor está gerindo, que qualquer um que esteja no espaço, gerindo como o senhor gere, tem que ter a preciosidade de protegê-lo.



O senhor usou dois números, e eu fiz o registro na hora em que o senhor apresentou; o senhor usou dois números: um em dólar e um em reais. O senhor não usou aquilo por erro. O senhor usou aquilo para tentar qualificar a empresa como uma empresa hígida, como uma empresa que está bem das pernas; o senhor usou para, subliminarmente, mostrar que 26,7 bilhões de dólares, que é o custo dos projetos totais, mas já foi investido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Lelo.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Já vai.

Mas já foram investido 24 bilhões de reais, quando, na realidade, o comparativo era 26 bilhões de dólares contra 9 bilhões de dólares. O senhor fez esse esforço de equalização de moedas para tentar demonstrar o que o senhor fez o tempo todo, legitimamente, enquanto gerente da empresa, para tentar mostrar a hígidez da empresa e, subliminarmente, não explicitar o buraco que tem para ser percorrido, face às dificuldades do financiamento, face às dificuldades que existem de hígidez financeira num modelo que se está demonstrando que está furado. É uma peneira. Se já era uma aventura a Sete Brasil no momento da sua constituição, ela hoje é uma peneira visível, e o senhor tentou, subliminarmente, pela confusão de moedas, não apresentar a característica, neste momento, da questão financeira. Eu gostaria de ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Próximo inscrito, Deputado Darcísio Perondi. Os questionamentos serão em bloco. V.Exa. tem até três minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O Dr. Luiz Eduardo é muito preparado, muito sereno. Isso é indiscutível.

Primeiro: qual é... O senhor não acha que o pré-sal está sendo prejudicado pelo modelo de partilha e não de concessão? Qual é a sua opinião como profissional da área?

Dois: essa lei, ou decreto, ou portaria absurda de obrigar 30% de conteúdo nacional, isso não encarece a exploração do pré-sal? Não aumenta o custo? Por isso que é 100 dólares por barril, para tirar o petróleo a sete quilômetros do fundo do mar? Quero saber a sua opinião.

Terceiro: o capital chinês entrou. Qual é a contrapartida que os chineses vão dar?



Quinto (*sic*): nos últimos quatro anos, quantas vezes o senhor se encontrou com a Presidenta Dilma?

Por último, eu quero lembrar que, em 1997 e 1998, nós, debaixo de mau tempo, contra o voto do Relator Luiz Sérgio, abrimos a concorrência dentro da PETROBRAS para fazer parcerias mil. E ali foi o grande salto da PETROBRAS, tecnológico e mercadológico. Isso é indiscutível, mesmo que haja gente que ache que não. Foi o grande salto, o grande salto!

Aí, no Governo Lula, sob a presidência do Conselho de Administração da Dona Dilma, no primeiro mandato; no segundo mandato do Lula — Lula Presidente e Dilma, Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS e Chefe da Casa Civil.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Ainda está no meu tempo.

E Chefe da Casa Civil. Depois, ela se torna Presidente da República. Aí o Brasil fica sabendo do maior escândalo de uma empresa estatal, que é a maior parte do Governo e uma parte do cidadão, mas, enfim, o maior escândalo no mundo; uma corrupção sistêmica, endêmica, impressionante, com custo, inclusive, de empresas consagradas e de próprios bancos.

Então, quero lembrar aqui, para ficar registrado, que há responsabilidade, e não é do Barusco, não é do Duque; é de gente mais graúda. Ou deixaram roubar, e são responsáveis também, ou roubaram. Omissão, imprudência, inépcia do Presidente Lula e da Presidenta Dilma!

O senhor é valente, o senhor é valente. O senhor me passa seriedade. (*falha na gravação*) da Sete — mais 30 segundos —, eu não sei se tem corrupção na Sete. Quando eu vejo dois, três bancos, o Itaú, o Santander e o Bradesco, que são sócios da Sete, eu não consigo entender que eles não teriam um controle — um controle, viu Deputado Antonio Imbassahy? Eu tenho dúvidas, eu tenho dúvidas. E agora pegaram um executivo de alto nível, de alto nível, que transparece que não tem problema — transparece; ele se sai muito bem técnica e emocionalmente na defesa; é óbvio, mas eu não sei, sabe? Mas que foi uma irresponsabilidade da inteligência petista em, de uma forma precipitada, em 3 ou 4 anos, criar uma empresa dessa



forma — quando poderiam comprar as plataformas lá fora bem mais barato — e a que custo para os brasileiros?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E a que custo para a corrupção?  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o nosso Primeiro Vice-Presidente e último, Deputado Antonio Imbassahy. S.Exa. tem até três minutos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputadas e Deputados, será apenas uma pergunta sobre a qual eu gostaria de ouvir comentários do Dr. Luiz Eduardo.

Sem dúvida nenhuma, o currículo de V.Sa. é um vasto, mas eu peguei aqui um trecho dele que trata do período em que V.Sa. foi Presidente da OGX Petróleo e Gás Participações S.A., e membro do Conselho de Administração da OSX Brasil S.A. e da MPX Energia S.A., entre 2012 e 2013. Atuou ainda na OSX Brasil S.A., como Diretor Presidente, de 2010 a 2012 e, como Diretor de Operações, em 2010.

Naturalmente V.Sa., como membro de administração, detinha informações privilegiadas e, sem dúvida, esse grupo, que era liderado por Eike Batista, promoveu uma das maiores fraudes que aconteceram no mercado nacional; uma fraude que faz lembrar até o caso da Enron.

A pergunta que eu dirijo a V.Sa., até porque essa situação do grupo Eike Batista deixou aí um rastro de calotes e contratos inconclusos e em decadência, é: V.Sa. naturalmente participou, circulou, tomou conhecimento de muitas informações reservadas. O que me deixa assim bastante curioso, Dr. Luiz Eduardo, até pelo currículo de V.Sa., é não entender por que, naquele período, não houve nenhuma reação, do ponto de vista de uma denúncia de V.Sa., por conta dessa fraude monumental que foi ocasionada por esse grupo.

Eu encerro aqui a minha indagação pedindo que V.Sa. faça um comentário sobre essa situação, se esses dados não passavam; se V.Sa. não via que esses números eram números fraudulentos e que praticamente se fez apenas um esforço interno na tentativa de salvar, mas que deixou vários acionistas, enfim, que acreditaram nesse grupo numa situação de grave prejuízo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dr. Luiz Eduardo, V.Sa. tem a palavra.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - V.Exa. me desculpe, mas eu talvez não dirija a pessoa a pergunta, mas acho que anotei todas as perguntas. A Sete não é uma terceirizada da PETROBRAS. A Sete participou de licitação e ganhou essas sondas numa licitação, e teve outro concorrente — pelo menos um, que eu me lembre. Foi um modelo de licitação o adotado, não foi uma carta-convite. *(Pausa.)* Um momento, por favor. *(Pausa.)* Reafirmando, então, essa licitação foi uma licitação internacional para essas 21 sondas, e todo esse processo foi auditado por um escritório de advocacia interno, aqui, que foi o Veirano, como eu comentei, e o Clifford Chance de Nova Iorque. Nada foi encontrado de errado nessa licitação. Então, não foi uma doação para a Sete Brasil. A Sete não é terceirizada. Ela participou da licitação de uma forma correta, legal.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, era importante pegar uma cópia desse edital de licitação para a CPI, porque uma empresa que é criada hoje e, amanhã, ganha uma licitação desse porte, não precisa nem ser profissional para saber que isso é carta marcada, não é?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A questão da indicação, por parte da PETROBRAS, do Presidente da... A questão de o Presidente da Sete Brasil ser indicado pela PETROBRAS, isso, me parece, reza no Estatuto da empresa; desde a criação da empresa é assim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A PETROBRAS tinha 5% das ações...

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - A questão de usar número de dólar e de reais, Excelência, não foi minha a intenção passar nada subliminar. Alguém me preparou o eslaide dessa forma. Talvez ficasse melhor botar tudo em dólar. Para evitar esse tipo de dúvida, eu vou passar, toda vez que fizer uma apresentação, colocar tudo em dólar que dá uma transparência melhor, fica mais fácil de enxergar. A questão de partilha ou concessão, eu acho que o modelo atual é um modelo adequado, na minha visão, tendo em vista o enorme volume que temos potencial no pré-sal brasileiro. Então, isso permite...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A PETROBRAS tem capital para fazer isso, 30%?



**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Essa é outra questão, Excelência. Na minha opinião, realmente, a PETROBRAS ficar com 30% é difícil. O que não impede o regime. É questão talvez de adequar.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Só se o Bradesco virar sócio, mas nem o Bradesco deixam.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, a questão de 30% de conteúdo local aumenta o custo final da sonda? Sim. Aumenta o custo final da sonda, sem dúvida. A questão é se compensa pagar um pouco mais caro para ter todos os ganhos que nós citamos aqui em vários momentos: desenvolvimento dos estaleiros... Porque nós não vamos parar apenas nesse lote de sondas. Outras plataformas FPSOs, outras sondas, navios, tudo isso vem por aí. Fala-se em 100 bilhões de barris de potencial no pré-sal. Então, esse período que estamos vivendo, que é o mesmo período que outros países viveram no mundo, principalmente na Europa, é um período que busca fomentar, busca desenvolver a indústria nacional. Essa, perdão, é minha opinião. Eu comecei em construção naval lá na década de 70. Então, eu sou defensor desse modelo. Eu acho que é um modelo correto. Não houve nenhuma entrada de capital chinês aqui na Sete.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Ainda, não é? Eu não sou nada contra o capital chinês. Que ele venha. Que venha!

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Também não sou contra, sem dúvida, mas, até o momento, não houve nenhuma entrada de capital chinês. Nos últimos 4 anos, quantas vezes... Eu nunca estive com a Presidente Dilma Rousseff nos últimos 4 anos, nem nunca, na vida. *(Pausa.)* Durante o meu período de Grupo X, eu não vi nada, ao longo desse período, que pudesse requerer a denúncia de minha parte. Eu era um crítico de modelo, era um crítico da OGX. Acabei, depois que a crise estava instaurada, sendo colocado lá como Presidente. As coisas na atividade de exploração e produção, o entendimento correto do volume de óleo, da capacidade da mobilidade do óleo dentro dos poros da rocha, da potencialidade de produção, isso é extremamente complexo e requer muito investimento de análise. Eu pude colaborar um pouco com a equipe fantástica que existia na OGX, durante o período que lá estive, para poder verificar exatamente qual era essa capacidade. Infelizmente, chegamos à conclusão de que era muito



menor do que se pensou um dia, mas não foi algo que bastava chegar para ver. Teve que chegar e desenvolver um trabalho extenso.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Mas V.Sa. concorda que o Grupo promoveu uma grande fraude?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, eu concordo que o Grupo frustrou as expectativas de muitos acionistas, e esse assunto é alvo de ações judiciais, realmente, que estão em andamento e eu me sinto com dificuldade de fazer comentários mais detalhados a respeito.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - No meu Estado, nós qualificamos o Eike Batista como “ensacador de fumaça”.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Ensacador de quê?

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - “Ensacador de fumaça” é como qualificamos o Sr. Eike Batista no Espírito Santo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O senhor já concluiu as respostas?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Eu acredito que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. agora tem o...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ficaram só duas questões que foram perguntadas: se acha razoável, com 9%, indicar o Presidente, e se, participando como sócia, ganhar a licitação, se é normal isso numa empresa recém criada.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Como eu comentei, essa questão da indicação do Presidente, isso está no estatuto da empresa desde a sua criação. Eu acho que foi algo que a PETROBRAS impôs como condição para poder participar do projeto. Ela queria ter certeza de que as pessoas seriam pessoas em condições de desenvolver o trabalho.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ganharia a licitação também.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Sr. Luiz, uma das minhas perguntas não ficou respondida. Eu queria ver se ela é possível ser respondida.

Nos 17 projetos que foram apresentados, espalhados pelo País, sob a coordenação da Sete Brasil, qual é o papel, por exemplo, no meu Estado, do Jurong? O que o Jurong produz? Qual é o papel da Sete Brasil junto ao Jurong? O



Jurong produz o quê? E a Sete Brasil, junto à Jurong, produz o quê? A Sete Brasil contrata o Jurong para produzir o que a PETROBRAS contratou da Sete Brasil?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Exatamente, Excelência. O Jurong é um dos estaleiros que foram contratados pela Sete Brasil para construir as sondas que foram objeto da licitação das 21 sondas, na segunda rodada.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Então, a pergunta que eu fiz, no começo, ao senhor é: o papel da Sete Brasil, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Lelo Coimbra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - ...ela é intermediária de licitações ou de contratos. É como se ela substituísse a PETROBRAS, nas dez licitações que fez, como contratante dos projetos em lugar da PETROBRAS, e foi licitada para isso. Ela não é construtora de materiais; ela é contratante de construtora de materiais. É isso?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Excelência, a Sete Brasil é um pouco mais do que construtora de materiais. A Sete Brasil, além de administrar e gerenciar, através de empresas terceirizadas também, a construção dessas plataformas, ela tem responsabilidade na operação dessas plataformas. A fase de construção das plataformas é uma fase que dura 3 anos. Os nossos contratos são de 15 mais 5 anos. E a Sete Brasil, principalmente nesse modelo atual que nós estamos pensando, ela passa a ser a operadora dessas sondas. Essa é uma ideia bastante forte que nós pretendemos vender para os nossos acionistas. Então, é algo bem mais do que uma terceirização. É uma atividade que a PETROBRAS não executa. A PETROBRAS não opera as suas próprias sondas.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - O que vocês têm, então, é um contrato de administração?

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Nós temos um contrato de afretamento e serviços.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - É um nome diferente, fala a mesma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou passar a palavra ao Relator, que tem um questionamento rápido, para que possamos encerrar a oitiva.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, não é nenhum questionamento; é apenas, como eu falei, quando falou da Sete Brasil, e aqui eu já disse, como sou metalúrgico da área, vários ligaram para mim.

Apenas para discordar do Darcísio Perondi, primeiro, antes, praticamente, em grande parte, as plataformas eram compradas lá fora. Isso não significou uma eficiência em relação a prazos. Houve, inclusive, contratos da PETROBRAS que foram cancelados porque não foram entregues. Segundo, também não é um sinônimo de eficiência. Vamos lembrar aqui da P-36 que, em vez de tirar petróleo, foi para o fundo do mar. E, terceiro, a tese não é uma questão só do preço do que se está comprando, porque tem também o impacto social que surge em torno disso.

Posso dar o exemplo de Angra dos Reis, com o estaleiro funcionando como hoje, com mais de 10 mil operários, é uma coisa; com o estaleiro fechado, é um caos, completamente o contrário. O a mais que a PETROBRAS paga pelas plataformas também retorna em forma de impostos para o Município, para o Estado e para a própria União.

Então, só para deixar... Eu sou ex-presidente de sindicato de metalúrgico da área da construção naval, então, seguramente, seria muito cobrado pela tese, a meu ver, por falta de conhecimento do Deputado Darcísio Perondi, com o discurso de que seria mais fácil comprar lá fora. Eu acho que o Brasil não pode e não deve exportar aquilo que nós mais precisamos, que é emprego. Comprar uma plataforma dessas lá fora é exportar 15, 20 mil empregos diretos e indiretos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V. Exa.

Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, o senhor pode fazer suas considerações finais.

**O SR. LUIZ EDUARDO GUIMARÃES CARNEIRO** - Bom, Excelência, eu gostaria de agradecer a oportunidade de comparecer aqui e poder apresentar, com clareza — pelo menos foi o que eu tentei — o que é a Sete Brasil, um projeto em que eu acredito muito, e tenho convicção que vamos conseguir superar esse momento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa., agradeço aos Srs. Parlamentares que estiveram aqui, à imprensa presente, aos funcionários.



Nada mais havendo a tratar, agradeço, mais uma vez, a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.